

SESSÕES DO PLENÁRIO

132ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de dezembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

Existe um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

(Lê) “*Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada quinze minutos após o encerramento desta, com o objeto de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 20.620/2013, Projeto de Lei nº 20.595/2013, Projeto de Lei 20.651/2013, Projeto de Lei nº 20.547/2013, Projeto de Lei nº 20.557/2013 e o Projeto de Lei nº 19.414/2013.*”

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder a questão de ordem ao nobre deputado Gaban, faço, porém, a leitura do Expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Maria Luiza Laudano, comunicando sua ausência das sessões nos dias 09, 10 e 11/12/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Raimundo, comunicando sua ausência no dia 09/12/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Prezado presidente Marcelo Nilo, solicito, por gentileza, a V.Ex^a discriminar os outros projetos para sabermos de que se tratam as matérias colocadas na Ordem do Dia. V.Ex^a leu, apenas, um.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado Gaban.

São os seguintes: Projeto de Lei nº 20.620 que altera o art. 1º da lei nº 12.627, 28 de dezembro 2012. Esse trata-se do empréstimo. O segundo projeto institui a política estadual de turismo. O terceiro projeto institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. O quarto projeto altera dispositivo da lei nº 7.813, de fevereiro de 2011 que institui o prêmio por desempenho fazendário.

Estes são os quatro primeiros.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho a esta tribuna, neste momento, para dizer da alegria dos momentos vividos por nós, em família, neste Natal, que muito nos alimentou de esperança, fé e confiança. Que 2014 seja um ano extremamente positivo para a população baiana, não só por suas conquistas individuais e familiares, mas também através dos poderes constituídos.

Passados os momentos mais difíceis de 2013, esperamos que os homens públicos de todas as instâncias e de todas as ordens tenham inspirado-se em momentos natalinos e contribuam, em 2014, para a apresentação de leis que atendam à maioria. E, assim, construamos um mundo melhor como todos nós falamos neste período natalino. Que não sejamos hipócritas ou demagogos ao ponto de falarmos palavras fáceis e bonitas e, depois, no cotidiano da vida, não correspondamos a essas mesmas frases e palavras.

É neste espírito de Natal que estamos aqui, junto com os deputados da Oposição, neste dia, para olhar o que de bom tem sido apresentado através das leis

provenientes de nós, parlamentares, e do Executivo. Muitas leis poderão ser votadas hoje com bom senso e compreensão. E esperamos que essas leis tragam benefícios à população baiana e, desse modo, estejamos irmanados na votação e aprovação desses projetos.

Tenho certeza de que todos os projetos de lei buscam a melhoria das condições de vida da população baiana; não só dos que estão à espera de aumentos salariais, mas também que aconteçam determinados enquadramentos e reajustes de ganho de produtividade que cheguem aos seus salários, como dos fazendários.

Enfim, desejo que tenhamos uma manhã de trabalho extremamente positiva. Espero que nossas divergências de pensamentos e de ideário sejam respeitadas, mas que possamos contribuir e trabalhar com afinco nesta manhã, na tarde de hoje e, quem sabe, até a noite, para que essas leis sejam aprovadas e tragam benefícios ao povo baiano.

Quero dizer, Sr. Presidente, que vivemos o Natal não só em família, mas também com algumas comunidades. Antes, na noite de Natal, estivemos com as comunidades de Senhor do Bonfim, Jaguarari e Itiúba, região em que trabalhamos durante a campanha política, e percebemos no olhar das pessoas uma esperança renovada para que dias melhores possam acontecer, não só em suas comunidades, como também em toda a Bahia.

Como Deus é bom, e quem acredita nele sabe o que estou dizendo, é por isso que estamos aqui exercendo esse mandato com muito afinco. Acredito nele com muita veemência. Ele trouxe para nós, depois de mais de um ano e meio de sofrimento, deputada Maria Luiza, chuva em abundância. Pelo menos no Norte e Nordeste da Bahia, a água chegou de maneira pacífica, tranquila, e em grande quantidade. Encheu os barreiros, as barragens, os açudes, trazendo a esperança renovada de um povo que passou um ano e meio convivendo com a seca e a estiagem que dizimou, praticamente, todo o rebanho bovino, caprino e ovino da Bahia. A chuva chegou para abençoar o nosso povo no período de Natal e trazer a esperança de dias melhores.

Encerro a minha fala, Sr. Presidente, desejando a todos os parlamentares, aos servidores desta Casa, à imprensa, àqueles que contribuíram com os nossos mandatos – não só os assessores de cada gabinete, mas também aos demais assessores da Assembleia –, às pessoas do restaurante, aos responsáveis pela limpeza desta Casa, aos que cuidam da segurança desta Assembleia, enfim, a todos os servidores, um Ano Novo com muita garra, determinação e com a esperança renovada de que dias melhores chegarão, porque creio em ti, Senhor, e quem crê em seu próprio trabalho e em sua capacidade haverá de construir um mundo melhor para todos nós.

Tenham todos um bom-dia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Mário Negromonte Júnior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, assumo esta tribuna hoje para desejar um feliz Natal àqueles a quem não tive oportunidade de me dirigir antes.

Este foi um ano de muitas realizações nesta Casa. Nosso mandato pôde contribuir com o debate, aprofundar temas importantes, a exemplo dos serviços terceirizados da Bahia, ou seja, as relações entre os trabalhadores, as empresas terceirizadas e os órgãos públicos. Acredito que poderemos, hoje, avançar e criar um marco na Bahia em relação a essas três esferas. Tive o prazer e o orgulho de ser nomeado relator do projeto nº 19.414/2011, da deputada Maria del Carmen, que fez um trabalho maravilhoso. O referido projeto trata, justamente, dos serviços terceirizados na Bahia. À frente da relatoria, pudemos ouvir os trabalhadores, as empresas terceirizadas, debater com o governo e aprofundar cada vez mais as discussões.

O nosso relatório chegou de forma a atrair ainda mais esse serviço e aprofundar uma discussão que existe há muitos anos. Acredito que será um momento único na vida dos trabalhadores das terceirizadas e também do governo do Estado porque existia e existe muita desconfiança por parte dos trabalhadores com as empresas, das empresas com o Estado e o Estado com todos eles. Acredito que a partir de hoje, com a votação desse projeto, essas desconfianças irão sumir.

Não tenho dúvida de que a transparência, não tenho dúvida de que a segurança jurídica e a relação entre as partes serão outra. Não tenho dúvida também que o Estado irá ganhar muito, não só o governo do Estado como também os municípios que têm esse tipo de convênio com as empresas e com os trabalhadores.

Concluimos que da forma como está não pode ficar. Quando buscamos ter uma retenção numa conta para garantir direitos e provisões dos trabalhadores e garantir que as empresas possam acompanhar isso, assim como o Estado, essa é uma forma de garantir o direito do trabalhador. Queremos também, com o nosso parecer, que o Estado dê segurança a todas as partes.

Foi um prazer muito grande participar dessa construção, dessa discussão e participar dessa relatoria. Não tenho dúvida de que esta Casa haverá de fazer, no dia de hoje, uma justiça a essas pessoas que estão há muitos anos sem uma regulamentação justa, transparente e segura para os trabalhadores, para as terceirizadas e também para os órgãos públicos.

Gostaria também, Sr. Presidente, de agradecer, no dia de hoje, a todos os meus funcionários, assessores, servidores, correligionários por este ano que está terminando. Certamente eu não poderia trazer projetos aqui como o do pãozinho baiano, que garante 10% da fécula mandioca para a inclusão na produção do pão baiano, projetos ligados à frente parlamentar da pesca e aquicultura que presidimos, projetos do primeiro emprego para o jovem na Copa do Mundo, projeto dos cartórios que lutamos, como presidente, para que ocorresse o chamamento dos concursos. Para concluir, Sr. Presidente, vamos assinar amanhã no Detran, mais uma vez, por mais um ano, a isenção para os taxistas, mototaxistas e diversas outras categorias, suspendendo a Portaria 2.044, para garantir a esses trabalhadores, que são os

pequenos prestadores de serviço aqui da Bahia, que não tenham essas taxas a mais do que já têm, ligadas às empresas ITLs e às ECVs, que cobram um absurdo de todos os trabalhadores desses setores.

Portanto, quero agradecer a toda minha equipe, aos meus correligionários que nos ajudaram neste ano de 2013, e desejar a todos que 2014 seja um ano de muitas realizações, seja um ano melhor do que este.

Agradeço, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, Imprensa presente na Galeria, todos nossos colaboradores da Mesa Diretora, gostaria de manifestar a minha alegria por ter convivido nestes dias que precederam o Natal e durante o dia de ontem em Vitória da Conquista com muitos amigos, muitos familiares, pessoas de outras regiões que estiveram visitando a nossa querida cidade.

Promovemos por 17 anos seguidos o Natal da cidade, um Natal cultural que levou para Vitória da Conquista importantes artistas além das manifestações culturais da própria região. Contamos com a participação de mais de 40 artistas regionais e de ídolos nacionais, a exemplo de Milton Nascimento, de Maria Gadu e de tantas outras estrelas. Foi um momento, realmente, de celebração cultural.

Gostaria, portanto, de parabenizar a todos os amigos e companheiros do governo participativo de Vitória da Conquista. Eu, Waldenor Pereira e Fernando Vasconcelos estivemos, durante muitos momentos, nas praças da cidade, e, graças a Deus, sendo recepcionados e reconhecidos pela população como políticos que servem àquela cidade. Gostaria também, Sr. Presidente, de destacar a publicação da SEI – Superintendência de Estudos Socioeconômicos e Estatísticos da Bahia. Esse estudo, que foi publicado no dia 22 de dezembro, domingo passado, traz duas importantes entrevistas: uma com o professor Geraldo Reis, sociólogo, meu amigo e colega da UESB, e outra com o professor doutor José Sérgio Gabrielli, nosso secretário de Planejamento. Ambos, Sr. Presidente, ressaltam os números da Bahia, o crescimento da Bahia e os investimentos que a Bahia vem desenvolvendo em todos os setores econômicos e na infraestrutura social, destacando os avanços das políticas públicas e, de modo especial, os investimentos na região Sudoeste da Bahia. Tais investimentos têm tido o apoio do governo do Estado e do governo federal, e, principalmente, a presença do governador Jaques Wagner como um governador que vem olhando para as várias regiões da Bahia.

Na nossa cidade, na nossa região a FIOF – Ferrovia de Integração Oeste-Leste – está, de forma intensiva, construindo uma nova vertente logística, que abrange o Oeste da Bahia, a região de Guanambi, Caetité e Brumado, da qual Vitória da Conquista será a inteligência. Recentemente, foi lançado o Porto Seco de Vitória da Conquista, numa parceria, sobretudo, dos empreendedores privados com o governo

municipal e o governo do Estado, que levará mais de R\$ 100 milhões de investimentos para aquela região.

Além disso, Vitória da Conquista está recebendo obras do governo federal, como a Universidade Federal da Bahia, são 80 vagas para o curso de medicina. O deputado federal Waldenor Pereira conseguiu liberar R\$ 15 milhões com o nosso apoio e com a nossa articulação, para poder viabilizar no Sudoeste da Bahia não apenas o campus da UFBA, mas também a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia e da Serra Geral. Ainda temos o Programa Minha Casa, Minha Vida. Se somarmos esses anos do governo do presidente Lula e da presidenta Dilma, teremos quase R\$ 1 bilhão em investimentos em todos os segmentos da construção habitacional.

Por isso, temos muito a comemorar. Esses números são destacados pelo nosso presidente da SEI, José Geraldo Reis, sociólogo, e também pelo nosso secretário de Planejamento, o professor doutor José Sérgio Gabrielli. A Bahia, ao contrário do que imagina a Oposição, seguramente, está no rumo do desenvolvimento e da integração regional.

Sr. Presidente, eram essas as nossas considerações.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes que estão nas Galerias Paulo Jackson, imprensa, primeiro quero dizer do compromisso dos deputados em estarem presentes, neste dia após o Natal, cumprindo esta tarefa de apreciar os projetos pendentes na pauta, inclusive o Orçamento para o ano de 2014. Quero, meu querido deputado Paulo Rangel, dizer que aprovaremos hoje - tenho a convicção de que há também essa vontade da Oposição - o projeto de lei Anticalote. Inclusive houve na época uma discussão com o deputado Elmar Nascimento sobre a importância de votá-lo. É o PL nº 19.414, que regulamenta, deputado Gaban, as relações entre as empresas do Estado e os trabalhadores.

Fizemos isso lá na Petrobras, e foi muito bom! Ela retém um determinado valor das empresas terceirizadas e faz um fundo, a fim de evitar que as mal-intencionadas ao final do contrato não honrem os encargos trabalhistas.

Com este projeto criaremos uma espécie de fundo para os trabalhadores. O Estado guardará esse dinheiro, que será depositado no período da rescisão contratual ou do pagamento das verbas trabalhistas diretamente na conta dos trabalhadores, evitando que muitos homens e mulheres chefes de família saiam sem receber os seus direitos.

Quero parabenizar a iniciativa da deputada Maria del Carmen, autora da proposta. Foi ela quem instituiu a discussão dessa problemática, que envolveu trabalhadores e empresários, a pedido do Sindvigilantes. Parabenizo também os representantes deste sindicato, que batalharam para que realmente o projeto pudesse chegar arrumadinho para votarmos aqui hoje.

Deputado Zé Neto, tenho a convicção e espero que haja pactuação com todos os lado no sentido de que possamos votar todos os projetos e saíamos extremamente satisfeitos com as nossas relações.

Quero, deputado Paulo Rangel, dizer que estamos igualmente vivendo um momento extremamente significativo com a ampliação do PIB do nosso Estado. O nosso Produto Interno Bruto tem crescido mais do que cresce o do Brasil. Isso é fruto dum trabalho que o nosso governo vem desenvolvendo para que possamos ampliar o crescimento não só do PIB, mas também da renda per capita dos homens e mulheres da Bahia.

Por isso, neste dia 26 de dezembro é extremamente significativo o compromisso dos deputados e deputadas para apreciarmos as diversas matérias. Espero que possamos votar o Orçamento de 2014 para que este Estado continue se desenvolvendo e seja um Estado orgulho de todos nós.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg está protestando em favor das ONGs. É porque existem as ONGs do bem e as ONGs do mal. Há ONGs que, realmente, prestam serviços à sociedade, à comunidade, e outras que se aproveitam dos recursos públicos, que entram nas contas dos presidentes que não têm qualquer condição de governabilidade, de gestão. Esses presidentes viajam para São Paulo, e aqueles que conseguiram os recursos dividem com a diretoria. Esse é um caso, por mais discutido, que não é só do governo do PT. Em governos anteriores, do DEM, também ocorreram na CAR, em outras secretarias fatos da mesma natureza.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pediria à Liderança do governo, já que passou o prazo de apresentação de emendas... Só chegou às minhas mãos hoje, pela manhã, a Mensagem nº 71/2013, projeto de autoria do Poder Executivo, que atribui prêmio aos auditores, aos fazendários, mas se excluiu desse benefício os agentes políticos, no caso, quem detém mandato eletivo: vereador, deputado estadual, deputado federal e prefeito.

Esse projeto beneficia o sindicalista, beneficia o servidor que está à disposição de outro Poder, e deixa de fora os deputados estaduais, os deputados federais, os prefeitos e vereadores. Com isso, vários prefeitos, vereadores e deputados que são fazendários estarão de fora do projeto do Executivo, e os sindicalistas serão beneficiados pelo PDF.

Como já passou o prazo, vou aguardar que o presidente, deputado Marcelo Nilo, no momento em que for apresentado o projeto, designe o relator para apresentar uma proposta de emenda de relator, para que esta Casa não venha a prejudicar os servidores fazendários que detém mandato eletivo, já que os sindicalistas, que também estão fora da atividade diária fazendária, e aqueles que estão à disposição de

outros Poderes, como o Judiciário e o Legislativo, serão beneficiados, porém aqueles que estão exercendo mandato eletivo estão fora do projeto de lei.

Então, no momento oportuno, apresentarei, juntamente com outros deputados, ao relator a solicitação no sentido de que se faça essa correção, até por uma questão de justiça. Não podem o deputado estadual, o federal, o prefeito e o vereador terem um tratamento diferenciado em relação ao sindicalista, que também não está exercendo a sua atividade no dia a dia da Fazenda Estadual.

Quero pedir, mais uma vez, ao Líder do governo em exercício, no caso, o deputado Carlos Brasileiro, que nos auxilie para que se corrija essa injustiça com aquele que detém mandato eletivo estadual, federal e municipal, corrigindo-se, assim, a distorção desse projeto que está em tramitação, em vias de ser votado no dia de hoje ou no mês de janeiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, esta Casa hoje volta a funcionar após o recesso de Natal para mostrar à sociedade baiana que a Bancada da Oposição está atenta ao desrespeito ao dinheiro público pelo atual governo do Estado.

Tivemos a informação de que diversos hospitais do interior da Bahia, hospitais regionais, estão sem receber um real. Se está funcionando, deputado Rosemberg, quebre uma perna e tente adentrar o Hospital Prado Valadares, de Jequié. Se alguém, deputado Paulo Azi, e o deputado Euclides está de testemunha, precisar, não tem um band-aid, um esparadrapo para fazer o primeiro atendimento. O paciente tem que levar o kitm sobrevivência. Quando você adentra o hospital, os enfermeiros perguntam logo: “O senhor trouxe o kit sobrevivência? Porque aqui não tem nem band-aid, nem esparadrapo”. E o governo do Estado solta agora mais uma propaganda milionária, como se na Bahia tivesse tudo e que se constroem novos hospitais.

Os hospitais que estão aí estão, assassinando os baianos, os hospitais gerais do interior, a média é de três meses sem receber um real. Não tem repasse, os médicos estão para fechar as emergências, deputado Rosemberg Pinto, procure saber. Tente ver os hospitais do Estado que querem fechar emergência agora no Réveillon, porque não estão recebendo. O governo deu o calote geral em médicos, fornecedores, funcionários, o governo não tem um pinga de responsabilidade com o dinheiro público.

A saúde, um caos, e o governo insiste em gastar milhões e milhões em propaganda. Lança agora uma que parece que a Bahia vive em outro mundo, que quem tem escola quer mais, que quem tem saúde quer mais médicos. Qual é a saúde que o Estado da Bahia tem? Vocês estão querendo enganar o povo baiano, estão subestimando a inteligência do baiano, pois o baiano vê a televisão cheia de hospitais, deputado Rosemberg, e as pessoas no Hospital Geral estão morrendo. O baiano fica

com raiva de vocês, porque isso é subestimar a inteligência do povo. Os hospitais gerais estão um caos. Vá a Jequié, onde V.Ex^a é muito bem votado, para ver a situação em que se encontra o hospital de Jequié, vá a Alagoinhas, Paulo Afonso. Os hospitais não estão recebendo repasse.

(Manifestação no Plenário sobre Paulo Afonso)

É porque é uma cidade muito grande, e imaginei que tivesse, pelo poder e a força do deputado Paulo Rangel, que tem representatividade para isso. Desculpe, deputado Paulo Rangel. Agora, olhem os hospitais estaduais da Bahia. A situação é grave, Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^{as} precisam priorizar, deixar de gastar mais com propaganda... Este aqui está feliz, o governador esteve lá, eu vi em todos os sites, já deve ter liberado uma... Oito? Oito milhões! Deputado Luciano, recebeu R\$ 8 milhões agora, aí está feliz, recebeu R\$ 8 milhões, deputado Euclides, levou o governador lá, passeou, e “pingou” R\$ 8 milhões na conta!

Eu queria fazer um apelo ao presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, nosso nobre deputado que preside esta sessão, para que a Comissão faça uma inspeção nos hospitais do interior do Estado, a começar por Feira de Santana, Sr. Presidente, que, como V.Ex^a sabe, está um caos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Carlos Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, 26 de dezembro! Praticamente encerrando o ano e não vemos, meu caro, meu deputado presidente, nenhuma movimentação por parte do governo para a aprovação do Orçamento, sequer as emendas apresentadas pelos Srs. Parlamentares foram apresentadas no Diário Oficial.

A falta de gestão, deputado Paulo Rangel, deste governo é uma coisa que chega a nos assustar! Como é que se chega no final do ano sem que as emendas apresentadas pelo Poder Legislativo, através dos seus 63 parlamentares, sequer tenham sido publicadas? Nós não temos ainda um relator do Orçamento do Estado, uma das peças mais importantes definida pelo governo. Como sempre o governo quer, esse governo Wagner, que está completando agora sete anos, que venha um relato pronto da Casa Civil, que aquele “robzinho” daqui da base do governo vem aqui para ler o que foi escrito. E o próprio relator toma conhecimento na última hora. É isso o que tem acontecido com o governo.

Os quatro projetos que estão previstos hoje na Ordem do Dia para serem apreciados após o encerramento desta sessão, os quatro estão vindo direto para o plenário sem ter sequer discussão no âmbito das comissões temáticas. Ou seja, não só os deputados da Oposição como eu, mas toda a base do governo sequer sabe o que vai ser votado. Não tem relatório apresentado para análise dos Srs. Parlamentares. Como é que a gente vai aprovar um relatório daquele “robzinho” que foi designado pelo governador para vir aqui sem ter discussão?

Qualquer poder instituído no País, sejam câmaras municipais, legislativas,

estaduais, federais ou o Senado, as comissões temáticas são as mais importantes dos poderes constituídos. Por quê? Porque é exatamente nas comissões temáticas que se debatem os temas, onde se pode aperfeiçoar os temas para que os segmentos organizados da sociedade possam se manifestar, enriquecendo os projetos, dando a sua contribuição para evitar, como exemplo, a taxa de incêndio, que foi aprovada no ano passado, aqui nesta Casa, no atropelo, como esses regimes de urgência que estão para serem apreciados hoje, sem discussão nas comissões. Aí o que acontece? Aprovaram um projeto inconstitucional. Na hora em que algumas residências começarem a receber uma taxa absurda de incêndio, quando algumas empresas começarem a receber cobranças astronômicas, já que esse projeto inconstitucional, como o governo, no atropelo, está querendo fazer com os quatro que aí vêm sem discussão na Casa... começaram a receber, aí acordaram, assustaram. Por sorte, o governo tinha mandado – porque na época também não mandou porque foi no atropelo – a regulamentação das taxas. Na regulamentação, arguímos a inconstitucionalidade e dissemos: “Vamos entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.”

Isso fez com que o governo acordasse, pois viu que era uma briga inglória que ele iria pegar. O insucesso dele, nisso aí, já estava delineado. Só coube ao governo, então, retirar o projeto. Retirou-se o projeto de pauta. Fizeram as correções necessárias. Retiraram-se a cobrança absurda e a cobrança abusiva das residências. No entanto, continua, ainda, as cobranças abusivas, pois atendeu, apenas, aos empresários. Mesmo assim, tirou parte da inconstitucionalidade.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Por isso ficamos admirados, deputado Carlos Brasileiro, de chegarmos a 26 de dezembro e não ter, sequer, publicadas as emendas aprovadas pelos parlamentares nem relator designado para o Orçamento.

E não pode continuar assim o governo Wagner!

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Chegará o dia da aprovação do Orçamento. E se não tiver acordo, aliás, tudo indica que não haverá acordo apesar da nossa boa vontade. E, lá, para o final de janeiro ou início de fevereiro, o Orçamento será aprovado. Será lido o projeto na hora sem ter ninguém que tenha conhecimento do que o governo pretende. Assim, tal atitude descaracteriza a nossa função ou a nossa finalidade que é a de aprovarmos o que acharmos bom para a Bahia e para o Brasil e bom, acima de tudo, com a população da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Então é nesse sentido que estamos atônitos.

Concluindo, Sr. Presidente, V.Ex^a, deputado José Arimatéia, obteve destaque como deputado. Um dos méritos de V.Ex^a foi, exatamente, valorizar a comissão temática que V.Ex^a preside ao fazer daquela comissão um setor de debate. É isso que nós precisamos. Praticamente, a vossa comissão foi a única que, praticamente, funcionou debatendo os interesses da Bahia e dos baianos, sobretudo na área de saúde. Isso foi para o seu grande mérito, pois foi uma comissão que funcionou plenamente.

É isso que queremos: que todas as comissões temáticas da Casa funcionem como funcionou a comissão de V.Ex^a, porque, aí, sim, os segmentos organizados da sociedade se manifestam como os sindicatos e como os interessados. E quem ganha com isso é a população da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra, pelo tempo de 3 minutos, deputado Bruno Reis. (Pausa.)

Na ausência, com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é a PEC – Proposta de Emenda à Constituição – do Orçamento Impositivo que estabelece o direito para os Srs. Deputados Estaduais fazerem as suas emendas e o governo do estado fica obrigado a liberá-las. Essas emendas beneficiarão e contemplarão os municípios que os deputados representam ao levar alguma obra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este deputado tem-se esforçado, porque esta emenda obteve o número de assinaturas de deputados estaduais além do exigido por lei. Nós já entramos pedindo prioridades. Nós já solicitamos a colocação de tal PEC na Ordem do Dia. Foi colocado. Solicitamos uma sessão extraordinária com 48 assinaturas! Pasmem! Srs. Deputados, dos 63 deputados desta Casa, 48 assinaram e subscreveram esta PEC que obriga o governo do estado da Bahia a liberar a verba colocada pelos Srs. Deputados.

Infelizmente, até o presente momento, Sr. Presidente, não fomos atendidos. Digo não fomos, porque não é só o deputado Euclides Fernandes sozinho e isolado quem fez a solicitação de uma sessão extraordinária. Tal pedido foi assinado por 48 deputados estaduais. Comprava-se, assim, acima de tudo, a vontade política desta Casa.

O Plenário é soberano. Faço um apelo à Mesa Diretora, à qual cabe dirigir os trabalhos deste Poder. Ela tem nomes como os de Paulo Azi, um expoente desta Casa, deputado atuante, competente e seu 1º Secretário, Sandro Régis, e não podemos de forma nenhuma desrespeitar a vontade deste Plenário. São 48 assinaturas de parlamentares, como Alan Sanches, que solicitam uma sessão extraordinária.

Vamos respeitar a vontade do Plenário desta Assembleia. Esse é o nosso apelo. E ele é dirigido não só ao presidente, mas também a toda a Mesa Diretora, que tem a responsabilidade de dirigir esta Casa de Leis. Então apelo aos seus Srs. Membros, Vice-Presidentes, Secretários, porque tudo parte também do Colegiado que integram, para que façam com que seja obedecida a vontade dos Srs. Deputados de que se realize uma sessão extraordinária para votar a PEC que traz a emenda impositiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSL/PP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Pastor Sargento Isidório. E por 5, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, mui dignos bravos lutadores homens e mulheres de bem que fazem a luta acontecer no Sindicato dos Vigilantes, aguerridos companheiros de lutas históricas antigas que batalham pelo projeto de lei Anticalote, o qual é uma questão de justiça, para acabar com a máfia dos empresários que recebem o dinheiro do Estado e não repassam a quem realmente faz o trabalho, gostaria de deixar uma palavra da Bíblia: “Oh! quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união!” É o Salmo 133.

Essa palavra diz, Sr. Presidente, que onde há união o Senhor também traz a bênção e ordena a vida para sempre. E que possamos não só em datas festivas como Natal e ano- novo viver em união uns com os outros, mas sim por toda a vida, para que a bênção de Deus e a vida sejam ordenadas para nós.

Sr. Presidente, gostaria de responder ao deputado Rosemberg Pinto, não a Sandro Régis, porque é da Oposição e sei que visitará a minha fundação. Juntamente com os outros deputados oposicionistas, nos honrará e conhecerá o nosso trabalho no maior centro de recuperação do mundo.

Foram palavras do governador do Estado. É o único centro do Brasil que não cobra pela recuperação, diferentemente dos Srs. Deputados que preferem zombar porque não têm parentes nas drogas, no alcoolismo, e não sabem o que é uma família sendo destruída pelo crack. Quando um deputado, um político chega a zombar dum trabalho daqueles, é porque não conhece o que é uma família sendo destruída pelo crack nem sabe o que é um jovem tomando tiros, facadas, morrendo, sendo destruído ou matando na sarjeta por causa de uma droga que já está vencendo este Estado e esta Nação.

Se ele não sabe, quero informar que S.Ex^a o governador da Bahia esteve, sim, no dia 23 na Fundação Dr. Jesus. Chegou por volta das 11 horas, 11h30min, saindo daquela entidade depois das 15h30min, quase 16 horas. E o Sr. Governador detectou o trabalho sério que é feito ali por mim, com minha esposa e meus filhos, para 916 pessoas. Só na presença do governador foram internados, naquele dia, 16 homens e duas mulheres.

E, diferentemente do que dizem aqui, eu mostrei ao governador a nossa dívida de R\$ 1 milhão e os R\$ 850 mil que o Estado nos deve. Não dá para eu ficar aceitando chacota, e porque não dizer, quase molequeira, com um trabalho sério que fazemos. Primeiro, porque não sou político, estou político. Não sou deputado, estou deputado. Faço esse trabalho há 19 anos porque fui um drogado também, fui alcoólatra. Dentro da Polícia Militar, lamentavelmente, cheguei a planejar assalto.

Todos sabem da vida de miséria que levei até o dia em que conheci a palavra, até o dia em que o Senhor Jesus mudou a minha vida. A partir daí, eu abri a minha casa para receber qualquer um dos filhos da Bahia ou do Brasil para serem restaurados.

Então, ainda hoje trarei o documento mostrando a dívida de R\$ 850 mil que o governo tem conosco e mais R\$ 1 milhão e tanto que estou devendo aos empresários, sem ter paz.

Em vez de ficar zombando, o que eu queria era que o deputado visitasse a Fundação, porque tenho certeza de que quando ele e alguém da imprensa, alguns profissionais equivocados, fizerem a visita entenderão o nosso sofrimento, as nossas vidas ameaçadas ali dentro.

No mais, quero pedir ao presidente deste Poder, deputado Marcelo Nilo, e solicitar encarecidamente ao Líder do governo, aos deputados da Oposição, aos deputados do governo que coloquem este projeto anticalote na prioridade do dia. O projeto de lei nº 19.412 não pode sair daqui sem ser votado hoje. (Palmas.)

(A Galeria se manifesta.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Há um orador na tribuna.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Eu penso, eu afirmo que os vigilantes do nosso Estado desenvolvem um trabalho igual ao da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Polícia Militar. Eles arriscam suas vidas para guardarem instalações bancárias, instalações estratégicas do nosso Estado. E não pode governante algum pagar aos empresários e permitir que esses empresários corruptos, ladrões...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) gastem o dinheiro em orgias e deixem os pais de família sem salário, e o governo fazendo de conta que não sabe.

Tenho certeza que o governador Jaques Wagner vai interferir e vai determinar a aprovação imediata...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) desse projeto.

Parabenizo a deputada Maria del Carmen, autora desse projeto que será votado nesta Casa por todos nós, porque ele pode ser de iniciativa de qualquer um de nós, mas para ser votado precisa de todos. E estou me oferecendo para, se for necessário, passar a noite aqui, para aprovar esse projeto em favor dos trabalhadores da segurança privada, porque é uma questão de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de comunicar aos senhores nas Galerias que o Regimento da Casa não permite a manifestação com palavras, só com palmas, que é o suficiente, para que os deputados possam falar.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Questão de ordem do deputado Gaban. O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, José de Arimatéia, regimentalmente até que V.Ex^a tem razão. Mas tem sido o comportamento de todos que assumem a presidência, e V.Ex^a tem tido uma posição na Casa extremamente democrática, correta, como deveria e como deve ser o comportamento de todos nós, aceitar a manifestação com palavras que não sejam ofensivas.

A manifestação da Galeria tem ocorrido de maneira pacífica. Acho que quando se manifesta usando palavras que não estão, em momento algum, ofendendo algum parlamentar, mas apenas aplaudindo aqueles que estão defendendo o interesse de quem está aqui nas galerias.

(Os ocupantes das Galerias Paulo Jackson aplaudem calorosamente.)

Então, solicito, caro presidente, que esse comportamento seja tolerado, porque a regra em vigor na Casa é quanto à intolerância quando se manifestam contra os parlamentares, mas a favor é normal, é da democracia.

Eles estão aqui para defender um projeto extremamente importante que tem o objetivo de acabar com o calote, porque há muitas empresas – nós sabemos – que abrem e fecham de acordo com a sua conveniência. E aqueles que trabalham para o governo do estado, através dessas empresas, não têm os seus direitos assegurados. Então este é um projeto justo.

Tenho certeza de que V.Ex^a, deputado José de Arimatéia, pelo que conheço, acatará esta manifestação ordeira e pacífica, apenas, repito, gritando algumas palavras de ordem, mas estão, no bom sentido, prestigiando aqueles que estão prestigiando a justa reivindicação.

É nisso que peço a tolerância de V.Ex^a. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Mais uma vez, gostaria de dizer, deputado Carlos Gaban, que é de direito, pois a manifestação é justa. Agora, temos de garantir a palavra do deputado.

Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos acabando, deputada Maria Luiza Laudano, o ano de 2013. Esperamos que os burocratas de Brasília, que planejam o desenvolvimento e as ações deste País, vejam um sem-número de coisas absurdas que acontecem no Brasil que, a cada dia, vai perdendo competitividade em relação à maioria dos países do mundo. Não é à toa que este País, em todos, ou melhor, em quase todos os seus indicadores, fica lá embaixo ou fica lá na rabeira como na questão educacional e na questão de venda de manufaturados.

Deputado J. Carlos, eu não entendo. Eu cheguei esta madrugada do interior. Isso ocorre praticamente em todo o Brasil. Vejam, de Salvador a Juazeiro devem existir, no mínimo, 90 quebra-molas.

Aí, eu pergunto: para onde este País vai? Em países desenvolvidos, as cargas de produção são transportadas por ferrovias. No Brasil, quase toda a produção é transportada por caminhões e por carretas.

Uma carreta, para não falar do restante do País porque não tenho tempo, que

transporta um contêiner de nosso porto – um dos mais atrasados, por várias matérias já publicadas – gastava, daqui para Juazeiro, o tempo de viagem entre 5 ou 6 horas há 10 anos. Esta mesma carreta, hoje, gasta 10 horas de viagem! Claro, a manutenção desses carros custa muito mais cara, porque imaginem o óleo diesel gasto a mais, os freios, os carros a toda hora tendo de frear e retomar a velocidade.

O que não entendo é que com o desenvolvimento, por outro lado, a cada dia, as estradas, entre uma cidade e outra, vão se transformando em ruas. É o que o vemos em Nova Fátima e em quase todos os lugares.

Não entendo como a Caixa Econômica – deputada del Carmen, V.Ex^a, salvo engano, é ou já foi da Caixa, um órgão oficial – libera essas casas do Programa Minha Casa, Minha Vida em que os prefeitos colocam a construção à beira de rodovias. Para mim, isso é uma estupidez, porque, normalmente, os terrenos, nessas cidades do interior, não são tão caros. Esses burocratas têm de pensar no amanhã.

O que ocorre? Quase todos os prefeitos, com culpa da Caixa, liberam os programas. E eles constroem as casas às margens, deputado Vando, das rodovias. No primeiro acidente, os populares fecham a pista, queimam pneus e constroem mais quebra-molas! Não entendo. O que vai acontecer? Com o passar dos anos, ninguém vai conseguir mais transitar pelas cidades brasileiras, principalmente aqui na Bahia, sem levar horas e horas. Isso vai fazer com que os produtos do Brasil se tornem mais caros, perdendo competitividade, e o País vai ficando para trás. Eu não consigo entender. Daqui para Juazeiro, não vou falar daqui para Igrapiúna, que deve haver uns 200 quebra-molas.

De Valença para lá, é um quebra-molas atrás do outro. Não entendo o governo federal, que teria de editar uma lei ou aprovar no Congresso uma medida provisória limitando essas construções. Há uma margem, mas ninguém obedece. Então, tem alguma coisa errada, deputado. Não entendo como fazendeiros pegam a margem da rodovia e cercam para ganhar alguns metros, e o DNIT e as demais autoridades, não sei o que fazem. Se eles tomassem algumas posições, tenho certeza de que ninguém cercaria.

Então, esse é o retrato do Brasil, findando 2013 e entrando em 2014 com essa estupidez, deputado Vando, que vemos todos os dias. Tive de viajar, e a cada dia desisto de viajar de carro. Tive de sair ontem de Campo Formoso às 22 horas, uma viagem arriscada, para conseguir passar. Se saísse de madrugada, a uma altura destas ainda estaria ali na Salvador-Feira, e não estaria aqui a tempo para aprovar esses projetos tão importantes para a Bahia.

Portanto, não consigo entender. É falta de ordem, é falta de pulso firme para que as pessoas aprendam a respeitar. Em país nenhum do mundo as pessoas obedecem só com educação. Tem de haver punição. Então, é um assunto, como tantos outros, importante para começarmos 2014. Esperamos que os nossos colegas, que têm os poderes constitucionais de fazer ou mudar as leis, acordem, porque a cada dia este País, que se desenvolveu em outras áreas, vai ficando para trás.

O Brasil, deputado, hoje produz grãos, principalmente, como os maiores países do mundo, mas entre a produção e o escoamento dessa produção até os portos, até

colocar no mercado consumidor, principalmente, em outros países, fica lá na rabeira, deputado Vando. Esse é o triste retrato. Deixamos de gerar mais empregos, perdemos divisas. Estamos encerrando 2013 com um déficit público de mais de R\$ 70 bilhões. A dívida pública já passou de R\$ 1 trilhão. Esse é o resultado que a maioria não está vendo no nosso País. Esperamos que em 2014 tenhamos novas direções.

Eu não consigo, deputado Sandro Régis, entender como um homem tarimbado, como se diz na política, uma raposa velha, como o presidente do Congresso Nacional, senador Calheiros, grava uma propaganda do que fez no ano de 2013 e, ao mesmo tempo, pega um avião da FAB e vai fazer implante de cabelos em Recife. Não consigo entender. Por isso o descrédito na classe política. É por ações desse tipo. Ele não tinha necessidade nenhuma de fazer essa afronta novamente, porque já está visado pelo povo brasileiro. Assim, todos nós pagamos o pato, quando se fala de política, colocando-se todo mundo na mesma vala.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB-PTN-PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre Líder do PTN, deputado João Carlos Bacelar...

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará o nobre Líder, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o Líder do PTN na Bahia, deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, infelizmente a Bahia é novamente matéria do noticiário internacional. Não pelos seus predicados, não pela sua beleza, não pela sua forte cultura, mas pela extrema violência que campeia neste Estado.

A Rede Americana CNN traz, na última semana, às vésperas do Natal, uma matéria que chama a cidade do São Salvador da Bahia de Todos os Santos de 'capital dos assassinatos' no Brasil. A CNN vem fazendo uma série de reportagens sobre as cidades sede da Copa. Infelizmente, quando se refere à cidade do Salvador diz ser a capital dos homicídios no Brasil.

Agora no Natal, por exemplo, a maior festa da cristandade, houve 19 assassinatos em Salvador e na sua Região Metropolitana. Dezenove assassinatos! Há inclusive, e não quero aprofundar isso, boatos de que uma alta autoridade do governo do Estado também foi assaltada na última semana. É a socialização da violência. Pelo menos a missão de socializar as políticas públicas no Brasil o Partido dos Trabalhadores tem cumprido. E essa socialização se dá com a violência.

Felizmente para os interesses referentes à Copa do Mundo no Brasil, esse aspecto não foi tratado. Mas volto aqui a chamar a atenção do verdadeiro genocídio que vem ocorrendo na cidade do Salvador contra a juventude negra, sobre a qual o

governador do Estado da Bahia nunca, nunca se pronunciou sobre a questão.

Tenho certeza que se fosse a morte de um filhinho de papai na Barra ou no Caminho das Árvores, o Sr. Governador iria à televisão prestar a sua condolência às famílias enlutadas. Mas o que se mata de jovens negros, nesta cidade, e ninguém toma providências é demais. A política do governo na área da Reparação o que faz é colocar os negros para tocar tambor. É a única coisa que esse governo do Estado sabe fazer. É uma Secretaria da Reparação que não disse para que veio. Uma política da Segurança Pública que vê a morte da juventude negra e não toma uma posição.

Volto a dizer, o número de assassinatos e os homicídios no Brasil se estabilizaram, mesmo com números altíssimos. Mas esses índices não caem aqui por quê? Porque a morte, o assassinato e os homicídios, em Salvador, no Brasil, tem idade, tem sexo e tem cor. Afetam pessoas jovens, entre 14 e 25 anos de idade, do sexo masculino e negros.

Em Salvador e na Bahia, no ano de 2012, tivemos 300 homicídios de jovens brancos e 4 mil e quinhentos homicídios de jovens negros. Esta não é a proporcionalidade dos negros na população. E por que isso? Porque o homicídio aqui é direcionado a essa parcela da juventude.

Tenho certeza de que um dos especialista em segurança desta Casa, e um dos melhores da Bahia, que é o deputado Delegado Damasceno virá aqui se pronunciar, porque esses tais autos de resistência só afetam a juventude negra. É a Polícia matando, oficializando e institucionalizando esse verdadeiro genocídio que ocorre na Bahia com os autos de resistência e ninguém apura. Os inquéritos que apuram os autos de resistência são inquéritos que partem do pressuposto de que o policial tinha razão.

E aí a malvadeza, a perversidade, desse racismo velado se expressa de outra forma. Porque ao jovem negro é imputado pela Polícia e pela grande imprensa a culpa pela sua própria morte. Pensem, e aí é para todo o mundo, que o auto de resistência foi contra o pequeno traficante. Mentira! Mentira! Querem, como fizeram com aquela malfadada propaganda de combate ao crack, jogar no jovem negro ainda a responsabilidade pela sua morte e isso vai se espalhando.

O Sr. Presidente da Assembleia o nobre deputado Marcelo Nilo, fortíssimo candidato ao governo do Estado, disse, hoje, numa declaração à imprensa, ou ontem, salvo engano, que as mortes estão associadas ao tráfico. Não é verdade! Não é verdade! O problema do tráfico é um problema gravíssimo no mundo todo, mas esse alto índice de assassinatos na Bahia não pode ser atribuído ao pequeno jovem que está numa área conflagrada, que mora numa área conflagrada, deputado Sargento Isidório, V.Ex^a que faz um trabalho desse nível, muito bom do ponto de vista social. Esse jovem que está lá na Baixa da Soronha, na Nova Constituinte, na Nova República, no Boqueirão, esse jovem que queria estudar, que quer trabalhar, e o Estado não oferece escola, trabalho, lazer, e é envolvido nas brigas da Polícia com certas gangues são assassinados e depois recebem a pecha de traficantes.

Essa tragédia que a CMN mostra ainda é maior quando olhamos para o caos que é o Ensino Médio patrocinado pelo governo do Estado. As escolas de segundo

grau do governo do Estado não funcionam, não têm professores. As escolas do Ensino Médio do Estado não têm aulas, e quem sofre com isso é o filho do trabalhador que não tem a educação adequada. Durante os 120 dias de greve da rede pública, no ano de 2012, numa escola apenas, deputado Vando, a escola Deputado Luís Eduardo Magalhães, no bairro de Tancredo Neves, 12 adolescentes foram assassinados.

É este o Estado da propaganda, o Estado da falácia, e não temos nenhuma política pública. Cadê a profissionalização desses jovens? Cadê um Ensino Médio que seja atrativo, que prenda o jovem na escola, que ofereça alternativas para esse jovem? Não existe. Tivemos agora os resultados do Enem. A primeira escola pública da Bahia que aparece entre as 11 mil brasileiras, aparece na posição quatro mil duzentos e tanto. E olhem que as outras escolas públicas não são modelo para nada. Há uma regressão total, e contra fatos não há argumentos que defendam essa situação, não há argumentos que mostrem saídas para a juventude, infelizmente.

E volto a dizer, deputado Sandro Régis, a situação é crítica no Brasil, mas na Bahia é pior, porque éramos o 24º estado da Federação em homicídios e, hoje, somos o 4º estado. A cidade do Salvador, hoje, que a CNN chama de capital do assassinato é a primeira capital na morte de jovens negros. São esses os dados e os números que o governo do Partido dos Trabalhadores lega à população baiana.

Precisamos, sim, nos pronunciar. Precisamos, sim, estar aqui vigilantes e cobrando uma posição pública. E não na base do ouvi dizer para que ainda não culpemos os negros pela própria morte. É essa a situação da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado José de Arimatéia e, por 5 minutos, a deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Falará por 5 minutos o deputado José de Arimatéia e por 5 minutos a deputada Maria del Carmen.

O Sr. JOSÉ de ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, Canal Assembleia, todos que estão nas Galerias, venho a esta tribuna para apresentar um relatório já que hoje é a última sessão do ano de 2013. Deixar nos Anais desta Casa a avaliação das atividades desenvolvidas em 2013 pela Comissão de Saúde e Saneamento, da qual sou presidente. (Lê) “Entendemos que este foi um ano muito produtivo e de grandes conquistas, quando assumimos a comissão obviamente, nossa perspectiva é de que ela tivesse um poder maior de transformação, conhecer um hospital, seja ele estadual, municipal ou conveniado, diagnosticar os problemas e dispor de meios para transformar aquela realidade, como o Hospital Municipal Dr. Otto Alencar, no município de Laje, que visitamos em 2011, por exemplo, o centro cirúrgico estava fechado, ambulância do Samu parada sem nunca ter sido utilizada.

Obviamente encaminhamos a denúncia e acompanhamos de perto até a

situação se normalizar, mas não podemos nós, enquanto comissão, autuar o município e resolver o problema. Isso causa um pouco de angústia e frustração, mas não nos desanima a encontrar outras formas de fazer com que a situação contribua socialmente.

Depois de nos dois primeiros anos de gestão na Comissão, focamos em avaliar a situação da saúde pública no Estado, através da realidade dos hospitais, em 2013 iniciamos um trabalho diferente, mas que acreditamos ter um impacto relevante: a saúde preventiva e o debate as doenças não transmissíveis.

Em uma série de audiências públicas, trouxemos para a Assembleia médicos, especialistas, familiares, associações representativas e paciente para discutirem as deficiências do sistema de assistência e formas para melhorar a qualidade de vida e saúde do povo baiano que são portadoras de doenças como o lúpus, anemia falciforme, autismo, obesidade mórbida, diabete e doenças renais.

Dessas audiências, surgiram inúmeros encaminhamentos objetivados nessa perspectiva de melhorar a assistência aos pacientes, totalizando matérias protocoladas na Secretaria de Saúde do Estado, Ministério da Saúde, Secretarias Municipais e Governadoria. Durante esses três anos foram realizadas 81 reuniões ordinárias, 29 audiências públicas e cinco Projetos de Leis aprovados.

Claro que durante esse período também ficamos atentos as denúncias e acompanhamos de perto situações adversas no sistema como a falta de leitos para parturientes em Feira de Santana, tentando ajustar soluções com o secretário Solla. Não foi apenas nesta situação, por diversas vezes apresentamos ao secretário as demandas das comunidades, e agradecemos essa parceria que foi posta por ele, sempre de receptividade aos relatórios entregues pela Comissão.

A assistência aos idosos também foi bastante discutida pelo colegiado, sobre diferentes perspectivas. Nesse aspecto, uma das nossas maiores alegrias foi finalmente ver aprovado Projeto de Lei 20.435/2013, que estabelece a Política Estadual da Pessoa Idosa, do qual tive a alegria de ser posto como relator. Através dele, teremos a chance de garantir o direito pleno de acesso a saúde pública de qualidade e personalizada para as pessoas idosas. Não podemos esquecer ainda da atuação brilhante da sociedade baiana em contribuir com a campanha "assine+saúde", que tem como objetivo criar um Projeto de Lei de iniciativa popular para fixar os recursos da união na saúde em 10%. Em agosto, levamos para o Congresso Nacional cerca de 100 mil assinaturas dos baianos que em prol do projeto, nós fomos o terceiro estado a recolher o maior número de assinaturas. No Brasil foram 2 milhões, dos 12 estados da Federação.

Para concluir, que agradecer a Deus, por 2013 ter sido um ano de muito trabalho. E mesmo focado em exercer a nossa função, somos motivados por reconhecimentos como o troféu imprensa. Fui um dos quatro parlamentares eleito pelo comitê de imprensa desta Casa, formado por 42 profissionais que cobrem as atividades da Casa - com a honraria de "destaque parlamentar 2013". Agradeço a Deus, minha família, jornalistas do comitê e toda minha equipe de assessores pelo incentivo e reconhecimento. O dia de 17 de dezembro de 2013, foi um dos mais

marcantes em 18 anos de vida pública.

Em 2014, temos mais batalhas para vencer na saúde e em outras áreas. Tenham certeza de que esta comissão continuará atuando seriamente para melhorar a nossa assistência, pois com unidade e responsabilidade, trabalhamos para o povo baiano. Dessa forma, agradeço imensamente à todos os membros que compõem o colegiado e toda nossa equipe. Um novo ano de paz e fé para todos!”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a nobre deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, que nesse momento preside esta sessão, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, senhores amigos do Sindicato dos Vigilantes que hoje estão nas nossas Galerias, um grande abraço em recebê-los aqui, senhores jornalistas, servidores desta Casa que no dia a dia nos acompanham aqui nesta Assembleia, quero, nesta manhã, logo depois do Natal, espero que todos tenham tido dias felizes em família, preparando-se para enfrentar o desafio de mais um novo ano, num momento de reflexão e análise do que realizamos ao longo deste 2013.

Falarei pouco hoje, não usarei os 5 minutos do meu tempo. Na realidade, esperamos que o nosso projeto de lei, o PL Anticalote, que nasceu da solicitação do Sindicato dos Vigilantes, seja aprovado por esta Casa. Quero agradecer todo o esforço, toda a luta e mobilização dele em nome do seu presidente, o companheiro Boaventura, como também agradeço a todos os outros companheiros que se empenharam.

Foi um debate amplo. Trouxemos para cá, numa audiência pública, o deputado distrital Chico Vigilante, que é autor lá no Distrito Federal dum projeto semelhante, já aprovado e implantado.

Fizemos desde 2011, quando demos entrada ao nosso projeto, toda uma costura junto ao governo do Estado, nas diversas Secretarias, como a da Administração, e na Procuradoria, para que ele fosse aprovado e pudesse ser encaminhado a este Poder, sendo colocado em prática posteriormente.

Tivemos a felicidade de ter o deputado Mário Negromonte Júnior como relator. Ele recebeu uma proposta já fechada, após o debate que fizemos na semana passada com os empresários, porque estes já haviam sido consultados. Mas houve uma última discussão para que chegassem a um consenso. Então, o projeto está pronto para ser votado hoje.

Esperamos e pedimos neste momento aos colegas, pares, independentemente da posição partidária, que se unam todos para que saiamos daqui nesta data comemorando as festas do final de ano com a aprovação do projeto Anticalote, para que em 2014 todos esses trabalhadores tenham seus direitos assegurados e garantidos. Dessa forma, os recursos que lhes são destinados para pagamento das suas parcelas no momento da extinção dos contratos, ou mesmo quando têm de sair das empresas,

estarão depositados no banco, evitando que aconteça o que tem acontecido atualmente, quando os maus empresários que se introduzem no ramo usam essas verbas desses trabalhadores. Assim, o próprio Estado e nós, enquanto sociedade, temos que de novo bancar esses custos, valores que já foram liberados mas acabam apropriados por aqueles que não são sérios nem utilizam um procedimento correto. Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, esperamos comemorar todos juntos. E que, além deste forte Sindicato dos Vigilantes, os Sindicatos dos Trabalhadores em Limpeza e Serviços Gerais também sejam beneficiados pelo projeto Anticalote. Quero parabenizar o companheiro vereador Suíca, que trabalha também no sentido de transformá-lo em realidade. Parabéns igualmente a vocês sindicalistas que fizeram a luta! Parabéns à CUT, que aprovou, apoiou e levantou essa bandeira! Parabéns a todos nós, que com certeza aprovaremos este projeto! A deputada Maria del Carmen é apenas a subscritora dele, e não a autora, porque todos vocês é que são os autores, pois trabalharam para isso acontecer!

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará o deputado Adolfo Viana. E pelo tempo restante, o deputado Carlos Geilson, de Feira de Santana e região.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Falará por 5 minutos e meio o nobre Líder e deputado revelação das Oposições da Bahia, Adolfo Viana. Depois, o nosso legítimo representante de Feira de Santana deputado Carlos Geilson, pelo tempo restante.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, que tão bem fica nessa cadeira de presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi aqui atentamente os pronunciamentos dos parlamentares que me antecederam. Prestei muita atenção no pronunciamento do deputado destaque do ano de 2013, presidente da Comissão da Saúde, desta Assembleia Legislativa, e gostaria de acompanhar o pronunciamento do deputado Sandro Régis, já aí chamando também a atenção do nobre parlamentar, deputado José de Arimatéia.

Semana passada, desta mesma tribuna, nós havíamos denunciado o problema do norte do Estado da Bahia, do Hospital Regional de Juazeiro. Ali os serviços estavam suspensos por falta de repasse do governo do Estado. Posteriormente subiu também a nobre parlamentar Kelly Magalhães que dizia que no oeste o Hospital Regional se encontrava da mesma maneira. Logo depois, o Líder Sandro Régis apontava também para o Hospital de Jequié e de Alagoinhas.

De fato, o que esperamos é que a Comissão da Saúde da Assembleia Legislativa do da Bahia tome providências, chame a atenção do governo do Estado. É um governo que fica devendo tanto na área da Saúde, como na da Segurança Pública. E trago a esta tribuna a matéria publicada, pelo site Bahia Notícias, replicando

matéria da CNN, que trazia Salvador como a capital dos assassinatos.

Podemos observar que o prefeito ACM Neto vem fazendo um grande trabalho à frente da Prefeitura de Salvador, reorganizando a nossa capital. De fato, o que gostaríamos era que esta mesma reportagem fosse feita para ainda mais atrair turistas estrangeiros para esta capital que está sendo transformada pela gestão do prefeito ACM Neto. Ele que tem tido todo o empenho para devolver o brilho e a autoestima dos soteropolitanos.

Infelizmente a questão da Segurança Pública não afeta só a capital baiana, mas todo o Estado da Bahia. E fez com que Salvador tivesse destaque com essa péssima reportagem internacional. E quando falamos de violência em nosso Estado, fica fácil perceber porque o Estado da Bahia se transformou no destino preferencial do crime organizado. Estado da Bahia que tem a cada dois dias um banco assaltado, explodido ou com sequestro de funcionários e parentes. Ficou fácil esse tipo de crime.

Recebo, aqui, um documento do Sindicato dos Bancários da Bahia, dizendo que foram 189 ocorrências no período de janeiro de 2013 a 19/12/2013. Crimes como assalto, explosão de caixas eletrônicos, arrombamentos de caixas, sequestro de familiares de gerentes de banco, entre outros. Somente no último dia 03/12 foram cinco ocorrências no mesmo dia. Em média, a cada dois dias um banco é assaltado, estourado ou explodido no Estado da Bahia. E, aqui, tenho todos os bancos que foram assaltados ou explodidos no Estado da Bahia. Vejo que esses bancos que são arrombados não têm a capacidade de reabrir as suas portas, porque não entendem que estão seguros para isso. Posso citar alguns exemplos aqui. Uma cidade que, de fato, foi abandonada pelo Estado da Bahia, não tem segurança pública, a estrada aqui anunciada por um determinado parlamentar, a questão da água; Campo Alegre de Lourdes já tem o seu Banco do Brasil fechado há quase 40 dias e o próprio Banco do Brasil entende que não tem condição de reabrir suas portas, porque acha que se o fizer vai acabar ocorrendo o mesmo assalto, a mesma explosão na sequência da sua abertura. Teremos hoje uma sessão extensa, e os dados começam a chegar. Temos mais denúncias feitas por parte da população que vem pedir socorro no que diz respeito à questão da segurança pública.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Agora o nobre líder de Feira de Santana, deputado Carlos Geilson, por até 5 minutos e meio.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas da Imprensa, amigos das Galerias, quero saudar o deputado Antônio Imbassahy, que foi içado à condição de líder nacional do PSDB. Isso mostra o seu preparo, a sua maturidade para ocupar um cargo tão importante em ano eleitoral. Como baiano e como amigo, fico muito feliz ao ver o deputado Antônio José Imbassahy ser escolhido, apontado como líder nacional do PSDB.

Tem uma musiquinha que está encharcando o ouvido dos baianos e que, na verdade, é uma propaganda velada do candidato do poder central no Estado da Bahia, e a letra da musiquinha tenta iludir, engabelar os mais incautos. Mas, obviamente,

entre o que a música diz e a realidade há uma disparidade.

A letra diz: “Quando a gente luta e cresce, a gente logo sente que pode muito mais. Cada passo conquistado traz uma vontade de ir mais além. Quem está no campo quer estrada para rodar; quem já tem casa quer trabalho para crescer; quem tem hospital quer mais médico para cuidar; quem sabe ler ainda tem muito mais para aprender. A Bahia quer mais e o trabalho segue em frente fazendo mais por nossa gente. A Bahia quer mais e vamos conquistando mais pela Bahia, mais pelos baianos.”

Isso é um engodo, uma falácia. A Bahia quer mais, como? Mais insegurança? Mais violência? A Bahia quer mais médicos nos hospitais? Os hospitais não têm nem medicamentos para dar os primeiros socorros. Pelo amor de Deus, quem quer mais sofrimento? Quem quer mais violência? Quem quer mais analfabetismo?

Essa é uma propaganda mentirosa, deslavada, uma infâmia. Tentam engabelar, tentam ludibriar os baianos com essa musiquinha que toca nas emissoras de rádio a todo instante que a Bahia quer mais. A Bahia quer, sim, um progresso de fato, um governo que trabalhe, um governo que defenda na sua essência o seu povo, que combata a criminalidade, que enfrente o crime organizado, que se construa mais escolas, que se construa mais hospitais, essa é a Bahia que queremos.

Essa que passa na propaganda, só mesmo o Líder do governo acredita! Ele vive de forma imaginária e fictícia nessa Bahia da propaganda. A Bahia real é dura, é de sofrimento, é cruel. É só ver nas estatísticas o número de jovens assassinados no final de semana, os acidentes que ocorreram nas estradas da Bahia em razão as chuvas. Essas estradas que parecem ter sido feitas com Sonrisal!

Quer mais? Coisa nenhuma! Queremos, sim, uma Bahia muito diferente dessa Bahia que está aí. Essa não é a Bahia de todos nós. Essa não é a Bahia que nós sonhamos. Essa não é a Bahia que nós queremos.

E aí fica o tempo todo tocando essa musiquinha nas emissoras de rádio, tentando, de uma forma velada, persuadir o eleitor, tentando jogar para cima do povo o candidato governista. Uma coisa é certa: os baianos estão atentos, estão ligados. O raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Caiu, em 2010, na reeleição do governador! Foi importante dar a ele esse voto de confiança, até porque temos, agora, de forma clara e insofismável, a certeza de que esse governo não correspondeu e não corresponde à expectativa do povo baiano.

Não vai ser com essa musiquinha “A Bahia quer mais!”. Pelo amor de Deus! Quem é que quer uma coisa dessas? “A Bahia quer mais e o trabalho segue em frente”. Que trabalho? “Fazendo mais por nossa gente”. Não faz por ninguém, não faz pela Bahia! O que faz é aumentar a violência, o que faz é aumentar a quantidade de pessoas padecendo nas filas e nas portas dos hospitais com os corredores apinhados de gente. Isso, sim, esse governo faz pela Bahia!

Mas queremos uma Bahia diferente, a Bahia da metamorfose, a Bahia do progresso...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Abaixo a letargia! Abaixo a preguiça! Viva o

progresso que, se Deus quiser, experimentaremos, a partir de janeiro de 2015, com o nosso governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, estamos, hoje, num esforço muito grande para votar uma série de matérias, infelizmente, não de interesse da sociedade, mas de interesse do governo do Estado, da administração estadual que não faz o seu dever de casa, que, confiando na sua esmagadora maioria nesta Casa, não manda os projetos no tempo correto, que não utiliza, Sr. Presidente, as Comissões.

Enfim, este governo quer ver, cada vez mais, diferente do discurso e das promessas de campanha, esta Casa abaixada e sem exercer o seu verdadeiro papel. Este governo desorganizou as finanças da Bahia, deputado Sandro Régis, e chega ao absurdo, agora, de querer reeditar a famigerada Antecipação de Receita Orçamentária. (ARO)

O governo do Estado quer se utilizar desse ARO, que quebrou as finanças de todos os entes públicos brasileiros, que precisou da mão firme do ministro da Fazenda à época, Fernando Henrique Cardoso, para dar um basta, e que, hoje, é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para cobrir o seu rombo de caixa. O governo, pasmem, quer fazer uma operação de antecipação de receita orçamentária para tomar recursos de 2018, antecipar recursos de um futuro governo que, com certeza, não seguirá e não é não será dessa linha da bagunça administrativa, da desordem administrativa.

Pois bem, Sr. Presidente, eles não querem discutir isso, a Bancada do governo não quer, nos momentos adequados, discutir. Já que essa absurda proposta não passou nem pelas comissões, a Bancada do governo deveria estar aqui, no Plenário, para proporcionar uma discussão de alto nível, para mostrar que o governo quer antecipar recursos orçamentários até 2018 para cobrir o seu déficit de caixa, o seu rombo. Não estão conseguindo fechar as contas de 2013.

Ora, se essa antecipação de receita orçamentária fosse para algum grande projeto, fosse para a megalomaníaca ponte Salvador/Itaparica...

Cadê a ponte Salvador/Itaparica? Gastaram milhões para o projeto e propaganda.

Se fosse para isso, se fosse para recuperar as estradas do Baixo Sul, que estão acabadas, se fosse para recuperar as estradas do Litoral Norte que foram inauguradas...

Como diz a música de Caetano: “Ainda nem inauguradas, mas já parecem

ruínas”. É assim este governo! Ainda não inauguraram e a obra já parece uma ruína.

Se fosse para isso, Sr. Presidente, nós até poderíamos discutir.

Sr. Presidente, eu iria fazer uma questão de ordem solicitando uma verificação de quórum, porque o Líder do governo não estava presente, mas, agora, ele entra no Plenário e vai-nos possibilitar discutir essas questões.

Por isso, peço perdão a V.Ex^a, vou abrir mão da minha questão de ordem.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a está perdoado, nobre Líder do PTN nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou o Líder do DEM para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Paulo Azi, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, estamos aqui, praticamente, na última sessão ordinária do ano de 2013. E pelo andar da carruagem, Sr. Presidente, não entraremos em recesso, porque o governo, até o presente momento, não sinaliza interesse de colocar em pauta a discussão e votação do Orçamento para o ano de 2014.

Isso é o retrato do ocaso de um governo que se preocupa apenas em fazer política, esquecendo-se de suas responsabilidades, que se esquece do seu dever maior de cuidar da administração pública, de se preocupar com a gestão administrativa e com o equilíbrio financeiro do nosso Estado.

Ao final de 7 anos de administração, creio, Sr. Presidente, que chegar a este momento sem discutir sequer a peça orçamentária de 2014 retrata muito bem o estágio e o grau de desinteresse desse governo com as questões administrativas de nosso Estado.

O Orçamento é, sem nenhuma dúvida, a principal lei, e uma das mais importantes atribuições deste Poder. Eu me recordo das bandeiras históricas do PT, que, quando era Oposição, bradava aos quatro cantos que, chegando ao poder, implantaria o orçamento participativo. E, para nossa tristeza e desilusão, chegamos ao final de um período legislativo sem nenhuma abordagem, seja dentro, seja fora deste Poder, de discussão da nossa peça orçamentária.

Fico a imaginar o que pensam parlamentares da estirpe do deputado José Raimundo, do PT, que, se faça justiça, quando foi prefeito da cidade de Vitória da Conquista lá implantou o orçamento participativo. Fico aqui a imaginar a angústia que ele sente quando chega a esta Casa, representando principalmente os interesses da população daquela região, e não assiste sequer, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a uma única sessão ordinária na Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa para debater

o Orçamento estadual de 2014. Não se verifica se as emendas apresentadas devem ser acatadas ou não. Pior até, nem sequer foram publicadas as emendas feitas pelas Sr^{as} e Srs. Parlamentares.

Chegamos ao último dia de sessão legislativa deste ano sem sequer sabermos quem é o relator, deputado João Carlos Bacelar, da proposta orçamentária de 2014. E este governo, que não consegue dizer o que quer, que só pensa em escorchar a nossa população, com seguidos aumentos de taxas e impostos, um governo que ao longo destes 7 anos já teve desta Casa Legislativa a autorização para contrair empréstimos da ordem de mais de R\$ 14 bilhões, é o mesmo governo que agora parece querer comprometer os governos futuros, porque o seu já está comprometido. Neste último ano, ele já sabe que não tem as condições necessárias para reequilibrar as suas contas. Contas que, é bom que se diga, recebeu do seu antecessor completamente equilibradas e arrumadas.

E o governo agora encaminha a esta Casa, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, um projeto de lei que tenta colocar as mãos nos recursos dos futuros governos. Não se sacia nunca, porque não consegue fazer o seu dever de casa, não consegue adotar as práticas administrativas e de gestões fiscais que, mesmo duras, são essenciais para o equilíbrio das contas públicas. Aí faz a opção pelo caminho mais fácil: de um lado aumenta impostos e taxas, do outro endivida o Estado. Como disse, em 7 anos são mais de 14 bilhões aprovados por esta Assembleia. Mas, como se o governo da Bahia não satisfeito estivesse, ele tenta neste momento ainda comprometer as futuras administrações estaduais.

A Oposição não pode aceitar isso, não concorda com isso, não pactua com isso. Nós, que sinalizamos apoio à Proposta de Emenda Constitucional que autoriza o governo a utilizar os recursos dos royalties para capitalização do Fundo de Previdência do Servidor Público, Sr. Presidente, percebemos que as reais intenções do governo vão muito mais além do que o equilíbrio desse fundo.

O governo tenta colocar as mãos em recursos que não lhe pertencem mais, que são próprios do Orçamento do futuro governador, porque tenta se utilizar de valores previstos até o ano de 2018. Não é essa uma atitude de um governo que se considere sério e responsável. Como disse, Sr. Presidente, vamos estar aqui a postos, fiscalizando e denunciando à população mais esta tentativa do governo baiano, que, não satisfeito com a quebradeira que implantou no Estado da Bahia, tenta agora comprometer as futuras administrações estaduais. É lamentável que no apagar das luzes, praticamente no encerramento do ano legislativo, o governo queira impor a esta Casa uma pauta de mais de 22 projetos. Não teve o devido cuidado da sua discussão no âmbito das Comissões Temáticas, e, agora, Sr. Presidente, chega neste momento, praticamente inviabilizando o recesso parlamentar previsto para iniciar-se em 1º de janeiro.

Ainda nos resta a expectativa de que o governo tenha o bom senso e sente com a Oposição para traçar, pelo menos, uma pauta mínima para que se viabilize a discussão e a apreciação do Orçamento estadual de 2014.

Agradeço a V.Ex^a

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não havendo orador...

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Bruno Reis. O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, estamos hoje aqui na expectativa de podermos votar o Orçamento, apesar de o PT, para sua apreciação... Como rasgou sua história em diversos outros aspectos, o partido também rasga sua história quando da apreciação do Orçamento, que também não foi debatido.

O Orçamento, no passado, sempre foi defendido que deveria ser participativo e popular. Apresentamos diversas emendas e não sabemos sequer se elas foram acatadas ou não. Até porque a Oposição nem sequer sabe quem é o seu relator, não sabe se é o deputado João Bonfim, que volta a esta Casa revigorado e rejuvenescido e com disposição para trabalhar, mas não sabemos se é ele o relator ou outro deputado.

Mais uma vez, o governo pretende passar o rolo compressor para aprovar as matérias nesta Casa. Existem na Ordem do Dia quatro projetos, projetos a nosso ver até importantes, como a Política Estadual de Resíduos Sólidos, a Política Estadual de Turismo e todos que vêm ocupando a Ordem do Dia.

Estamos aqui, a Oposição disposta a cumprir o seu papel, que é debater, discutir, até porque esses projetos não tiveram o trâmite normal, mais uma vez, para esses projetos virem à Ordem do Dia, foram aprovados requerimentos de urgência, porque as comissões não funcionam ou sei lá se é até mesmo uma estratégia do governo de impedir que esses projetos sejam debatidos e até aperfeiçoados, melhorados no âmbito das comissões. Então, estamos aqui e queremos a presença do governo, da base do governo para debatê-los.

Hoje é dia 26 de dezembro, pós Natal. A Oposição está motivada, estimulada e pronta para, da melhor forma, cumprir com os compromissos que o povo da Bahia nos outorgou nas últimas eleições, que é de representar os seus interesses nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, como é evidente a presença de poucos deputados aqui no plenário, solicito a V.Ex^a, nesta questão de ordem, que se proceda uma verificação de quórum nominal para que possamos ter a oportunidade de continuar tão importante sessão, pois há diversos projetos para serem debatidos, discutidos, e nada mais justo que se faça isso com a presença de todos os deputados. Sei que eles têm compromissos com a Bahia e querem ter a oportunidade de debater esses projetos e discuti-los. E já que vamos iniciar a Ordem do Dia, é importante ter aqui a presença dos demais deputados.

Por isso, Sr. Presidente, que peço a V.Ex^a para que proceda à verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlinhos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender à solicitação do deputado Bruno Reis, pedimos que zere o painel e marque a contagem do tempo regimental. Convidamos todos os deputados da Base do governo para que venham ao Plenário, para atestarem suas presenças, para que possamos dar continuidade à sessão, vez que existem quatro projetos, pelo menos, importantes do Executivo a serem votados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. V.Ex^a também será atendido.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, no Salão Deputado Nestor Duarte, nos gabinetes, há um pedido de quórum para a continuidade da presente sessão solicitado pelos deputados Bruno Reis e Carlinhos Brasileiro.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, verificação de quórum para a continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bruno Reis, gostaria de que V.Ex^a marcasse sua presença. Na ausência do deputado Bruno Reis, suspendo a verificação de quórum.

(O Sr. Bruno Reis fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele não está presente! Pedi para marcar... (O Sr. Bruno Reis fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço-lhe desculpas, não vi V.Ex^a. (Risos) Eu estava pedindo para marcar a presença. Foi um equívoco. Eu teria que suspender a verificação, mas como V.Ex^a está presente, continua a verificação de quórum, e peço desculpas ao deputado Bruno Reis.

Srs. Deputados, marquem suas presenças.

(Os Srs. Deputados marcam as presenças.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quórum para a continuidade da sessão. Há um requerimento, assinado pelo deputado Zé Neto, que solicita a prorrogação da sessão pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias na Ordem do Dia.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi. O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, peço que V.Ex^a proceda a uma verificação de quórum de votação do referido requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Zerem o painel.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado

Carlinhos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, pode seguir a questão de ordem. Que V.Ex^a zere o painel e marque o tempo regulamentar para uma verificação de quórum de votação. O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a também será atendido.

Zerem o painel. Marquem os 25 minutos.

O deputado Paulo Azi solicitou uma verificação de quórum de votação! Os Srs. Deputados que queiram participar da votação marquem suas presenças. Solicito aos deputados Carlinhos Brasileiro e Paulo Azi que marquem suas presenças.

Srs. Deputados, verificação de quórum de votação!

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estão presentes 32 Srs. Deputados. Há quórum de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento proposto pelo deputado Zé Neto permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade.

ORDEM DO DIA

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 20.620/2013, de procedência do Poder Executivo, que altera o art. 1º da lei nº 12.627, de 28 de dezembro de 2012.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Direitos Humanos e Segurança Pública; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Para relatar a matéria, designo o nobre deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar a matéria, designo o nobre deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, designado por esta Presidência para relatar a matéria, passo a fazer a leitura do parecer ao projeto de lei enviado pelo Executivo estadual.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Direitos Humanos e Segurança Pública, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.620/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 12.627 de 28 de dezembro de 2012'.*

Através da proposição que ora passo a relatar pretende, o Poder Executivo, promover alterações na Lei nº 12.627/2012, que autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil.

A medida destina-se a incluir a Infraestrutura dentre as áreas de destinação dos recursos da operação, que contemplava originalmente: Segurança Pública e Prisional; Ciência, Tecnologia e Inovação; Saúde e Mobilidade Urbana.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Liderança da Minoria, propondo que os recursos do empréstimo sejam aplicados exclusivamente em despesas de capital, sob a justificativa de que a emenda tem fundamento na classificação, em categorias, da receita e da despesa, e que os recursos oriundos da operação de crédito devem ser aplicados em despesas de capital, com dispêndio de recursos para planejamento e execução de obras, inclusive para aquisição de imóveis considerados necessários à realização das mesmas, bem como aquisição de instalações, equipamentos e outros materiais permanentes. A emenda é da Minoria que foi acolhida por este relator no sentido de considerar válida a sugestão feita, manifestada pela Minoria.

Ante o exposto, e considerando que a proposição encontra-se em conformidade às disposições legais e constitucionais, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela emenda nº 1.

É o parecer.

Sala das Sessões, 26 de dezembro de 2013.

Deputado Euclides Fernandes - Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre relator.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi. O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero solicitar a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum no âmbito das Comissões que deveriam discutir a referida matéria quando de sua tramitação. Na impossibilidade, Sr. Presidente, das comissões se reunirem nesta Casa e todos os projetos serem discutidos diretamente no Plenário, quero pedir que, pelo menos, V.Ex^a verifique se há quórum dos membros das devidas comissões no Plenário desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Vou marcar os 15 minutos pessoalmente, porque são das Comissões.

O Sr. J. Carlos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado J. Carlos. O Sr. J. Carlos:- Era para que zerasse o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vai ser zerado porque são as comissões. Agradeço-lhe, mas me equivoquei, são as comissões.

Comissão de Constituição e Justiça: deputado Joseildo Ramos, ausente; deputado Carlos Geilson, ausente; deputado Bruno Reis, ausente; deputado Euclides Fernandes, presente; deputado Luiz Augusto, presente; deputada Maria Luiza Laudano, presente; deputado Mário Negromonte Júnior, presente; deputado Zé Raimundo, presente. Cinco estão presentes, portanto, há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo: deputado Herbert Barbosa, ausente; deputada Ângela Sousa, ausente; deputado Álvaro Gomes, ausente; deputado Augusto Castro (ausente), Cacá Leão

(presente), Carlos Ubaldino (presente), Maria del Carmen (presente) e Paulo Rangel (presente). Deputados suplentes: Luiz Augusto. (Presente.)

Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

Deputados Temóteo Brito (ausente), Gaban (ausente), Capitão Tadeu (presente), Delegado Deraldo Damasceno (ausente), João Bonfim (ausente), João Carlos Bacelar (ausente), Marcelino Galo (presente) e Yulo Oiticica (presente). Deputados suplentes: José de Arimatéia (presente) e Ivana Bastos. (Presente.)

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Deputados Álvaro Gomes (ausente) Bruno Reis (ausente), Bira Corôa (presente), Carlos Geilson (ausente), Carlos Ubaldino (presente), J. Carlos (presente), Kelly Magalhães (ausente), Rosemberg Pinto (ausente), Aderbal Caldas (ausente), Graça Pimenta (ausente), Roberto Carlos (presente) e Zé Raimundo. (Presente.)

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Deputados Adolfo Menezes (ausente), Tom Araújo (ausente), Alan Sanches (presente), Carlos Brasileiro (presente), Gaban (ausente), Luiz Augusto (presente) e Zé Raimundo (presente). Deputados suplentes: Bruno Reis (ausente) e Carlos Ubaldino. (Presente.)

Em votação no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários dos deputados Bruno Reis, Gaban, Paulo Azi, Sandro Régis e João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir a matéria, o primeiro orador, deputado Bruno Reis, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, Galerias, imprensa presente, telespectadores da TV Assembleia, estamos neste Plenário hoje, nobre deputado Carlos Geilson, dia 26 de dezembro, na expectativa de apreciarmos o Orçamento para o ano de 2014, mas até o presente momento a Oposição desconhece quem é o relator e também não sabe se alguma emenda foi acatada ou quais emendas foram acatadas. Estamos aqui na expectativa de que o projeto possa ser discutido, até porque sempre foi uma marca da história do PT, à época em que era oposição e à época em que não tinha oportunidade de governar, a defesa do orçamento participativo e popular, amplamente debatido e discutido com a população.

Ora, não só não foi debatido e discutido com a população como sequer, também, com os deputados. Vocês estão nas galerias defendendo a aprovação do PL anticalote que conta com o apoio da Oposição. Estamos prontos para votar. Então, vocês, aí na plateia, observem que nem nós, deputados da Base de oposição, temos conhecimento de como vem a peça orçamentária para 2014.

Este é o governo que se diz democrático, republicano, defensor das transparências, defensor da participação do Legislativo nas tomadas de decisões. Nobre líder e deputado Carlos Brasileiro, não sabemos nem como está a peça orçamentária! Sabemos, sim, que a Bahia enfrenta graves problemas em diversas áreas, nobre deputado Bira Corôa.

Por exemplo, ano a ano, vêm-se reduzindo os investimentos na área da educação. A Constituição estabelece que 25% da receita corrente líquida devem ser

investidos na educação. Na gestão anterior do ex-governador Paulo Souto, esse investimento chegou à casa dos 30%! No governo Wagner, fecha, na marra, em 25%. E só fecha porque é imposição legal, porque educação é prioridade do PT no palanque e no programa de televisão durante a campanha eleitoral. Mas, na hora de governar, educação não é prioridade do PT!

Na área da saúde, tem de se gastar os 15% da mesma forma. Estamos vendo diversos hospitais na Bahia superlotados e as pessoas nos corredores. É um sacrifício conseguir uma vaga de UTI para qualquer pessoa em uma situação de emergência. Vejam, existem cidades importantes, no estado da Bahia, cidades regionais, nobre deputado Sidelvan, que Wagner prometeu a instalação de UIT e, depois de 7 anos de governo, ainda não há, até agora, nada!

O governo já está chegando, arrastando-se e capengando ao final.

E nós não temos a saúde como prioridade no governo Wagner.

Se formos para a área de infraestrutura, a situação é tão ou talvez pior, pois a situação é caótica. Este governo deixou que a Bahia se tornasse um verdadeiro cemitério de obras paralisadas. Por quê? Porque os recursos dos convênios têm prazo para execução dos convênios. Tais convênios são recursos do governo federal, fruto de operações de créditos como esta que estamos debatendo aqui e de contas vinculadas para sua aplicação.

Aí, retira-se e desvia-se o dinheiro dessas contas para pagar o custeio, para pagar o dia a dia, ou seja, o funcionamento da máquina pública. São despesas com: diárias, locação de automóveis, contratação de REDAs e de PSPs. São recursos para pagamento de aluguel e para funcionamento de várias secretarias criadas por este governo. São secretarias que, até o presente momento, não há nada que justifique a existência delas. Porque não há projetos, não há iniciativas que tenham dado resultado. É por isso que essas obras estão paralisadas. Queria falar um pouco do maior problema, talvez, deste governo. Inclusive foi reconhecido pelo governador em sua última entrevista, que é a questão da Segurança Pública. Não vai resolver segurança pública com varinha de condão ou truque de mágica. Só há como resolver com investimentos, recursos. E, mais uma vez, o Orçamento que foi publicado, nobre deputado Paulo Azi, pelo Diário Oficial, traz recursos previstos para publicidade maiores que os da Segurança Pública.

Então publicidade tem prioridade neste governo mais que a segurança pública, mais que a vida das pessoas. Fica na TV com musiquinha, tentando vender para os baianos uma Bahia que não existe, que não é real. A Bahia da televisão. Mas não adianta, porque o povo da Bahia é inteligente. Pode até ser enganado uma vez, pode até ser criada uma expectativa pela segunda vez, mas a terceira vez não funciona.

Os dados estão aí, não é coisa da Oposição, não são dados criados por nós, são dados do mapa da violência. Reconheço o esforço do secretário da Segurança Pública. Reconheço a vontade de tentar resolver os problemas. Mas sem a aplicação de recursos e sem atitude não resolverá a questão da segurança. Para V.Ex^{as} terem ideia, meus amigos e amigas que me ouvem e assistem, neste momento, morreram, nos últimos sete anos do governo Wagner, mais de 30 mil pessoas, fruto do crime e da

marginalidade. Morreram em sete anos mais que os 26 últimos anos anteriores. Morreu mais gente na Bahia que em qualquer guerra no mundo, até a guerra do Afeganistão. São 30 mil baianos que morreram.

A Bahia, hoje, supera o estado do Rio de Janeiro em números de homicídios. Supera até o estado de São Paulo. Aqui do nosso lado, Simões Filho é a cidade mais violenta do País. Porto Seguro, cartão postal da Bahia, é a sexta cidade mais violenta do País. Eunápolis é a oitava cidade mais violenta do País. Temos, minhas amigas e meus amigos, 15 cidades da Bahia, dentre as 30 mais violentas do País.

Está aqui uma matéria da CNN para o mundo vendendo Salvador como a “capital do homicídio”. O prefeito tem feito a sua parte. Está aí em andamento as obras da Barra e da orla da Ribeira. Dará a Ordem de Serviço para a obra de São Tomé de Paripe. Vamos fazer as orlas do Rio Vermelho, Piatã e Itapuã. Os 68 km da orla de Salvador serão devidamente recuperados. Estamos realizando este ano o maior Réveillon do Brasil. Tudo isso para projetar Salvador para o mundo.

Mas, infelizmente, o governo do Estado não faz a sua parte. O governo do Estado se apegua à desculpa mesquinha de que o aumento da marginalidade é por conta da proliferação das drogas, do crack e de outras drogas. Mas o governo não teve a capacidade de reagir, não investiu em inteligência; a quantidade de policiais que foram contratados é insuficiente; não equipou a Polícia e não remunerou melhor os policiais, pelo contrário, deixou que acontecesse aquela greve, que deixou traumas na Corporação.

A Bahia, nobre deputado Paulo Azi, espelha-se, ou copiou dois projetos de outros Estados para serem os carros-chefe da segurança. Copiou o Pacto pela Vida do governador e candidato à presidente da República de Pernambuco, o projeto é exatamente igual. Copiou as Unidades Pacificadoras do Estado Rio de Janeiro, do governo de Sérgio Cabral.

E quando disse, no início desse pronunciamento, que se de um lado faltam recursos, do outro falta atitude. Desafio a trazerem aqui uma foto, ou uma gravação do governador Jaques Wagner presidindo uma reunião do Pacto pela Vida, uma sequer. Diferente, minhas amigas e meus amigos, do governador de Pernambuco que é presidente nacional do PSB, que é candidato à presidência da República, mas, todo mês, deputado Carlos Brasileiro, realiza uma reunião para monitorar o programa Pacto pela Vida. Tivemos a honra, eu e outros colegas, de participarmos dessa reunião. Lá, o governador coloca numa sala o presidente do Tribunal de Justiça; em outra sala, o procurador-geral do Estado; de um lado, o chefe do Ministério Público; coloca todos os comandantes das áreas do Estado; coloca todos os delegados regionais; todos os responsáveis pelas casas de recuperação dos drogados; e aí começam a analisar.

Nobre deputado Yulo Oiticica, se V.Ex^a tiver a oportunidade, participe um dia dessa reunião. Coloca no quadro todas as áreas, dividindo o Estado em 22 áreas. As áreas que estavam em vermelho foi porque não cumpriram naquele mês o índice previsto que, no ano passado, era de redução de 22% o número de violência. As áreas que estavam em verde é porque foram cumpridas as metas. As áreas em vermelho,

Deputado Yulo, foi porque a meta não foi cumprida, justamente por isso a área estava em vermelho.

Eles têm as seguintes metas mensais: a expedição de x mandatos de prisão, o cumprimento de x mandatos, a conclusão do número x de inquéritos, a realização de tantas rondas policiais, a realização de tantas blitz, a apreensão de tantas armas. E quando o Ministério Público não faz a realização das denúncias, o chefe do Ministério Público é cobrado; quando os processos não são julgados, o presidente do Tribunal de Justiça é cobrado; quando não se cumpre as apreensões, as expedições do inquéritos, os delegados são cobrados; quando não se cumpre as blitz, as rondas, o chefe da Polícia Militar é cobrado. E aí, nobre deputado Yulo Oiticica não há um comandante, não há um delegado que seja indicação política. Todos estão por mérito e merecimento. Quando chega no final do mês, aquelas áreas que cumpriram a meta têm os policiais remunerados melhor, os delegados remunerados melhor. Há uma premiação por cumprimento das metas.

Aqui, no Estado da Bahia, Wagner nunca participou de uma reunião de monitoramento. Nas reuniões, cada comandante geral tem que justificar morte por morte. E digo a V.Ex^{as}, sabem quem demite o comandante geral? A imprensa. Não tem um comandante de área que resista 3 meses sem cumprir as metas. Por quê? Porque é uma reunião aberta para a imprensa e, quando termina a reunião, a primeira coisa que a imprensa faz é ir em cima do comandante da área para cobrar o cumprimento das metas. Quem chega a 3 meses sem cumprir, bota o rabinho entre as pernas e pede para sair.

E é por isso que, enquanto a Bahia aumentou em 200% o número de homicídios, outros estados, a exemplo de Pernambuco, reduziu em mais de 50%. Então, não cabe a desculpa de que a culpa é do crack, de que a culpa é da droga. O que falta a este governo é atitude. As unidades pacificadoras, está aí a propaganda do governo, 13 bases comunitárias implantadas que não estão dando resultado. Quando vamos às áreas em que foram implantadas, os índices de violência ainda estão nas alturas. Porque não adianta só implantar base comunitária, precisa fazer quadra poliesportiva para os jovens, precisa ter uma escola funcionando bem, precisa ter opções de cultura e lazer para que a juventude possa participar. O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BRUNO REIS:- Com o aparte o nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Bruno, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V.Ex^a que está se queixando da ausência de investimentos do governo do Estado. E veja que, se a situação já é ruim, vai piorar, deputado Bruno.

Estive analisando a proposta orçamentária prevista para o próximo ano que esta Casa em nenhum momento se preocupou em discutir, já estamos encerrando o ano legislativo e não houve uma única sessão no âmbito da Comissão de Orçamento para discutir a proposta orçamentária. Mas veja, deputado Bruno, que o orçamento em 2014, que esta Casa deverá votar e aprovar, contempla a redução dos recursos para investimentos. Os recursos para investimentos previstos no orçamento de 2014 vão reduzir 10.86%, saindo de 4.3 bilhões deste ano para 3.9 no próximo ano.

Então, veja V.Ex^a que este governo não aprende, faz um discurso fácil, mas carrega todos os recursos para sustentar essa máquina pesada e ineficiente. Como podemos conceber, deputado Bruno, que diante de todas as ocorrências que tivemos este ano, o caos da segurança, que V.Ex^a bem levantou, problemas na área de saúde, infraestrutura, e o governo encaminha a esta Casa uma proposta orçamentária que reduz os recursos para investimentos no ano de 2014.

Era o adendo que queria fazer ao pronunciamento de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Bruno, para concluir.

O Sr. BRUNO REIS:- Deputado Paulo Azi, incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

E digo, nobre deputado, presidente Yulo Oiticica, este projeto, que é para consertar mais um erro promovido por esta Casa, onde o governo pretende realizar mais uma operação de crédito de mais de um bilhão de reais, mais uma vez é um cheque em branco. Mais uma vez não será investido em infraestrutura, como denunciou o nobre deputado Paulo Azi. É para, mais uma vez, bancar o custeio dessa máquina pública que está falida. Hoje, o governo do Estado é uma massa falida, e ainda quer ter o continuísmo. E sei que em 2014 a população da Bahia vai impedir a continuidade do que está dando errado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador para discutir por até 20 minutos, o deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Aproveitando, quero saudar a presença aqui dos vigilantes, sindicato importante na luta em defesa dos trabalhadores, a CUT unida em defesa de direitos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, estamos na última sessão legislativa do ano de 2013. E, ao que tudo indica, esta Casa não vai encerrar as suas atividades porque o governo não sinaliza a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do nosso orçamento, o que impede que esta Casa conclua as suas atividades no presente ano.

Isso é, Sr. Presidente, o resultado de um governo que não se preocupa com as questões principais de uma administração pública e que se dedica quase que exclusivamente à ação política como sua principal atividade.

Estamos aqui a discutir o projeto que trata de mais um empréstimo solicitado por este governo a esta Casa Legislativa. São 14 bilhões e 200 milhões de reais, o total de recursos autorizados por esta Casa de operações de crédito, de financiamentos que este governo fez ao longo de 7 anos de mandato. Governo que não se preocupa com a sua gestão fiscal, que gasta muito e gasta mal para manter a sua pesada máquina administrativa, para cumprir os seus compromissos fisiológicos, continua cobrindo ou tentando cobrir esse rombo, solicitando empréstimos em cima de empréstimos comprometendo as gerações futuras do nosso Estado.

Como disse, mais de 14 bilhões de reais já foram autorizados por esta Casa

Legislativa sem que pudéssemos ver os efeitos e os resultados de tamanha quantia na melhoria da qualidade de vida da nossa população. Aliado a esse viés, é um governo que nos últimos anos se dedica a aumentar sem parar a carga tributária, já pesada da nossa população. São diversas taxas e diversos impostos que esse governo cria, aumenta, majora na tentativa de arrecadar para suprir o seu rombo. Não satisfeito com isso, o governo agora apela para tentar utilizar os recursos dos governos futuros.

Tramita projeto nesta Casa, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que prevê a utilização dos recursos dos royalties nos próximos 4 anos. Ou seja, recursos previstos para serem utilizados em 2018, o governo já quer antecipar, já quer colocar a mão, como disse, para tentar cobrir o rombo das suas contas.

Vejam a incongruência desse governo. Por um lado, realizam-se todas essas ações que têm como justificativa a busca do equilíbrio das contas públicas, e por outro, o secretário da Fazenda do nosso Estado vai ao jornal A Tarde, ontem, e escreve um artigo, Sr. Presidente, pintando um quadro absolutamente diverso do que estamos presenciando.

Pelo que diz o secretário da Fazenda, Dr. Manoel Vitório, as contas do governo estão completamente equilibradas. Está escrito aqui no artigo do jornal A Tarde de ontem. O governo, segundo ele, economizou nesse último período recursos da ordem de R\$ 400 milhões. No aperto das suas contas, o governo recebeu da renegociação do Refis R\$ 870 milhões.

Diz aqui o secretário Vitório que o governo arrecadou mais de R\$ 50 milhões com as blitzes de IPVA a que assistimos nos últimos dias – interessante que não se faz blitz para prender os ladrões, os assaltantes, aqueles que estão de posse dos carros das pessoas de bem do nosso Estado, mas se faz na gana de arrecadação deste Estado, para cobrir o rombo de suas contas.

O secretário Vitório acusa um crescimento no ITD de 126%. Portanto, não vejo, Sr^{as} e Srs. Deputados, razões que justifiquem essa sanha arrecadatória do atual governo. Só este ano – pelas palavras contidas nesse artigo do secretário Vitório no jornal A Tarde –, arrecadou-se mais de R\$ 1,3 bilhão. Por que, então, esse governo procura comprometer agora as gestões futuras?

Interessante, eu estava viajando na última semana e, ao ler o jornal O Globo, vi a notícia de um projeto parecido com esse, que está tramitando no governo do Rio de Janeiro. Lá, esse projeto sofre uma oposição ostensiva do Partido dos Trabalhadores. Trarei aqui as declarações dos petistas do Rio de Janeiro, deputado Zé Neto, contra projeto parecido como este. E, olha, não se está colocando, lá, a mão nas receitas futuras. Lá, apenas, buscam-se antecipar os recursos dos royalties dentro do mesmo exercício e do mesmo mandato governamental.

Quando a Oposição acenou, Srs. Parlamentares, a concordância na apreciação da PEC que trata da destinação dos royalties para a capitalização do fundo da previdência, não poderia imaginar que este governo fosse tão guloso ou que este governo fosse tão indiscreto ou que este governo fosse tão – por que não dizer? – corajoso e cara de pau para, sem nenhum escrúpulo, propor a esta Casa a antecipação, deputado Gaban, de receitas próprias de futuros governos para, simplesmente,

deputado Zé Neto, cobrir o rombo que este governo de V.Ex^a, por incompetência, por falta de responsabilidade e por falta de gestão, impôs às contas públicas deste estado.

Quando o PT chegou ao governo deste estado, o PT encontrou as finanças, completamente, equilibradas e organizadas. E a maior justificativa disso, deputado Zé Neto, é que o governo passou os seus dois primeiros anos, 2007 e 2008, sem nenhum problema de fluxo de caixa. Não se tem, àquela época, notícia de inadimplência e de falta de pagamentos aos fornecedores. Em 2007 e 2008, este governo navegou em águas tranquilas, porque recebeu um estado equilibrado.

Só a partir de 2009 e 2010 é que as consequências desta administração perdulária, inconsequente e incompetente começaram a se exteriorizar.

Vejo um governo, Sr. Presidente, que não consegue tomar rumo, que não consegue fazer o seu dever de casa, que não tem coragem de adotar as medidas necessárias e que, por mais duras que sejam, são necessárias para equilibrar as suas contas.

Parece que o governo do estado não está vendo o que se está fazendo com a prefeitura de Salvador! Está, aí, o exemplo para que o governo do estado possa se espelhar. A prefeitura foi herdada, praticamente, falida e com débitos de quase o valor de um orçamento inteiro. No entanto, depois de um ano, deputado Rosemberg, esta mesma prefeitura fecha as suas contas no azul, sem dever um único centavo a quem quer que seja e com um amplo projeto de ações e de investimentos.

O governo municipal de Salvador, no próximo ano, já pretende investir recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão em ações de investimentos. Isso é quase a metade do que todo o governo do estado da Bahia investe durante um ano. Por que será que esse governo do Estado não se espelha nos bons exemplos, não escuta os bons conselhos, não enxerga as boas ações, não muda o seu viés administrativo, não coloca a administração pública em primeiro lugar? Por que será que esse governo não consegue romper com as amarras do fisiologismo, do fatiamento do Estado pelos partidos políticos?

Será que o grau de comprometimento é tão grande que não permite a esse governo dar um grito de liberdade em defesa da gestão responsável, correta dos recursos públicos, Sr. Presidente?

Este fechar de ano, deputado Capitão Tadeu, sem a votação, sem a discussão sequer da proposta orçamentária é o retrato mais claro, mais transparente da pouca responsabilidade com que este governo trata das questões administrativas e fiscais das suas contas.

Começamos a estudar o orçamento do Estado porque pensávamos que o governo iria finalmente se dedicar a esse fim, e lá vimos algumas pérolas. O orçamento de 2014, senhoras e senhores parlamentares, que está submetido a esta Casa, prevê a redução, deputado Tadeu, a redução dos recursos destinados a investimentos.

Veja a quanto anda a pouca responsabilidade do atual governo. Diante do clamor das ruas, diante do discurso duro das Oposições, o governo responde com um orçamento que reduz em mais de 10% os recursos que são destinados às ações de

investimento no orçamento estadual. São mais recursos para o custeio da máquina, são mais recursos para bancar essa estrutura falida, para bancar o fisiologismo do deputado Zé Neto, para bancar o compromisso com os partidos aliados, e são menos recursos, deputado Zé Neto, para as ações de investimento em saúde, de investimento em educação, de fortalecimento da segurança pública. Um caos reconhecido pelo próprio governo que semana a semana coloca o nosso Estado e a nossa capital nas manchetes dos jornais espalhados mundo afora, deputado Tadeu.

V.Ex^a que é uma voz quase que única da base do governo que defende, com transparência, intransigência e responsabilidade, os investimentos em segurança pública. Vemos envergonhados os índices de criminalidade caírem em outros Estados do Nordeste, a exemplo de Pernambuco e Ceará, e vemos esses mesmos índices atingirem níveis estratosféricos na nossa capital e no nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, deputado Yulo Oiticica, dizendo, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que continuaremos aqui vigilantes, ativos e na expectativa de que este governo tenha um espasmo de bom senso e venha sentar com a Oposição para que possamos traçar uma agenda mínima de votação de projetos desta Casa e de votação da principal lei, que deveria estar sendo discutida e debatida aqui, o Orçamento estadual de 2014.

Agradeço a V.Ex^a pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não, deputado.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Prezado amigo Yulo Oiticica...

O Sr. Zé Neto:- Deputado Gaban, os deputados estão almoçando.

O Sr. Gaban:- Eles estão almoçando, mas eu estou no Plenário. Estamos no horário regimental, meu caro deputado Zé Neto. Se os demais deputados estão almoçando, eu também tenho o direito de almoçar. Eu não fui almoçar, não...

O Sr. Zé Neto:- Eles estão almoçando, deputado Gaban!

O Sr. Gaban:- Não adianta V.Ex^a ficar nervoso. V.Ex^a tem de ficar calmo, pois dispõe de uma Bancada de 47 deputados. Será que todos eles têm de almoçar ao mesmo tempo? Faça um rodízio, um planejamento. Aquele planejamento, deputado Zé Neto, que cobramos do governo.

O governo não tem planejamento nem gestão, e é por isso que o rombo é muito grande. Administrar o Plenário, pelo menos, é mais fácil do que administrar o Estado. Não é? É mais fácil, por isso vocês deveriam ter um pequeno planejamento. Se precisar de um assessoramento dos futuros membros do governo, estaremos aqui à disposição para lhes ajudar. Até assessoramos para que tenhamos um planejamento de quem pode sair, de quem não pode. O planejamento de vocês é até fácil, deputado Zé Neto. Fazer um planejamento de três turnos com 47 deputados é tão fácil. Não é, Luciano Simões? Quisera eu, que posso contar com a presença de 10 ou 11

deputados, poder administrar o horário. Eu acho, deputado, que quando não há um planejamento...

V.Ex^a veja o que é gestão. O nosso grupo político se notabilizou na Bahia pela qualidade na gestão do dinheiro público, por ter planejamento, por ter equipes altamente competentes à frente da administração pública, independente de indicações político-partidárias. O nosso governo sempre permitiu, como é normal, a indicação política, mas na frente da indicação vem o currículo, vem a folha de serviços prestados, vem a competência comprovada. Da mesma forma que ACM Neto vem fazendo.

ACM Neto pegou a Prefeitura arrombada, sem nenhum recurso para investimento, fila, como era no Estado, para receber, quebrando empresas, e em menos de 1 ano de administração... Ele completou 10 meses de administração com R\$ 400 milhões em caixa, com um planejamento bem feito, asfaltando as principais vias da cidade – não está apenas tapando buracos – à noite, de uma maneira silenciosa, iluminando várias e várias avenidas não só do centro, mas também do subúrbio, durante a noite para não prejudicar o trânsito. Um trabalho silencioso! O trabalho da reforma da orla, desde Periperi até o Farol da Barra, está sendo executado de uma maneira ordenada, fazendo o que é possível no momento.

A Prefeitura também está fazendo algumas intervenções no sistema viário, colocando sentido único em algumas vias, para melhorar o tráfego.

Já o governo não consegue, deputado Yulo Oiticica, aqui, nem fazer o planejamento das pessoas que irão almoçar. O Líder fica bravo comigo de uma maneira injusta. É só programar o horário que cada um vai almoçar, como estamos fazendo entre nós. É um planejamento pequeno, porque é um grupo bem menor, mas é um grupo organizado. É nesse sentido, meu caro presidente, que eu me prontifico, mais uma vez, juntamente com os meus companheiros da Bancada da Oposição, a ajudar o governo a fazer um planejamento para que possa – não é necessário que todos fiquem no Plenário – manter 20 deputados aqui, porque sempre haverá um da Oposição que pedirá verificação de quórum. O governo mantendo 20 deputados aqui, não há necessidade de se pedir verificação de quórum. Assim, todos poderão almoçar tranquilamente, sem problema.

Até o momento, não há qualquer planejamento no Plenário para a votação do primeiro projeto, dentre os quatro previstos na pauta para serem apreciados sem discussão mais uma vez. Os deputados do governo aprovam projetos sem saber o que estão aprovando. Mas, infelizmente, é isso que o governo tem feito: faz a leitura do relatório, sob regime de urgência, e todos engolem, menos a Oposição.

Enfim, é nesse sentido que peço que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, meu caro deputado Zé Neto, e que o banquete oferecido pela Assembleia aos Srs. Parlamentares seja interrompido para que eles venham registrar as suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do

deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, meu querido Carlos Gaban, que pede a verificação de quórum neste momento, V.Ex^a fundamentou a sua questão de ordem falando da forma como o Município de Salvador vem-se desenvolvendo e sendo tratado.

Meu querido Gaban, a referência, agora, passa a ser Salvador, um município do Estado da Bahia. Comparar Salvador com o Estado da Bahia não é o melhor cenário para se tratar de investimentos. No passado, toda a Oposição usava como referência o Estado de Pernambuco, que, nos últimos anos, tem crescido menos. Gerou no ano passado 26 mil empregos a menos que a Bahia.

O Sr. Gaban:- Onde estão esses dados?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Esses são os índices econômicos que estão demonstrando aqui. Contra números não há justificativa. A Bahia gerou 26 mil empregos a mais que o Estado de Pernambuco.

Como o Estado de Pernambuco secou a sua referência, até porque teve dificuldade em custeio já neste ano... O governador da Bahia esteve nesta Casa e disse que iremos enfrentar problemas de custeio no próximo ano. O governador disse isso aqui. Mas em 2013 o governador de Pernambuco já enfrentou problemas com custeio, esse governador que deseja ser presidente do Brasil.

Só para se fazer uma comparação, meu querido Gaban, no primeiro governo de Paulo Souto, nós tivemos um déficit de 10.091 empregos com carteira assinada, entre 1995 e 1998; no governo de César Borges, houve um crescimento de 81.397 empregos; o governador Paulo Souto, em seu segundo governo, gerou 168.267 empregos; o governador Jaques Wagner, em seu primeiro governo, gerou 294.759 empregos com carteira assinada. Neste ano de 2013, com a crise que estamos enfrentando, obviamente que ainda não se concluiu o quadrimestre, e falamos apenas de 3 anos, geramos 175.264 novos empregos com carteira assinada.

Ou seja, temos o que demonstrar aqui do ponto de vista de crescimento do nosso Estado no quesito geração de empregos com carteira assinada.

É lógico que Salvador está nisso, mas, só para se ter uma ideia, no ano de 2013 o interior da Bahia gerou maior quantidade de empregos em relação a Salvador e Região Metropolitana, meu querido deputado Paulo Azi. Então, com relação a essa “Salvador do sonho”, tenha cuidado, deputado Paulo Azi. Quando esse governo – espero que não aconteça, porque não desejo mal a ninguém – enfrentar a primeira greve dos servidores, sem dúvida alguma esse discurso que V.Ex^a fez hoje aqui não vai servir mais como referência para questionar o governo do Estado da Bahia.

Por isso, meu querido deputado Yulo Oiticica, gostaria de que os 15 minutos fossem marcados, fizesse-se soar as campainhas e se convocassem todos os nossos parlamentares que estão em seus gabinetes, muitos estão no restaurante, neste momento, para que possamos dar continuidade a esta sessão, em que, espero, votaremos o Orçamento de 2014.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não. V.Ex^a também será atendido.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Zerem o painel.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que estão em seus gabinetes, restaurantes, por favor, venham imediatamente ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum de continuidade da sessão, feito pelo deputado Gaban e pelo deputado Rosenberg. Portanto, precisamos imediatamente de 21 deputados e deputadas no Plenário.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado e professor José Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, também gostaria de reiterar a convocação dos colegas deputados e deputadas da base para que compareçam para a verificação de quórum de continuidade da presente sessão.

Aproveito também, Sr. Presidente, para continuar essa reflexão do deputado Rosenberg Pinto, Líder do nosso partido, em relação à importância de Salvador no contexto das capitais brasileiras do nosso Estado. Torcemos para que Salvador tenha políticas públicas em várias áreas e, de modo especial, na mobilidade urbana. E aí nós não podemos deixar de reconhecer a revolução que a presidenta Dilma vem fazendo, o governo federal, em parceria com o governo do Estado e com a Prefeitura, através de grandes investimentos. Inclusive, ela será considerada, daqui a alguns anos a madrinha de Salvador, porque eu nunca vi tantos recursos públicos, tantas obras em Salvador. Jamais a nossa cidade teria condições de implementar tantas obras se não fosse o governo federal. Aí entra o papel do nosso governador Jaques Wagner, que, ao contrário do passado, quando as oposições em Salvador não tinham o apoio do governo do Estado, pelo contrário, eram perseguidas, assim como em toda Bahia...

Em Vitória da Conquista, durante muito tempo, o governo do Estado não repassava os recursos constitucionais da área da saúde, no suporte para a Farmácia Básica, para o SAMU 192. Salvador, hoje, está sendo tratada de forma republicana. Claro, o prefeito de Salvador terá condições que os governos do DEM não deram a outros prefeitos de médias e grandes cidades da Bahia, quando governadas por partidos de oposição.

O governador Jaques Wagner vem colocando recursos e também recuperando importantes trechos da orla com recursos do governo do Estado, em parceria com o governo federal. Naturalmente, aqueles gargalos, aqueles problemas, como diriam numa linguagem popular, os “abacaxis” que estavam nas mãos do prefeito de Salvador agora foram conduzidos para o governo do Estado, que irá, de fato, melhorar a mobilidade urbana. Estão aí as obras do trem suburbano, com um projeto de VLTs, Veículos Leves Sobre Trilhos, e, também, nas grandes avenidas, obras estruturantes de viadutos, de avenidas marginais que vão desafogar, completamente, o trânsito, além, evidentemente, do metrô de Salvador. É claro que, se eu fosse de oposição ao governo do Estado, estaria torcendo e batendo palmas para Wagner, e não fazendo essas críticas ideológicas. Não reconhecer o que o PT tem feito por Salvador é um comportamento de ingratidão. Se eu fosse deputado de oposição, todos os dias acenderia uma vela para Santo Antônio, outra para São Francisco, outra para

Nossa Senhora da Conceição da Praia e rezaria. Os evangélicos naturalmente, não cultuando santos, orariam a Deus pedindo saúde para S.Ex^a e sobretudo que continue sendo este governador republicano, porque sem ele esta cidade continuaria tendo uma prefeitura incapacitada para resolver os problemas dos baianos, Sr. Presidente.

Por tudo isso, eu gostaria mais uma vez de convocar os nossos deputados da base aliada para que compareçam urgentemente. Se for o caso, até deixem o prato de comida de lado e venham correndo para dar quórum.

Era essa a nossa interação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a também será atendido.

É óbvio que os deputados não querem furar o Fome Zero. Mas, por favor, venham ao Plenário imediatamente. Faltam dois.

O Sr. Gaban:- Dentro do prazo, Sr. Presidente, tenha certeza absoluta de que colocarei aí. V.Ex^a me conhece.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Estou contando com a sua presença.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, o deputado Marcelino...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Já temos quórum, deputado Gaban. Vou reiniciar a nossa...

O Sr. Zé Neto:- Peço aos deputados que estão no restaurante que continuem almoçando, pois já temos quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Vou reiniciar.

O próximo inscrito para debater, deputado Luciano Simões.

Temos 21 deputados, contando com o deputado Gaban.

O Sr. Zé Neto:- Presidente, antes de dar quórum: deputados que estão no restaurante, permaneçam almoçando, porque acabamos de ter quórum.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, por que zerou ali? Zerou por quê? E 19 não, 19 não zera.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não, deputado. São 20.

O Sr. Gaban:- O presidente não pode mandar zerar, não.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Gaban, tinha 20.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a tem de esperar eu dar presença. Não, não. Tinha 19.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^as não vão duvidar de mim. Tinha 20. O Sr. Gaban:- Então retorna. Eu coloco 21.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não, não, por favor.

Deputado Marcelino Galo.

O Sr. Gaban:- Mas tem de colocar 21, não é, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a não acha...

O Sr. Gaban:- Não podemos criar precedentes, porque senão daqui a pouco o deputado está chegando, está vindo aí de avião. E chega da mesma maneira que chegou... O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado, por favor, eu...

O Sr. Gaban:- Caro presidente, eu vou responder. Pode falar, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a não vai desconfiar de mim, pois colocou que, assim que precisasse só de um, daria o quórum. E eu disse: “Conto com a sua presença.” Quando deu 20, aí eu disse: “Deputado Gaban, 21 com a presença de

V.Ex^a. Reabertos os trabalhos.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, faço minhas as suas palavras quase na totalidade. A única falha que há - e não podemos abrir este precedente na Casa - é que assumi o compromisso e regimentalmente sou obrigado a colocar a assinatura ou registrar a minha presença. Eu tinha e tenho ainda 6 minutos para assim fazê-lo. Quando tinha 20, V.Ex^a não pode supor que vou registrar a minha presença sem ter registrado. Esse é o problema.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Gaban, por favor, quando tinha 20...

O Sr. Gaban:- Sim, mas tenho de registrar.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Gaban, houve um pequeno ruído porque o deputado Zé Neto acabou entrando no microfone.

O Sr. Gaban:- Sim, mas tenho de registrar a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Mas eu lhe disse: “Deputado Gaban, tem 20. V.Ex^a, por favor, dê a presença.” E aí falei que estava reaberta. Seu colega aí ao seu lado estava atento, mas o senhor estava conversando na hora em que chamei a atenção quando tinha 20, deputado.

O Sr. Gaban:- Meu caro amigo presidente Yulo Oiticica, quero que saiba que lhe tenho o maior respeito e admiração e em hipótese alguma desconfiaria de V.Ex^a. O que estou contestando é que na hora em que registrou 20, sem que eu registrasse a minha presença, já deu, já considerou. Então, o que estou querendo é que restabeleça o quórum anterior com 20 e imediatamente farei o que tenho de fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- É possível... não dispõe...(Vários Srs. Deputadosfalam ao mesmo tempo.)

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem. Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Querido deputado Zé Raimundo, não posso permitir que se abra um precedente na Casa, só isso. Esse é um precedente com o qual não posso concordar.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não, não há nenhum tipo de precedente. Eu pedi a V.Ex^a que desse a presença exatamente com a presença de 20 Srs. Deputados. E o deputado Zé Neto, naturalmente preocupado com os deputados que estavam vindo para cá, acabou entrando no microfone, o que criou um ruído.

Deputado Bira Corôa, com a palavra, por favor.

O Sr. Gaban:- O deputado Zé Neto não está presidindo a sessão, vamos com calma. O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois é, por isso registrei o ruído do deputado Zé Neto.

Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, acho que temos criado, nobre presidente, alguns vícios nesta Casa que precisam ser eliminados. O primeiro deles é que quem pede a questão de ordem obrigatoriamente tem que estar presente. Então, ele tem que ser o primeiro a dar presença. Essa questão de deixar para dar o último para completar, cria esses ruídos. Então, se eu pedi a questão de ordem, tenho a obrigação de registrar minha presença, assim, não teria ocorrido essa questão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Está registrado e está correto, deputado Bira Corôa.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a está correto quando fala que no painel havia 20 presentes. De fato, havia 20 Srs. Deputados presentes. O deputado Gaban já iria dar a presença dele, mas ainda não o tinha feito. O que o deputado Gaban coloca, e eu acho que ele tem razão, é que de fato pode estar sendo aberto um precedente. Ele pede que volte o painel como estava anteriormente, os vinte, só para que ele possa registrar, para que a sessão não continue sem ter os vinte e um no painel. O deputado Gaban reconhece que vinte mais a figura dele deu 21, mas gostaríamos apenas que tivesse registrado vinte e um no painel para que não se abra, nesta Casa, um precedente.

V.Ex^a está correto quando faz a sua contagem. A contagem está correta, mas de fato o deputado Gaban tem razão. É importante que ele dê a presença dele para que no painel fique registrada a presença de 21 parlamentares.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Gaban, Nelson Rodrigues dizia que só os profetas enxergam o óbvio. Às vezes... (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Srs. Deputados, por favor... Deputado Paulo Azi, deputado Zé Neto, deputado Zé Raimundo, V.Ex^{as} estão atrapalhando, inclusive as taquígrafas, que não estão tendo a condição de registrar!

Quero dizer, deputado Gaban, que é o óbvio. Naturalmente qualquer deputado quando pede uma questão de ordem ele está presente. Eu entendo que é óbvio, mesmo ele não dando a presença. Essas é que são as culturas muito ruins que são criadas nesta Casa. Quem pediu a questão de ordem está presente, o Regimento exige que esteja, que continue, até porque se ele sair, cai a questão de ordem, ou seja, tinha que ser dado imediatamente... Portanto, quero contar com o bom senso de V.Ex^a, reabrir os trabalhos, convocando para...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, desde que foi implantado o painel eletrônico na Casa, todo o qualquer registro de presença é feito através do painel. Posso, deputado Bira Corôa, concordar com V.Ex^a que poderia até, se for feito um acordo de lideranças, a partir deste momento, quando uma pessoa pedir verificação de quórum ela seja obrigada a registrar sua presença e isso virar jurisprudência na Casa. Agora, o que não posso admitir...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- O que é o óbvio.

O Sr. Gaban:- É. Até porque se quem pede verificação de quórum se ausentar, quem está presidindo pode derrubar dizendo que quem pediu não está... Tudo isso está claro. Agora, o que não posso, meu caro presidente, com todo o respeito que

tenho por V.Ex^a, que tem que concordar comigo, é criar uma jurisprudência na Casa de não estar registrada a presença no painel da Casa e se considerar registrada a presença! Porque senão, pode chegar um dia... Hoje, por exemplo, às 9h43min, havia dezenove deputados presentes aqui. Precisava 21 Srs. Deputados para cobrir esta sessão de hoje. Se não chegasse, um minuto depois, mais dois deputados da Base do governo, esta sessão não estaria nem existindo. V.Ex^a entende?

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concordo.

O Sr. Gaban:- Poderia alguém dizer: “Olha, está chegando!” Como chegou. Mas só contabiliza quando estiver registrado. Não posso, em nenhuma hipótese, até para preservar o Poder Legislativo, pressupor que um deputado, que não registrou a presença, esteja presente. O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concordo plenamente, mas não é o caso. O Sr. Gaban:- Por isso, cada um de nós, presidente, só para concluir os meus 5 minutos... É lógico, não é à toa, Sr. Presidente...

(O Sr. Zé Neto manifesta-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. Gaban:- Espere aí, Zé Neto. Sr. Presidente, peça para o deputado Zé Neto deixar eu concluir.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, deputados!

O Sr. Gaban:- O deputado Zé Neto fica nervoso. Não adianta ficar nervoso, deputado. V.Ex^a ficou nervoso na hora em que chamei os deputados para darem as suas presenças. E V.Ex^a disse que estavam almoçando. Eu não fui almoçar ainda, e V.Ex^a também não. Aí, fica nervoso, porque não almoçou e o estômago começa a doer. Não posso fazer nada, deputado Zé Neto! Peça ao seu Vice-Líder ficar aqui. O meu estômago, também, dói quando não como. Entendeu?

Mas, enfim, deputado Yulo, acho muito mais sensato restabelecer. Eu imediatamente registro, porque se eu registrar a presença, não pode ter registro de presença... O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não há condição de fazê-lo. A informação de quem comanda é que não tem informação.

O Sr. Gaban:- Querido presidente, só para eu concluir o meu raciocínio.

Não é à toa que cada um de nós tem a nossa senha para evitar que um colega registre presença em nome de outro. Então não pode oralmente alguém dizer: “O deputado Gaban está aí e considere ele presente”. Não pode! Eu tenho de digitar a minha senha e registrar no único elemento que controla a presença dos deputados. Não é nem o presidente nem ninguém! É, ali, no painel!

A única forma que o presidente, seja o titular ou quem estiver dirigindo os trabalhos no momento, pode fazê-lo é se o deputado pedir uma verificação de quórum não nominal. Aí, cabe ao presidente contar quantos deputados existem em plenário. Se são 21 deputados presentes, dá-se a continuidade dos trabalhos. Se existem menos de 21 deputados presentes, derruba-se a sessão. À medida em que for feito uma verificação nominal, quem controla é o painel.

Então, a pergunta objetiva é: tem? Foi feito? Temos como voltar o quórum? Não tem! Já que o governo restabeleceu o quórum, pressupõem-se que já existem 20 deputados aqui. Aí, eu me prontifico a ser o primeiro a registrar a presença.

Solicito zerar o painel, marcar os 15 minutos que estavam antes, registrar a presença. Eu já registro a minha primeiro para que o painel mostre quantas pessoas há. Senão, isso aqui vai virar questão mais de Justiça do que nossa. Eu vou ter de recorrer à Justiça cancelando esta sessão, porque, aí, prejudica tudo.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a terá todo o direito de fazê-lo. Agora, não pode confundir alhos com bugalhos. Aqui vale o que está dito e registrado.

O Sr. Gaban:- O painel não está registrado!

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Calma, só para não confundir alhos com bugalhos. No processo de votação, o registro dos deputados que votam contrário, por exemplo, é feito de forma oral... Deputado Gaban, V.Ex^a tem todo o direito de obstruir. Tenho toda a paciência com V.Ex^a...

O Sr. Gaban:- Se for uma decisão final, eu solicito a interrupção desta sessão. Solicito chamar o presidente da Casa, porque o ônus ficará para a Presidência da Casa, deputado Yulo.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a está exagerando no direito legal que tem de obstruir a sessão...

O Sr. Gaban:- Que nada, presidente, não existe isso!

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Primeiro, estou me sentido desprestigiado. O Sr. Gaban:- Não, não, não. Muito pelo contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a está sendo profundamente deselegante comigo...

O Sr. Gaban:- Não, não.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Jamais eu diria que só havia 20 quando havia 19. Jamais faria isso.

O Sr. Gaban:- Eu não estou questionando isso, meu caro Yulo.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Vou fazer só a memória para V.Ex^a. Eu falei com V.Ex^a da presença. E V.Ex^a disse: “Darei assim que precisar, pois só dou minha presença para garantir o quórum.” Concorda?

O Sr. Gaban:- Concordo.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Eu disse a V.Ex^a: “Não se preocupe, estou contando com a sua presença.”

O Sr. Gaban:- Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Ponto. Quando deu 20...

O Sr. Gaban:- Deputado, registre, pois eu, também, registro a minha. Isso dá 21 sem registrar.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Gaban, está tudo registrado o que eu falei: “Deputado Gaban, tem 20 deputados e gostaria que V.Ex^a desse a presença”. Ponto. Aí, o deputado Zé Neto, em uma atitude natural, preocupado com os deputados que estavam correndo, almoçando, etc., disse: “Os deputados que estão lá não precisam vir, pois já tem quórum, etc.” Foi o que aconteceu. E V.Ex^a estava conversando com um dos seus pares, e não tem, absolutamente, nenhum tipo pecado.

Agora, quanto a esse questionamento de V.Ex^a, eu não vou pecar pela sua falta

de atenção no Plenário. Não posso. Não posso pagar por isso.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, vou solicitar que dê continuidade à sessão, visto que não houve nenhum vício e nenhuma irregularidade na condução da Mesa.

Primeiro, respeitando a Mesa, sinto-me extremamente ofendido quando um par desta Casa solicita a presença de um presidente – desrespeitando, inclusive, o vice-presidente, que nós também elegemos – na condução da Mesa. E não vejo, deputado Gaban, com todo o respeito que lhe tenho, necessidade de um impasse tamanho, mesmo porque a condução foi clara quando solicitou o registro da sua presença e a considerou com 19, fechou os 20, e aqui há testemunha de outros deputados, inclusive da sua bancada.

Concluindo, não vejo necessidade de se pedir outra verificação de quórum. É outra situação, estamos aqui abertos, mas não vejo necessidade.

Quero, nobre presidente, dizer que não há necessidade de consulta às Bancadas para ser cumprido o rito e o Regimento desta Casa, ou seja, que o solicitante de uma questão de ordem ou de um quórum obrigatoriamente tem de registrar a sua presença no painel. Isso não se precisa discutir. Se eu peço a verificação de quórum, obrigatoriamente tenho de registrar a minha presença. O primeiro nome a ser contado é o meu, porque estou fazendo a solicitação. Tanto que, se não estiver presente, cai o meu pedido e restabelece-se o quórum. Claramente, esse é o rito que deve ser mantido na Casa para se evitarem esses impasses. Para encerrar, Sr. Presidente, respeitando a posição e a contribuição dada pelo nobre deputado Gaban, mas deve-se respeitar a posição de qualquer par desta Casa que esteja presidindo essa Mesa. Cabem-nos o respeito, a consideração e o compromisso de contribuir para o bom exercício das atividades neste Parlamento.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Feito o registro, deputado Bira Corôa. Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, para esclarecimento, ouvi atentamente a questão de ordem do deputado Gaban e, de fato, ele não o está questionando. V.Ex^a está correto quando diz que existiam 20 deputados com presenças registradas no painel.

O questionamento do deputado Gaban é legítimo, porque sabemos da importância desta sessão, vai ser longa, importante, e, de fato, num futuro próximo, se questionada a sua legalidade, as pessoas irão pedir a verificação do painel e vão encontrar a presença apenas de 20 deputados. A solicitação do deputado Gaban é pertinente para que fique caracterizado oficialmente, no painel, que havia 21 deputados presentes.

E em momento algum, Sr. Presidente desta sessão, deputado Yulo Oiticica, o deputado Gaban tirou a credibilidade das suas palavras. Pelo contrário, até porque eu, como membro da Oposição, também pude observar, assim como V.Ex^a, que estavam registrados no painel 20 parlamentares.

O deputado Gaban vem solicitar apenas que ele possa dar a presença e aí, sim, haja registrados oficialmente no painel 21 Srs. Deputados, para que amanhã ninguém tenha a condição de questionar na Justiça se esta sessão teve validade ou não. Estamos aqui para ter uma sessão longa e podemos amanhã ter jogado todo o trabalho fora por conta de um detalhe besta.

E só para esclarecer mais uma vez: não vi de forma nenhuma ofensa do deputado Gaban. Muito pelo contrário, estamos aqui reconhecendo que V.Ex^a está coberto de razão. Havia 20 Srs. Deputados, e com a presença do deputado Gaban seriam 21. Mas o que gostaríamos é que ficasse registrada no painel a presença de 21, para que amanhã não seja questionada na Justiça a legalidade desta sessão.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não vou retirar o direito de nenhum dos deputados que queiram recorrer à Justiça.

Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é no sentido de constituir uma ponderação sobre esse ponto. Ouvi aqui todas as intervenções, o deputado Adolfo falou sobre essa coisa da legalidade. Primeiro, acho que no momento havia... Nós estamos discutindo aqui a tentativa de um acordo, e isso obviamente impossibilitou o deputado Gaban de ouvir o chamamento da presidência. Nós estávamos conversando naquele momento, todos nós. A conversa neste Plenário não era desatenciosa ao que estava acontecendo, mas sim uma tentativa natural de buscar um consenso para as votações que hoje estão previstas.

Então, a minha ponderação é a seguinte: primeiro, deputado Adolfo, não vejo nenhum tipo de prejuízo a priori, porque inclusive está registrada a colocação do presidente da sessão quando havia 20 registrados no painel e ele falou que eram 21, com a presença do deputado Gaban. Portanto, essa questão está superada.

A minha sugestão é que chame o próximo orador e nós façamos o seguinte: a presidência da Mesa exija desde o início de quem pede a questão de ordem, tanto a minha quanto a dos que pedem nos dois contrapontos, que registre imediatamente a presença, porque evita questionamentos em casos como este.

Então, presidente, convoque o próximo orador, por gentileza.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Portanto, vamos continuar, contando com o bom senso de todos os deputados e entendendo o registro que o deputado Rosemberg faz, de que naquele momento o que havia na verdade, talvez, fosse o excesso de zelo de V.Ex^{as} em buscar um acordo. Então, absolutamente nada de errado nisso.

Quero, inspirado no deputado Gaban, sugerir que os Líderes façam um acordo de fato para ser imediato o registro daquele que pedir a questão de ordem, para que essa situação não volte a acontecer. Então, quando o deputado Zé Neto voltar, solicitaremos isso. Infelizmente, não há esse expediente no nosso mecanismo dos 20...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, vamos fazer um acordo para tentar ajudar, porque vejo, como o deputado Adolfo falou com muita propriedade, esta noite, esta madrugada, sei lá onde vai dar, que provavelmente pelo menos até amanhã vamos ficar aqui numa sessão extremamente longa se não houver acordo.

O deputado Rosemberg, um dos deputados mais preocupados em valorizar o Poder Legislativo, sempre tenta, quando há a impossibilidade de um acordo, vir com propostas que possam viabilizá-lo. Nós discutimos uma alternativa, e pedi que viesse como testemunha dela o deputado Carlos Brasileiro, outro parlamentar também sempre muito preocupado aqui, na ausência do deputado Zé Neto, e que tem respondido à Oposição. Com o próprio Líder do governo estávamos discutindo no momento a possibilidade de alguns ajustes para viabilizar um acordo.

Inclusive na hora em que o presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, esteve aqui, eu disse o que estávamos conversando. E V.Ex^a - não é nenhum demérito, é óbvio que não, já fui presidente da Assembleia e sei o respeito que tem o cargo de quem está na presidência da sessão, independentemente de ser o presidente do Poder ou não - está aí exercendo o seu direito de presidi-la.

Na hora em que V.Ex^a falou, e não estou duvidando, “Deputado, registre a presença”, não ouvi, porque estávamos discutindo esse assunto. Mas é lógico que não discordo dos 21. Só estou discordando porque não tive oportunidade, por não ter ouvido, para registrar a minha presença. Então não posso considerá-la registrada, porque é o painel que controla.

Aí, poderemos ser obrigados a uma sessão extremamente longa, pois já se inviabiliza qualquer acordo se houver radicalismo. Aí, volta tudo à estaca zero. Quando falei em chamar o presidente da Casa, é porque quem vai ter de responder é ele, que preside este Legislativo. Por uma questão de justiça, tenho certeza de que ganho. O painel controla, está ali o registro, a confirmação. Há as notas taquigráficas. Eu não tive a oportunidade de digitar a minha senha e registrar. Como agora já temos os 21, é fácil. Mas seria muito mais rápido. Até proponho para ajudar em nome da Oposição, deputado Zé Neto, que a partir de agora o parlamentar, seja quem for...

Acho que é até uma questão de bom-senso. Por isso, sem consultar a minha Bancada, proponho o acordo que, a partir deste momento, quem solicitar uma verificação de quórum tem a obrigação e o dever de fazê-lo no primeiro momento. Cria-se uma jurisprudência e regulariza-se, para não haver demanda e se tumultuar um processo à toa, radicalizar à toa. Entendeu, Sr. Presidente?

V.Ex^a sabe que lhe tenho uma admiração muito grande. Sempre, nos acordos que propõe, busca fortalecer o Poder Legislativo. É nesse sentido que peço que seja feita a verificação de quórum.

E já adianto a V.Ex^a que, se porventura, caro deputado Yulo Oiticica, o painel for zerado e, após os 15 minutos, não houver em Plenário número suficiente para dar continuidade à presente sessão, pedirei a minha Bancada para que ajude o governo a registrar os 21 nesta primeira verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oitiica):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deixe-me fazer um apelo ao deputado Gaban. Eu tenho toda a paciência do mundo e estou tranquilo.

Quando pedi a V.Ex^a que tivesse o cuidado de não pedir... Estou sem almoçar, mas não tem problema, porque sou Líder, assim como V.Ex^a. Havia pessoas do seu campo e do campo do governo almoçando. Acho que, por mais que tenhamos disputas aqui, para mim está muito tranquilo que o carinho que tenho por alguém da minha Bancada, do ponto de vista pessoal, tenho também por alguém que não seja da minha Bancada. Nós estamos numa Casa Legislativa e, antes de fazermos oposição um ao outro ou termos posições antagônicas, somos pessoas que temos de manter um bom relacionamento. Apenas pedi a V.Ex^a que tivesse o cuidado porque é hora de almoço e todos saíram para almoçar.

Agora, o que quero pedir a V.Ex^a... Tenho evitado tomar um posicionamento acerca dessa... Fui Oposição aqui e pedíamos quórum após passar o período de 1 hora. Era um acordo tácito, não havia nada escrito. Agora, ficou de 30 minutos em 30 minutos. E V.Ex^a até assumiu aqui que ficasse de 30 minutos em 30 minutos. Entretanto, faz 10 minutos que V.Ex^a pediu uma verificação de quórum. Passou 10 minutos ali, na resenha, o que faz parte de sua estratégia, porque ninguém aqui é menino. Tudo bem, V.Ex^a cumpriu a sua estratégia. Agora, o que não dá para admitir é pedir de novo agora. Aí, não tem sentido.

Peço que segure pelo menos até os 30 minutos, que é o que ficou estabelecido, pelo menos, na última polêmica sobre esse assunto. V.Ex^as mesmo disseram que tudo bem. (O deputado Gaban se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Zé Neto:- Acontece que o deputado Yulo não teve má-fé, e eu, na hora, disse: “Já tem 20 deputados, só falta V.Ex^a, que pediu, registrar”. Foi só isso.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Tenho outra proposição a fazer para acabar com o impasse, porque minha ideia não é criar obstáculos. Se eu quisesse criar obstáculos não estaria ouvindo os Líderes do governo nas propostas que estão fazendo.

Então, gostaria de que V.Ex^a... Não digo nem restabelecer, mas, pegando no horário, verificar o registro dos 20. É possível ler os nomes dos 20?

Leia os nomes dos 20 e eu faço o meu registro e considero como 21, para tentar facilitar, entendeu, Sr. Presidente?

Eu não quero abrir mão do direito de não registrar a minha presença e depois ver ela ser considerada como registrada. Só isso. É para não criar uma jurisprudência na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Há essa possibilidade? Por favor.

O Sr. Gaban:- Há, sim. V.Ex^a pega o momento em que estava, lê o nome dos deputados presentes e eu não contesto. Se são 20, eu registro a minha presença e pronto. Considero como tendo 21, mata-se o assunto. Pronto.

Está certo, Sr. Presidente? Leia a relação dos 20.

V.Ex^a pede para zerar, registra os 20 e eu ponho o meu, considero como 21 e

morre o assunto. Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Defiro o encaminhamento de V.Ex^a.

Por favor.

(A lista é encaminhada à Presidência.) (Pausa.)

Portanto, estavam presentes os deputados Zé Raimundo, Carlos Brasileiro, Bira Corôa, Jurandy Oliveira, Marquinho Viana, Joseildo Ramos, José de Arimatéia, Adolfo Menezes, Vando, Yulo Oiticica, Maria Luiza Laudano, Zé Neto, Ivana Bastos, Maria del Carmen, Reinaldo Braga, Marcelo Nilo, Delegado Deraldo Damasceno, Rosenberg Pinto, Capitão Tadeu e Marcelino Galo.

Então, 20 Srs. Deputados. Por favor, deputado Gaban....

O Sr. Gaban:- Peço, então, para zerar o painel e eu registrarei minha presença. Consideram-se os 21 deputados, como já estava.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Srs. Deputados, convoco, para fazer uso da palavra, o próximo orador inscrito, deputado Luciano Simões, para debater por 20 minutos. Retorne-se ao quórum geral.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Parabenizo aqui o nosso presidente, deputado Yulo Oiticica...

O Sr. Gaban:- Parabéns, deputado Yulo.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- (...) pela elegância, pela tranquilidade, num assunto que seria muito fácil de resolver. O deputado só pode questionar se ele estiver presente. Caso contrário, não pode ser dada a palavra ao deputado que não marcou presença na sessão. É uma questão sem discussão.

Mas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, deputado Paulo Rangel, como vou fazer um pronunciamento sobre calote, vejo, deputada Maria del Carmen, várias faixas aqui: “PL Anticalote aprovação já”. Gostaria de dar um tempo a V.Ex^a para ver de que calote trata o que está abordado no projeto, do qual não tenho conhecimento ainda, para que o meu calote não se confunda com o calote que V.Ex^a pretende defender. Gostaria só desse esclarecimento quanto ao PL do calote para poder fazer o meu pronunciamento sobre o outro calote.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Luciano Simões, o projeto que estamos chamando de anticalote, projeto de número 19.414, se refere aos recursos repassados pelo governo do Estado para pagamento das verbas indenizatórias – dos 40% do FGTS, férias e 13º proporcionais, que são liberados junto com a fatura todos os meses pelo governo do Estado para os terceirizados –, para que fiquem numa conta vinculada em separado. Só poderá ser movimentada com o apoio do governo do Estado, com autorização do órgão contratante, seja ele qual for.

Então, é um projeto para garantir que os recursos destinados aos trabalhadores sejam, efetivamente, utilizados para pagamento dos trabalhadores. O que não ocorre hoje, porque algumas empresas, não todas, mas algumas empresas não sérias, acabam utilizando esses recursos, que deveriam ser provisionados para pagamento desses direitos trabalhistas, a outros pagamentos.

Depois, as empresas desaparecem, não aparecem outra vez, e os trabalhadores

é que são prejudicados. Então, o projeto é voltado exatamente para os trabalhadores terceirizados da segurança, da limpeza, dos diversos trabalhadores do governo do Estado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Fazer um caixa, não é? É um caixa para garantir o pagamento dos direitos trabalhistas.

A Sr^a Maria del Carmen:- Esse recurso será depositado numa conta vinculada, em banco oficial, e só pode ser utilizado com autorização do contratante.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Pois, deputada Maria del Carmen, o calote de que vou tratar aqui é um calote semelhante. Mas é um calote direto, não é um calote indireto. Nesse caso, V.Ex^a tenta, com o projeto, dar um caixa de garantia trabalhista àqueles funcionários terceirizados.

Mas o calote de que vou tratar aqui e que a imprensa da Bahia está tratando, no momento, no dia de hoje, é o calote que o governo do Estado está pregando aí nos professores de PSTs e de Reda. E esse calote atinge indiretamente a esses terceirizados que V.Ex^a que proteger com toda a razão, porque é uma questão inclusive constitucional.

Os nobres deputados Zé Neto e Rosemberg Pinto costumam dizer que é invencionice de minha parte, mas vou ler a matéria dos jornais e dos blogs do dia de hoje: (Lê) “Professores contratados pela Secretaria de Educação do Estado estão sem receber salários há pelo menos cinco meses.” Imagine se não recebem os salários há 5 meses, a terceirizada, deputado Carlos Ubaldino, não deve estar recebendo o repasse do governo do Estado. (Lê) “Os profissionais foram contratados para trabalhar dentro do regime PST, Prestação de Serviço Temporário, que não exige processo seletivo.” São aqueles que nós, deputados, quando governistas, fazemos as indicações para a Secretaria da Educação. (Lê) “Por não ter vínculo empregatício, os professores trabalham na sala de aula e têm um trabalho dobrado fora dela para receber o salário, deputado Adolfo Menezes.

Deputado João Carlos Bacelar, ex-secretário da Educação, Vanessa Tajuí dos Santos é professora na Escola Estadual Padre José Vasconcelos, no Bairro Jardim Nova Esperança, em Salvador e está há cinco meses sem receber pela prestação do serviço. O professor Djavan Francisco dos Santos ensina no Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia em Cajazeiras e também não foi pago pelo trabalho. Ele diz ainda, que a Secretaria Estadual de Educação não responde aos apelos da categoria. 'Nós fomos Secretaria da Educação do Estado e eles disseram que não tem previsão.'”

Notem, deputadas Maria del Carmen e Maria Luiza, que hoje é dia 26/12, e o Estado responde ao pobre professor que tem 5 meses sem receber que não há previsão para pagamento. Já vai virar o ano. (Lê) “Para Rui Oliveira, Coordenador da APLB, Sindicato dos Professores, esses contratos de PST são uma verdadeira exploração de serviços. 'Somos totalmente contra essa forma de contratação equivocada. Além de exploração de mão de obra, serve de cabide eleitoral, são pessoas indicadas por políticos e que recebem bem menos que os concursados', classifica Rui.

A promotora Rita Tourinho, que protocolou a ação no Ministério Público,

define esse regime de prestação de serviço como uma aberração Jurídica e irregularidade do Estado. Assim como o sindicato, a promotora classifica como exploração de mão de obra. Indignada com a situação dos profissionais, Rita Tourinho se surpreende ao saber que eles estão sem receber salários. Ela aproveita para esclarecer, que esse é um regime adotado desde a gestão passada do governo de Estado e que o MP irá tomar as devidas providências.”

Num passado remoto, deputado Zé Neto, desta tribuna, V.Ex^a condenava os governos anteriores pelo uso dos PSTs e dos Redas. E pasme, deputado Gaban, o governo atual já gastou com Reda, mesmo devendo esses 5 meses, nada mais nada menos que R\$1 milhão 353 mil e 958. E vemos que o discurso do deputado Paulo Azi tem total cabimento. O governo está sem rumo. Apregoa um discurso e age de forma diversa.

Enquanto, aqui, o deputado Zé Neto, em gestões passadas, condenava os PSTs. Naquela época os PSTs recebiam em dia, deputada Maria Luiza. Hoje o governo continua contratando irregularmente, segundo a promotora Rita Tourinho, que está denunciando o governo do Estado. E o pior: não paga aos professores.

O PL Anticalote, da deputada Maria del Carmen, tem que ter uma extensão maior para pegar o caloteiro maior, que é o governo do Estado da Bahia.

O Representante da Bancada da Minoria tem que fazer – o deputado Gaban, o deputado Bruno Reis, ou o deputado João Carlos Bacelar– uma emenda no PL da deputada Maria del Carmen para incluir o caloteiro maior que é o governo do Estado da Bahia, para que esse projeto fique dentro do seu critério, um critério justo com relação aos servidores. E num governo sem rumo, a educação é sem rumo, deputado João Carlos Bacelar. Note o senhor, que foi secretário da Educação da Prefeitura do Salvador, que estamos no sétimo ano do governo, entrando praticamente no oitavo ano. O único projeto que o governo do Estado teve na área da educação foi o projeto do antigo Mobral e que, hoje, é conhecido como Topa de alfabetização de velhinhos. É um programa que existe há 40 anos no país. Foi o único programa divulgado e implementado pelo governo do Estado. Ademais, é o débito de 5 meses com o REDA e o débito com os PST. Então é um governo que não tem rumo na educação, não tem rumo na segurança pública.

Como se pode ver na proposta orçamentária do governo, o gasto com a publicidade continua o mesmo: três vezes maior do que o gasto com a segurança pública. Na verdade, é um calote de outra forma. O governo precisa acordar. Por que tanta proteção com a propaganda enganosa? Porque não faz sentido na propaganda do governo do Estado se ter, praticamente, 3 vezes mais do que na segurança pública.

Gasta-se por dia, deputado Zé Neto, com essa propaganda de obras do governo federal, 525 mil reais, segundo a informação da Fiplan, do governo do Estado. Enquanto as obras de combate à seca não são executadas. Todo o combate à seca que foi feito na Bahia foi com recurso do governo federal, estão aí os caminhões-pipa do Exército brasileiro, estão aí também as adutoras que foram feitas em Guanambi, em Irecê, obras do Ministério da Integração, com recursos exclusivos do governo federal. Então é um governo que não tem rumo.

O Sr. Zé Neto:- Onde?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Em Guanambi, obras exclusivas e licitadas pelo governo federal. A deputada Ivana Bastos que lutou por essa obra é a testemunha maior e faz parte da Bancada governista.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Não existe uma barragem, sequer, de infraestrutura hídrica construída por esse governo, nobre deputado Zé Neto, V.Ex^a sabe disso. As obras das barragens que, hoje, abastecem os municípios baianos foram realizadas em governos anteriores: a barragem de Pedras Altas, a barragem de Pindobaçu, a barragem de Ponto Novo e tantas outras que foram comprovadamente construídas em governos anteriores.

Desafio V.Ex^a a trazer para esta Casa uma obra de infraestrutura que foi construída pelo governo do Estado. Desafio V.Ex^a, através da Cordec, ou da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, a trazer uma comprovação de contas de gastos no combate a seca. Até o milho distribuído foi com o dinheiro da Conab e a Conab, deputada Luiza Maia, é um órgão do governo federal. As cestas básicas distribuídas na seca, inclusive na região de Anagé, deputado Fabrício, onde V.Ex^a representa, foi com recursos do governo federal através da Conab, sem 1 réis sequer do governo federal. Mas o que assistimos no dia a dia é o governo colocar essa propaganda mentirosa todos os dias na televisão e nas rádios.

Hoje, chega para votação mais um projeto de lei do governo de financiamentos que, na verdade, todo mundo sabe tratar-se de uma proposta que vai se caracterizar, como as outras, em desvio de finalidade. E, agora, o governo acresce mais um dispositivo no empréstimo de um bilhão acrescentando a infraestrutura para a mobilidade urbana. Agora, onde a mobilidade urbana? O projeto não especifica. E, mais uma vez, a Assembleia Legislativa da Bahia vai dar um cheque em branco ao governo do Estado para que o governo, por decreto, por instrução normativa ou até por ordem de serviço indique onde vai ser investido esse dinheiro para a mobilidade urbana.

E, não cansado, o governo já alcança, deputado Paulo Azi, me parece que 14 bilhões com esse projeto de empréstimo e financiamento do governo do Estado, que vem endividar a Bahia e o povo baiano.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Com o aparte o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Cumprimento, deputado Luciano, o pronunciamento de V.Ex^a. Veja que o pior de tudo, o pior dos mundos, é que esses recursos, infelizmente, não vão ser destinados a ações de investimento, não vão ser destinados em ações que melhorem a vida dos baianos. Veja, V.Ex^a, que a proposta orçamentária prevista para o próximo ano reduz os recursos destinados a investimentos. Quer dizer, o governo vai gastar muito mais o ano que vem para sustentar essa máquina pesada, ineficiente, onerosa, inchada pelos acordos feitos com os companheiros, a companheirada, os partidos – que muitos deles são “chegados ao governo” e ninguém sabe fruto de que tipo de acordo.

Então, deputado Luciano, é o ocaso de um governo que recebeu este Estado

equilibrado, com as finanças em ordem, com recursos em caixa, e que agora se prepara para entregar ao futuro gestor que, não tenho dúvida, será do nosso grupo político, será aquele escolhido para representar as oposições. E já pensa em botar a mão nos recursos do futuro governo. Quer dizer, é um governo que não tem limites, deputado Luciano. O limite é a gastança desenfreada, sem nenhum compromisso com a gestão pública, com o equilíbrio fiscal de suas contas, mas que, com fé em Deus, está perto de chegar ao seu final.

Parabenizo V.Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta tarde nesta Casa.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Quero incluir o aparte de V.Ex^a, deputado Paulo Azi, ao meu pronunciamento.

A prova maior de que esse governo, realmente, está totalmente sem rumo é a falta de projetos, é o desespero que chega ao fim do ano. O governo procurando maneiras e meios de fechar as contas para que se possa cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal praticando inúmeras desobediências jurídicas, praticando inúmeros crimes contra a contabilidade pública, contra a gestão pública. São ameaças todo o tempo que estamos tendo agora, graças a Deus, do Ministério Público em executar o atual governo pelas improbidades que a oposição tratou durante esses 7 anos na Assembleia Legislativa.

E assistimos, deputado Paulo Rangel, ao fim do ano chegar e ao desespero do governo no fechamento das contas, ao desespero do governo no desvio de finalidades a todo momento cantado em prosa e verso aqui pela oposição. E, graças a Deus, agora sendo ouvido pelo Ministério Público que começa a tomar iniciativa de ações para corrigir os erros e as irregularidades praticadas por esse governo comprovadamente sem rumo e sem competência na atual gestão.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, estamos aqui no dia 26/12, depois de comemorarmos o nascimento de Jesus Cristo, naturalmente todos nós com as nossas famílias vivemos momentos de paz e união.

Estamos aqui hoje quando o governo do Estado deveria pelo menos ter anunciado o relator dos projetos, uma das peças mais importantes para serem apreciadas pelo Poder Legislativo, que é o Orçamento do Estado, no qual estariam definidos todos os projetos, no qual estariam depositados todo e qualquer sentimento, sobretudo aquele que mora no interior para que tenha a perspectiva de ter uma saúde melhor, uma educação melhor para os seus filhos, uma segurança que lhe dê a tranquilidade de ir e vir.

O governo sequer tem um relator anunciado. Este governo vem sendo denunciado pela Oposição, desde 2008, pela inconsequente gestão de estar gastando ano a ano muito mais do que arrecada. Imaginem - numa linguagem bem simples, para os que estiverem nos assistindo eventualmente pela TV Assembleia, e que não têm conhecimento em contabilidade, - uma pessoa qualquer da sociedade, de qualquer nível social, que tenha, como um simples exemplo, um salário mensal que

lhe dê um rendimento líquido, ou seja, descontados todos os impostos previstos em lei, receba R\$1mil mensalmente. E essa mesma pessoa no mês gasta R\$1 mil e 200, no outro mês gasta R\$1 mil e 400, no outro mês gasta R\$1mil, no outro mês volta a gastar R\$1 mil e 300 e recebendo só R\$1 mil por mês.

É o que aconteceu com esse governo: tem gasto, desde 2008, mais do que arrecada. Apenas e tão somente no ano de 2010 o governo gastou menos do que arrecadou. Ele deveria ter feito isso em todos os 7 anos de sua administração. Apenas em 1 ano ele cumpriu o que deveria cumprir, que é o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Antigamente na época da gestão de Carlos Martins, vinha de uma maneira compulsória, até não tenho outro termo agora, mas sem nenhum tipo de ofensa, de uma maneira cínica discordava dos argumentos que apresentávamos, de que a contabilidade era totalmente inconsequente, inconsistente porque não retratava a realidade.

Temos acompanhado relatórios do Tribunal de Contas do Estado em que apontam irregularidades, mas espera que o governo venha regularizá-la a curto prazo. Desde 2008, estão esperando que sejam regularizadas as contas de um governo que com a conivência, repito, do Tribunal de Contas do Estado, insiste diferentemente do que faz o Tribunal de Contas dos Municípios, que penaliza os prefeitos, o Tribunal de Contas do Estado é conivente, não penaliza. E o governo, desde 2008, apresenta contas irregulares, contabilidade que não traduz a realidade dos fatos. Não precisa ninguém ser especialista em contabilidade, uma simples análise dos números mostra o que está acontecendo ano a ano.

Para não ser muito prolixo, chegamos ao final de 2012 com um rombo de R\$ 1,7 bilhão, aproximadamente, nas contas do governo.

O Tribunal de Contas, mais uma vez, foi complacente. Na última reunião ocorrida no Tribunal de Contas do Estado, houve um verdadeiro bate-boca entre dois conselheiros. Existiu a devolução do pedido de vista feito por um dos conselheiros, Pedro Lino, baseado no que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele pede ser mandado ao Ministério Público com a recomendação inclusive de desapropriação das contas, o que foi relatado pelo conselheiro-relator Filemon Matos.

Desta forma, o então secretário Pititinga, quando apresentou o relatório aqui – como diz a Constituição Federal, ele tem a obrigação de vir apresentar o relatório do primeiro quadrimestre de 2013 – questionado por mim – isso está gravado em áudio e em vídeo – disse taxativamente que as contas apresentadas no primeiro quadrimestre estavam inconsequentes, que não retratavam a realidade, que a inconsistência dessas contas não estavam retratadas ali da maneira correta. Mas ele assumiu o compromisso de regularizar a contabilidade do estado o mais breve possível, até porque, o Fiplan, que é o novo sistema de contabilidade implantado pelo governo do estado da Bahia, ainda não funcionava àquela época. Está gravado isso.

E o que acontece? O governador do estado não só aprovou, mas publicou – assinado por ele e pelo secretário de Estado – a contabilidade que o próprio secretário da Fazenda confessou estar irregular, não retratar a realidade e apresentar um saldo de R\$ 7 bilhões cujo deficit é em torno de quase R\$ 1,8 bilhão.

Cabem as seguintes perguntas: como o governo aprova uma conta que seu próprio secretário diz ser irregular? Como aprova-se uma conta ao afirmar ter R\$ 7 bilhões em caixa? O próprio sindicato dos construtores que trabalha para o estado da Bahia publicou – acredito que pela primeira vez na história de nosso estado – nota paga em todos os jornais estaduais ao relatar que não recebiam os seus pagamentos desde o ano passado. A nota afirmou que muitos deles estavam quebrando, porque confiaram que, após a conclusão das obras, o governo iria pagá-los e não os estava pagando. Os que estavam com obras em execução disseram que, desde o início dos trabalhos, nunca receberam um centavo sequer. Vimos a Bahia, mais uma vez, de maneira vergonhosa, fazer parte do noticiário nacional ao afirmar que várias escolas não estavam funcionando, porque as empresas terceirizadas pelo governo do estado para fazer a limpeza pública estavam em greve, porque os seus funcionários não recebiam os recursos necessários.

Vimos o próprio Ministério Público estadual entrar com ação contra o governo do estado, notadamente contra o secretário da Saúde, porque não está pagando aos que lhe prestam serviço.

Sobre essa mesma secretaria, os fornecedores de remédios diziam, não sei se o fizeram, que iriam parar o fornecimento de medicamentos, porque não recebiam do estado. Tal fato ensejou essa medida do Ministério Público estadual.

Depois de falarmos há muito tempo para que se fizesse o Refis, o novo secretário Manoel Vitório valoriza os auditores fiscais do nosso estado diferentemente do ex-secretário Carlos Martins. E a Bahia, ao ver aqueles que verdadeiramente têm responsabilidade pela arrecadação são prestigiados. Foram eles que deram a notícia boa, em princípio, de que o nosso Estado tinha batido um recorde: 870 milhões do Refis, valor este, meu querido amigo deputado Paulo Rangel, que na realidade deve chegar a 930 milhões.

Seria um motivo para comemorar, sim! Um belíssimo motivo se não fosse a falta de gestão do governo, porque 70% desse recorde nacional que o Refis proporcionou aos cofres estaduais foram consumidos, meu querido amigo deputado Paulo Rangel, pelo aumento do custeio de 2013 em relação a 2012, ou seja, com esse item o Estado gastou 70% a mais neste ano do que no passado. Então, infelizmente, esses 70% dessa arrecadação recorde, a qual seria motivo para comemoração de todos nós que gostamos da Bahia, viraram motivo de tristeza. Na hora em que o governo tinha, mesmo no ano passado...

Vou falar agora de um período mais recente. Quando o secretário atual da Fazenda, Manoel Vitório, veio apresentar o relatório do 2º quadrimestre deste ano, eu o questionei da mesma forma pela inconsistência dos seus números. Não havia como aquela contabilidade ser confiável, porque da mesma forma como foi apresentada a do Petitinga estava sendo a do Manoel Vitório, mostrando resultados que não condiziam com a verdade.

Está gravado em áudio e vídeo que o secretário Manoel Vitório, da mesma forma que fez o ex-secretário Petitinga, disse: “Efetivamente, os números que estou apresentando não retratam a realidade da contabilidade do Estado”. Mas o governo do

governador Jaques Wagner mais uma vez pega o relatório do seu próprio secretário da Fazenda - que diz que não retrata a realidade definida na contabilidade pública do País, mostra que está irregular - e publica a sua aprovação, juntamente com os seus secretários.

Não dá para entender a que ponto chega, querido amigo presidente do DEM, a irresponsabilidade de um governo que aprova algo que o seu próprio secretário da Fazenda diz que está irregular. Repito, está gravado em áudio e vídeo. Mandamos para o Tribunal, e nada acontece!

Se voltarmos um ano, veremos que o governo está querendo compensar a falta de gestão com aumento de tributos. Tanto que aprovou nesta Casa, a toque de caixa - da mesma forma como quer aprovar este projeto do empréstimo que estamos agora discutindo -, o relatório apresentado de última hora, porque o regime é de urgência, por um relator tipo robô, que vem aqui ler o que o governo apresentou sem sequer discutir com algum deputado da base governista. E muito menos com a Oposição. Nenhum segmento organizado da sociedade pôde tomar conhecimento do que está sendo aprovado.

São recursos no valor de R\$ 1 bilhão sem se saber para quê, onde, quando e de que forma o governo vai utilizá-los! E isso porque não há transparência nas ações dele, da mesma maneira que ela não existe até para o Tribunal de Contas do Estado, pois seus técnicos e os próprios conselheiros só começaram a ser treinados para ter acesso ao Fiplan em outubro deste ano. Portanto, o Estado da Bahia ficou 10 meses deste 2013 sem nenhum tipo de fiscalização do TCE, já que até então nem acesso ao Fiplan seus integrantes tinham, visto que nem o conhecimento nem o treinamento para tal possuíam.

Esta é a Bahia que nós estamos vivendo, a Bahia da transparência é a da propaganda. E a Bahia do dia a dia, que nem os conselheiros têm consciência disso.

Não é à toa que teve essa discussão na última reunião do Tribunal de Contas do Estado por aquele conselheiro que quer que seja respeitado o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que determina a contabilidade pública de um Estado, que seja cumprido. E o outro conselheiro, “não, mas o governo vai, um dia, regularizar”. Mas, aonde? Vimos manchetes de jornais, centenas de prefeitos tendo as contas rejeitadas pelo mesmo motivo que o governo está cometendo as falhas e o Tribunal de Contas do Estado aprova. Quero ver o sentimento quando os deputados da base do governo forem lá pedir voto, neste ano, para prefeitos que tiveram as contas rejeitadas, e o prefeito dizer: “minhas contas estão rejeitadas, posso ficar inelegível durante 8 anos, e vocês aprovam as contas do governador com as mesmas irregularidades que temos”.

Se eu fosse um prefeito, diria: “como é, deputado, você vem aqui pedir voto para mim e está defendendo uma conta irregular, numa estrutura muito maior em que o governo teria de por um bom assessoramento?”. Muito diferente dos prefeitos do interior do Estado, que não têm nem quem contratar, não tem as pessoas com conhecimento. As que têm o privilégio são poucas, de sair do interior para cursar uma faculdade, até por falta de oportunidade nem voltam para os seus municípios, que são

pequenos, mas acabam saindo da Bahia porque este Estado não tem empresas que possam gerar oportunidades, salário digno para que aqueles poucos alunos que conseguiram se formar numa universidade tenham um salário digno. Muitos ficam aqui na Bahia por amor a sua terra, mas em desvio de função, e não têm sequer um salário digno para sustentar sua família. Mas a maioria esmagadora, aquele que deu um upgrade um pouco acima da média vai embora, pois o mercado do Brasil está pujante e dá oportunidade àqueles que querem se desenvolver.

E este governo não tem limites. Teremos ainda oportunidade neste dia que se inicia ou na madrugada ou no amanhecer do novo dia, de falar da ganância desse governo, que o deputado Alan Sanches tanto defende aqui na Casa, não tem limites. Mandaram, na sexta-feira, mais uma taxa para a população da Bahia. É taxa pelo exercício do poder de polícia da Secretaria da Saúde, que está devendo 200 milhões para aqueles que lhe fornecem os serviços; agora põe uma taxa de exercício do poder de polícia. Na própria mensagem encaminhada pelo governador, ele já nem disfarça, deputado Paulo Rangel. Se lemos a mensagem, ela diz: “a presente proposição tem o objetivo de alterar a lei 11.631, de 30 de dezembro de 2008, para criar e majorar, no âmbito da Secretaria da Saúde, taxas relativas ao exercício do poder de polícia, bem como pela prestação de serviços no âmbito do Poder Executivo, notadamente da Secretaria da Saúde”.

Vejam que nem o governo agora tem o pudor de, no fim de ano, dar um presente de natal para a população da Bahia. Está querendo corrigir a falta de gestão com taxa de combate a incêndio, com mais uma taxa abusiva para a população.

Para que os senhores tenham ideia, são vários segmentos que serão penalizados, e um bate todos os recordes, emissão de segunda via de um documento. Quem precisar, na Secretaria da Saúde, vai pagar a bagatela de R\$150,00.

É um governo que quer, além de criar taxa de incêndio, taxa de polícia da Secretaria da Saúde, vai dizer isso quando estiver pedindo voto para Otto Alencar, vai ter Eliana Calmon dizendo, e o nosso candidato também, que quer a moralidade, e o governo de V.Ex^a, deputado Alan Sanches, vai dizer em palanque que cria taxas abusivas para penalizar a população. É esse discurso que eu quero ouvir em palanque no interior! Essa conversa de pé de ouvido, não! Vão ter de dizer no palanque: “Estamos taxando a população, por isso queremos votos para eleger Otto Alencar senador”! Do outro lado – o nosso candidato não indicamos, mas vai ser na mesma linha de Eliana Calmon, que quer a moralidade – o Dem quer a moralização, e vocês querem criar taxas abusivas e criminosas contra a população da Bahia. O ano que vem está aí!

É por isso que estamos obstruindo e vamos obstruir, porque não podemos dar de presente de Natal e Ano Novo mais uma taxa abusiva para quem não presta saúde para o Estado e quer que a população pague uma taxa para a Secretaria de Saúde do poder de polícia. Se nem a Secretaria de Segurança Pública está cumprindo com a sua obrigação de dar segurança à população, vai a Secretaria de Saúde ter uma taxa de polícia? Pelo amor de Deus! Temos de ter respeito à população!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- É isso, finalizando meu querido presidente Paulo Rangel, que mostraremos à população da Bahia. Mostraremos que não podemos mais conviver com falta de gestão, penalizando a população, cada vez mais, com taxas criadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Paulo Rangel, tendo como contrarregra o deputado Alan Sanches, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é um prazer estar, mais uma vez, nesta tribuna. Estava subindo as escadas, agora, em direção ao Plenário, passava um filme na minha cabeça e, ao mesmo tempo, eu me perguntava: o que faz um homem público se metamorfosear, mudar de forma drástica o seu discurso? Como pode, de repente, se tornar um político camaleão, vermelho por fora e multicolorido por dentro? E esse político bradava aos quatro cantos que deveriam acabar com o REDA. Reiteradas vezes, em programas de rádio ou no horário eleitoral, o Líder do Governo se manifestou de forma contrária ao REDA, dizendo que era uma prática eleitoreira do governo passado, que era cabide de emprego, que era uma forma de atrair, de persuadir e de cooptar deputados.

Eis que o tempo passa, e aquele deputado de oposição, não é mais de oposição, mas, sim, governista! Ele está sentado e bem acomodado nos louros do Palácio de Ondina, e é escolhido para Líder do Governo. Eis que aquele combativo deputado de um partido representativo passa a fazer tudo de forma contrária ao que defendia. Agora, ele é um dos principais mentores e defensores do REDA. Tanto isso é verdade que deve ter sido gestada de sua mente, como admite brilhantes da burocracia deste governo, o aumento do número de contratos de REDAs no estado da Bahia.

Ora, se, no governo de Paulo Souto, o REDA era moeda de troca com os deputados, se era para aparelhar a máquina do estado, se, àquela época, era para se acabar com o REDA, como, agora, o novo governo do estado, que combatia o REDA, deputado Capitão Tadeu, quer aumentar, de forma sínica, o número de contratos de REDA no estado da Bahia?

Um dos seus mentores é aquele algoz que, antigamente, combatia REDAs e PSTs. Fico a me perguntar como um homem desse coloca a cabeça no travesseiro? Como um homem desse pega a sua história e, simplesmente, rasga, repito, rasga e joga na lata do lixo? Como pode? Será que ele pensa que as pessoas têm memória fraca ou memória curta e não se lembram de suas manifestações públicas contra o REDA?

Eu, se fosse Líder deste governo e na condição de Líder, contrapondo a minha história, pediria para sair. Entregaria a carta ao governador. Mas jamais abandonaria as minhas ideias de luta e de trabalho. São as ideias que nortearam a vida desse político. É impressionante! Fico boquiaberto e pasmo como um político consegue, num curto espaço de tempo, mudar da água para o vinho.

O que nós veremos, deputado Rosemberg Pinto? Tenho certeza de que V.Ex^a não é um político camaleão e não é um político que se metamorfoseia, porque sabe,

perfeitamente, que essas incoerências mancham a vida do homem público.

Este é o projeto que o governo quer aprovar nesta Casa, qual seja, aumentar o número de contratos de REDAs que, também, não paga, repito, não paga.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Você que está me vendo, aí agora, pelo Canal Assembleia e pela TV Assembleia, justamente em ano eleitoral, quando o candidato do governo se arrasta feito cobra nas pesquisas, eis que chega a esta Casa um projeto de lei para aumentar o número de contratos tipo REDA. E, para a minha surpresa, quem chega com este projeto debaixo do braço? Nada menos nada mais do que aquele que criticava o REDA no governo Paulo Souto. Quem é ele? O Líder do governo!

Com o aparte o deputado Adolfo Viana, menino que está estourado em Casa Nova e toda região do Norte da Bahia. Parece que está chegando, também, ao Centro-Oeste com a aquiescência do deputado Bruno Reis, que não é guloso e, de forma generosa, está abrindo espaço para o nobre deputado Adolfo Viana.

Meu caro deputado Adolfo Viana, ouço V.Ex^a com muito prazer.

O Sr. Adolfo Viana:- Grande parlamentar deputado Carlos Geilson, todas as vezes em que V.Ex^a ocupa esta tribuna, este Plenário se cala para ouvir, atenciosamente, suas sábias palavras.

V.Ex^a, hoje, já ocupou esta tribuna algumas vezes. Prestei atenção aos seus diversos pronunciamentos. Em um deles, V.Ex^a cantava uma música que está na cabeça dos baianos. Sem sombra de dúvida, esta é a música mais tocada no estado da Bahia. E olhem que a música não é de nenhuma grande banda baiana. É a música da propaganda do governo do Estado.

Se observarmos, deputado Carlos Geilson, a proposta orçamentária para o ano de 2014 vamos ter a certeza do porquê esta música tocar tanto em nosso Estado. Se observarmos a proposta enviada para este Poder, vamos observar que os investimentos são reduzidos em quase todas as secretarias, mas quando o assunto é publicidade há um tratamento todo especial, diferenciado, um tratamento financeiro mais generoso.

Então, queria que V.Ex^a, que é um defensor não só de Feira de Santana, mas de todo o Estado da Bahia, desse-nos a sua opinião com relação a isso. Causa-me estranheza chegar a esta Casa essa proposta orçamentária que diminui os investimentos em, praticamente, todas as secretarias e aumenta na área da publicidade.

Essa música que V.Ex^a cantou em seu primeiro pronunciamento será mais cantada ainda do que foi em 2013, porque, de fato, a verba para publicidade aumentou. Nós, que já achávamos que eles investiam muito em publicidade, vemos que agora irão investir ainda mais. Vejam que para a Secretaria de Infraestrutura eles estão diminuindo quase 2/3 do Orçamento para o próximo ano. Na publicidade, eles estão aumentando. Então, vem muito mais propaganda para que essa “revolução silenciosa” do atual governo seja ainda maior. Muito obrigado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu

pronunciamento.

Acho interessante a “revolução silenciosa”. Como o governo não tem o que mostrar, eles agora criaram uma peça demarketing interessante. Há que se reconhecer que o marqueteiro desse governo é bom. Há que se reconhecer! Tira água de pedra, porque é um governo indolente, letárgico, mas ele consegue, na propaganda, tentar persuadir a população de que é um governo trabalhador. Mas esse é o governo da preguiça, é um governo bem devagar, é um governo que não cumpre as suas promessas de campanha.

Não vou nem falar de Feira de Santana, porque lá já é por demais, sobejamente conhecido como um governo que promete e não cumpre. Mas o que o deputado Adolfo Viana realça é preocupante. O governo capta, retira investimentos de secretarias importantes, que dizem diretamente aos anseios da população, engessa muitas secretarias e, em compensação, facilita para a Secretaria de Comunicação, dando-lhe muito dinheiro para investir em publicidade.

Quero dizer que, como homem de rádio, não sou contra a propaganda – que isso fique bem claro –, não só neste governo, como em governos passados. Quem era contra no passado é quem vivia aqui, na tribuna, dizendo que havia um duto ligando a Cesta do Povo à TV Bahia. Contra era quem dizia isso da tribuna. Acho que ele mudou, é um político que se metamorfoseou, transformou-se.

Sou favorável à publicidade, mas, porém, contudo, todavia, entretanto, o que se faz, hoje, no Estado da Bahia é um absurdo, com um excesso de publicidade, enquanto outras secretarias têm dificuldades para atender às demandas da população. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, esta está capengando, está se arrastando, manquitolando; os hospitais, sem equipamentos até de primeiros socorros para funcionar. No Hospital Geral Clériston Andrade, de Feira de Santana, o que mais se vê são macas retidas, porque não há macas no hospital. Já propus, inclusive, fazer uma campanha, em Feira de Santana, em programa de rádio, para que as pessoas possam colaborar, contribuir para que compremos as macas e possamos doar à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Lá ficam as viaturas do SAMU retidas, porque chegam com o paciente, não há macas no hospital, e as pessoas são atendidas nas macas das ambulâncias do SAMU. É uma situação na saúde por demais preocupante. Na segurança pública, que tem sido um caos, o verdadeiro calcanhar de Aquiles deste governo, falta dinheiro, faltam recursos, mas não faltam recursos para propaganda. A propaganda, volto a frisar, deve ser feita. Amanhã ou depois, aqui desta tribuna, caso reeleito deputado, caso estejamos na posição de governo e façamos propaganda, não venham dizer: “Ah! Você era contra propaganda!”. Não! Eu não sou como certos Líderes nesta Casa, que, como o camaleão, são vermelhos por fora e multicoloridos por dentro.

Quero dizer que sou favorável à publicidade, não a esse absurdo, a esse excesso de se tirarem verbas de secretarias estruturantes, importantes e que dizem respeito diretamente à vida do cidadão baiano para destinarem à publicidade. Aí é que sou contra. Por exemplo, você tirar verba da Secretaria da Segurança Pública. O serviço de Moto Bairro, em Feira de Santana, deixou de funcionar por falta de

recursos. Quando você liga o rádio, a todo instante, há uma musiquinha tocando: “A Bahia quer mais e o trabalho segue em frente, fazendo muito mais por nossa gente. A Bahia quer mais, e vamos conquistando mais pela Bahia, mais pelos baianos”. É dessa forma que se está conquistando? Tirando recursos da educação, tirando recursos da saúde, tirando recursos da segurança pública para serem aplicados justamente em propaganda? Com certeza não é essa a Bahia que queremos e desejamos.

Mas não é só o Líder do governo, deputado Zé Neto, que mudou não! O Partido dos Trabalhadores mudou radicalmente. Quem mais criticava as privatizações? Minha querida deputada Kelly Adriana Magalhães, quem mais criticava as privatizações? Pois é. Sabe quanto aumentou o número de estradas privatizadas em 2013? No governo do PT, aumentou 81%. Quem não lembra do PT combatendo as privatizações? Quem não lembra, deputada Kelly, que está agoniada, que é uma deputada de escol, quem não lembra da deputada Kelly criticando as privatizações, juntamente com o PCdoB?

Deputado João Carlos, deputado Coronel Santana, prestem atenção: em 2013, foram concedidos à iniciativa privada 3.300 quilômetros de estradas no País. O número poderá subir para 4.250 quilômetros com o leilão que vai ser empreendido do trecho da BR-040 entre Brasília e Juiz de Fora, em Minas Gerais, previsto para amanhã. O saldo de concessão no ano chega a 81%.

Esse governo que combatia a privatização, que dizia que a privatização era um projeto neoliberal dos tucanos – Deus do céu! Como é que essa gente consegue mudar de uma hora para outra? É um negócio absurdo, absurdo, absurdo! E tem mais: a iniciativa privada, também no governo do Partido dos Trabalhadores, que era contra as privatizações e agora é privativista, ganhou espaço no setor aeroportuário. Dois aeroportos foram leiloados: o do Galeão, no Rio de Janeiro, e o de Confins, em Belo Horizonte. A concessão do terminal fluminense, no Rio de Janeiro, vai durar 25 anos, e o de Minas Gerais 30 anos. O modelo adotado determina que a Infraero tenha a menor participação – 49%. O programa de privatização já havia privatizado Guarulhos, em Campinas, e o de Brasília em 2012. Bem, esse é o governo que combatia as privatizações de Fernando Henrique Cardoso. Bom, eles agora usam outro termo, é verdade. Agora encontraram uma nova denominação para privatização, eles falam em concessão, não é mais privatização.

Ora, vamos ser realistas e claros. Este é um governo que em nível nacional, estadual... Partido dos Trabalhadores, um partido que queimou suas bandeiras de luta, rasgou sua história, um partido multicolorido cujos líderes mudam de acordo com seus interesses e conveniências. Estamos aqui nesta tribuna a lamentar mais uma vez e dizer aos deputados governistas da base que analisem, que pensem, porque a sociedade haverá de julgá-los no futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Gilberto Santana.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sr. Presidente, estou verificando aqui que os deputados da Situação estão todos cansados, até porque devem estar dormindo uma hora desta, não é? Está cedo demais para começar a dormir. Então, eu gostaria de que V.Ex^a verificasse o quórum desta sessão para que possamos prosseguir.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que marque os 15 minutos para que possamos convocar os deputados para prestarem o quórum necessário para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido também.

Então, deputados Santana e Zé Neto marquem suas presenças.

Peço que zerem o painel e marquem os 15 minutos regulamentares.

Srs. Deputados, há uma questão de ordem, neste momento, formulada pelo deputado Coronel Gilberto Santana que pede uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, fico aqui observando as declarações da Oposição: não dá para levar muito a sério, até porque os números são totalmente desproporcionais e chega ao ponto do hilário, ou seja, de dar riso o filme. Falam de gastos com comunicação?! O nosso maior gasto com comunicação se deu no ano de 2009, quando chegamos aproximadamente a R\$ 165 milhões, distante do último ano do governo Paulo Souto, em 2006, quando foram gastos R\$ 169 milhões. Cento e sessenta e nove milhões no governo Paulo Souto! Então, é assim há sete anos, enquanto o nosso maior gasto não chegou a isso. É algo assim extraordinariamente...

Falar em Segurança Pública... Quando ouço falar em segurança pública fico assim... parece que estão no mundo da lua! Porque havia 400 carros de polícia funcionando, as chamadas “fubicas”, quenós encontramos aqui no Estado, com 10 litros de gasolina para rodar em Salvador, Feira, nas grandes cidades, para dar plantão, para fazer ronda. E o típico lá em Feira de Santana, por exemplo - aqui nesta capital não era diferente -, era os comerciantes fazerem vaquinha para colocar gasolina nos carros de polícia. Hoje são 4.754 veículos já contratados e com o tanque cheio. Na minha cidade eram três carros da Polícia Civil funcionando, seis da Polícia Militar e onze motocicletas. Estas hoje são 75, carros da PM são 48 e da Civil, 21. Falar em segurança pública, acho uma brincadeira!

Havia dez grandes hospitais na Bahia. Cinco deles foram construídos por nós. Dos dez maiores do Estado, cinco foram construídos por nós agora, prontos. O hospital que V.Ex^a conheceu lá de Santo Antônio de Jesus ficou 18 anos esperando. Tinha só o esqueleto! O de Juazeiro, fechado. O de Irecê, também só estava lá o esqueleto! E todos eles fechados! V.Ex^{as} realmente precisam parar de fantasiar. Vão

para o caminho da derrota. A derrota vai ser mais acachapante do que foi a outra. Preparem o lombo! Desafio aqui, estatisticamente, um dado do atual governo ser menor, em termos numéricos, estatísticos, do que o que foi feito no governo passado.

(O deputado Bruno Reis fala fora do microfone.)

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a fala em barragens. Primeiro, vou logo dar um exemplo aqui para V.Ex^{as} não falarem mais bobagem: nos quatro últimos anos do governo Paulo Souto, o investimento em água e saneamento foi simplesmente sete vezes menor do que o que investimos no nosso primeiro governo. Vamos encerrar o segundo com mais de 7,5 bilhões de investimentos em água e esgoto. E não venham com esta de que “Ah! Tem recurso federal!” Tem sim! Tem recurso federal com contrapartida nossa! Em todo Estado tem! Diferentemente do período em que os senhores governavam, quando um prefeito, como lá em Camaçari, como nos governos de Lídice e Cláudio Mascarenhas, como ali em Feira de Santana... Foi uma verdadeira tragédia porque fizeram as cidades ficar à míngua para voltarem como salvadores da pátria!

Agora, deviam ter a capacidade - que não têm - de dizer assim: “A presidenta Dilma...” Aliás, em Salvador boa parte dos investimentos que está chegando é dos governos estadual e federal. A União agora faz um investimento grande no BRT de Salvador e no de Feira de Santana. Dois BRTs que têm investimentos federais. É preciso que V.Ex^{as} compreendam que mudamos a história da Bahia na política, mudamos a história do Brasil na política, e os senhores vão ter que viver de fantasia. Fantasia, fantasia e fantasia!

Queria convocar os Srs. Deputados a dar frequência aqui no Plenário para encaminharmos mais rápido. Temos ainda 9 minutos para os senhores darem frequência para que possamos voltar ao quórum regimental. Parlamentares que inclusive estão lá no restaurante almoçando, por favor, precisamos de quórum imediatamente. Só temos 12 deputados neste Plenário e precisamos imediatamente desse quórum.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Presidente, uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado Coronel Santana.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Quero falar ao colega Zé Neto que desses grandes elogios que ele dirige ao governo estadual... Acho que V.Ex^a deve ser um bom advogado para defender uma causa perdida, mas não conhece a Bahia. Fala muito em Feira de Santana, porém acho que não percorre este Estado. Foi votado no Sul baiano, mas acho que nunca foi lá. Os votos devem ter sido determinados por alguém.

No entanto, se for verificar a região onde vivo, existe lá um Centro de Convenções que o governo não concluiu. Está lá se destruindo com o tempo. Gastou-se uma fortuna com um instrumento importante para aquela região, as as formaturas dos alunos das faculdades, são várias em Itabuna, são realizadas em Ilhéus, porque não há um espaço apropriado para a formatura das pessoas. E muitas pessoas que iriam participar da festa já morreram no percurso por essa estrada. Em vez de

comemorar, ter alegria, há tristeza, porque familiares morreram nesses acidentes.

E o governo não se movimenta. Chegou lá e prometeu que iria duplicar a estrada Ilhéus/Itabuna, uma rodovia de 23km. Ninguém o obrigou a ir lá prometer, mas foi lá e prometeu isso, para angariar prestígio e voto para a sua reeleição, e até hoje não cumpriu. Num percurso de 23km, passa-se 1 hora e meia viajando de Ilhéus para Itabuna.

Prometeu o novo aeroporto. E está lá o atual aeroporto quase interditado, porque não existe condições de tráfego. Quando se tenta pousar o avião, não tem teto para descer. A pista não tem estrutura para aterrissagem e o avião tem que vir para Salvador ou voltar para Belo Horizonte, ou para São Paulo.

Prometeu duplicar a Avenida Ibicaraí, que vai de Itabuna até Ferradas, no dia do aniversário da Cidade de Itabuna. Foi à televisão, TV Cabrália, e prometeu que iria entregar a obra no próximo aniversário, e até hoje esperamos.

Barragem. Essa barragem foi prometida por ele há anos! Começou a obra, mas a própria empresa a devolveu por falta de pagamento, por não cumprirem os compromissos feitos quando o contrato foi assinado. E, hoje, a obra da barragem está paralisada. E não indenizam aos proprietários cujas terras foram desapropriadas para o alagamento.

Não pagou à empresa e ela devolveu a obra judicialmente. E o deputado Zé Neto vem contar história bonita aqui como se fosse um céu?

É um governo que não tem estrutura para governar. Faz política. Negociação, faz muita. Foi sindicalista e sabe negociar.

Estão tomando financiamentos, mas o Estado só vive falido. Não sabem fazer a gestão financeira e o Estado todo ano tem arranhões em suas contas. E o Tribunal passa as vistas por cima. Mesmo os deputados da Oposição denunciando os arranhões aqui, na Assembleia, a maioria aprova.

Deveríamos abrir um processo administrativo ou até mesmo uma CPI, porque queremos transparência. Esta Assembleia não pensa em transparência, quer apenas acobertar as coisas que não estão andando corretamente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Deputado, já há quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estava atento, prestando atenção às palavras do Líder do governo, deputado Zé Neto. Realmente, deputado Carlos Geilson, ou o deputado Zé Neto subestima a inteligência dos baianos ou ele próprio acredita na propaganda mentirosa de seu governo.

O deputado Zé Neto questiona segurança pública. A Bahia é, hoje, conhecida internacionalmente como o Estado proporcionalmente mais violento do Brasil. Salvador é considerada a capital da morte por todos os órgãos especializados, que estudam o assunto, internacionalmente, e o deputado Zé Neto insiste em dizer que a polícia tem viatura e que na polícia vai tudo bem. Não sei, deputado Targino, se ele anda conversando com a Polícia Militar e com a Polícia Civil.

O deputado Zé Neto esquece que o Estado da Bahia é recordista em assaltos a bancos no interior. Na semana passada, cinco agências bancárias foram assaltadas no

mesmo dia. Inclusive, a Bahia irá entrar para o livro dos recordes, porque é a primeira vez na história que isso acontece.

O deputado Zé Neto não deve andar, embora devesse, porque é sua obrigação, pelos hospitais regionais do Estado. Na terra do deputado Euclides Fernandes, esse grande líder político, o Prado Valadares não tem nem band-aid, não tem gaze. Quando se adentra ao hospital, os profissionais de saúde perguntam: “O senhor trouxe o kit sobrevivência? Porque, aqui, não tem nada!” Em Juazeiro, entraram em greve os funcionários por falta de repasses do governo do estado.

E, assim, a Bahia vai levando.

E o deputado Zé Neto quer usar o microfone para materializar as propagandas mentirosas que seu governo insiste em dizer. Dizer que este governo não gasta em publicidade? Este é um governo, deputado João Carlos Bacelar, que gasta mais de meio milhão por dia em propagandas, muitas vezes, divulgando obras do governo federal ou obras privadas que não lhe pertencem.

Se você chegar em um shopping... Vou dar um exemplo aqui com o deputado Marcelo Nilo que resolve abrir uma farmácia em Antas. O governo computa que o emprego na farmácia em Antas é ele quem está gerando. Aí diz: “Nunca se teve tantos empregos na Bahia!” Porque até a farmácia do deputado Marcelo Nilo, o governo computa como emprego.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Este é o governo da falácia, é o governo da mentira, é o governo do calote que não paga a ninguém, deputado Bruno Reis! Quero ver qual o terceirizado ou qual o empreiteiro que tem coragem de prestar serviço a este governo! Não existe, porque não recebe.

Concedo um aparte ao nobre Líder do PSDB na Bahia, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a, como sempre, faz o bom uso desta tribuna. Usou bem o exemplo do deputado Marcelo Nilo como se ele abrisse uma farmácia em Antas. Obviamente, V.Ex^a usou um exemplo.

Eu, agora, vou dar um dado real. O atual governo usou a propaganda dessa maneira que V.Ex^a está falando. O supermercado do ex-prefeito João Gualberto, do PSDB, foi colocado em várias propagandas do governo para o pré-candidato ao governo do estado da Bahia.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Imagine!

O Sr. Adolfo Viana:- O governo deu esse exemplo junto com o exemplo de outras empresas. É tanto dinheiro para publicidade, deputado Bruno Reis, que promove, até, a campanha do adversário como também promove as empresas privadas. Então, de fato, V.Ex^a faz um bom pronunciamento, pois chama a atenção desta Casa para a quantidade exacerbada de dinheiro público que este governo usa para fazer publicidade.

Como falei para o deputado Carlos Geilson, se olharmos a proposta orçamentária enviada a este Parlamento, vamos identificar quais são, de fato, as prioridades deste governo. V.Ex^a fala da segurança pública. Se olharmos a proposta orçamentária, veremos que não é prioridade neste governo. Se for para a parte da

saúde, verá que não é prioridade neste governo.

Mas V.Ex^a pode ter certeza absoluta de que as propagandas não serão diminuídas. Elas terão um orçamento todo especial, porque precisam fazer valer as palavras do deputado e Líder Zé Neto aqui!

O estado vive os piores problemas possíveis! E deputado Zé Neto quer comparar com a gestão anterior! De fato, este governo tem de apelar muito com as propagandas para ver se confunde a cabeça das pessoas.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento. As faculdades estaduais estão ameaçando entrar em greve. Então, deputado Gilberto Santana, este é um governo... Aliás, eu vou reduzir, aqui, a frase do Exm^o Sr. Governador do Estado: “Eu fiz uma revolução silenciosa e o meu legado é imaterial.” Precisa dizer mais o quê? Pergunto novamente: precisa dizer mais o quê? O legado é imaterial e a revolução é tão silenciosa que ninguém os vê! Ninguém sente a revolução! O que, de concreto, este governo vai deixar para a Bahia?! Quais são os avanços, além do avanço da “revolução silenciosa” e do “legado imaterial”? Quais são os avanços concretos que este governo vai deixar na Bahia?

Houve o evento da Copa aqui em nosso Estado. O sorteio da Copa, que é o segundo ou terceiro evento mais visto do mundo, e a imprensa internacional, em vez de se dirigir ao governador para perguntar as coisas positivas da Bahia, deputado Euclides, perguntou: “Governador, a Bahia, nessa questão da violência, tem condições de receber a Copa do Mundo?”

Deputado Zé Neto, faça-me uma garapa. O povo não acredita mais nesse blablablá de V.Ex^a. Nem os seus deputados aliados acreditam, porque não têm como defender esse governo. Esse governo que V.Ex^a e o PT defendem, só está bom para o PT, porque para a Bahia vai muito mal, para os baianos, muito pior.

Qual foi a grande obra de infraestrutura, deputado Bruno Reis, V.Ex^a, que tem um conhecimento vasto do nosso Estado, que este governo trouxe para a Bahia? Qual a grande obra de saneamento básico, de combate à seca? Nenhuma, deputado Targino Machado. E aí, deputado Gilberto Santana, nós queremos saber qual a ponte será a primeira: se a de Ilhéus ou a de Itaparica. Essa é a grande disputa do governo. O governador vai a Ilhéus e enche a cidade de outdoors, de placas, como se a ponte já tivesse começado. E está lá a mesma coisa. Quer dizer, é um governo que insiste na mentira, insiste na enganação, insiste na propaganda; é um governo que não tem compromisso com a verdade nem com os baianos...

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o nobre deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Obrigado, nobre deputado Sandro Régis, pelo aparte que V.Ex^a nos concede.

Fico impressionado com a capacidade do Líder do governo, deputado Zé Neto, que tenta, através da retórica, da eloquência, impor os seus argumentos, como se nós não conhecêssemos a Bahia, não vivêssemos na Bahia. E também como se a população não estivesse sentindo na pele, no dia a dia, as dificuldades que nós evidenciamos aqui nos nossos pronunciamentos. Porque tudo que V.Ex^a está falando

aí, que todos nós, deputados, quando utilizamos da palavra, também dizemos, não é invenção da nossa cabeça, não é criação. Nós não fazemos política mentindo. Nós não fazemos política enrolando, enganando, muito menos trazendo dados que não correspondem à realidade que está aí.

Vir questionar a política de segurança pública do passado, querendo comparar com esta? Vamos, aceito o desafio onde ele quiser, até no diretório do PT. Porque nos 7 anos do governo Wagner morreram mais pessoas do que nos últimos 26 anos. Aumentou o número de homicídios em mais de 200%; morrem, em média, mais de 5 mil pessoas por ano; são 30 carros roubados por dia em Salvador e Região Metropolitana; não há um dia em que uma agência bancária não seja explodida no interior por marginais. Aí vêm falar em contratação de policiais, em compra de viatura.

Pelo amor de Deus! O que, de fato, precisa ocorrer é uma ação efetiva para reduzir os vícios que aí estão. Esta é a realidade! Pode até ter contratado mais policiais, mas quantos se aposentaram nesse período? Quantos saíram da corporação por uma má remuneração e por falta de estímulo e incentivo, por terem mentido para os policiais, por terem ido com contracheque deles à televisão dizendo que quando assumissem o poder tudo seria diferente? E o que há de diferente? Nada. Mudou para pior, e ainda querem continuar.

O candidato do governo faz parte do governo há 8 anos. Primeiro, como secretário de governo, depois como secretário da Casa Civil. Ele é o continuísmo do que está aí. Ano que vem vai ser fácil decidir. Quem quiser continuar com o desastre que está vai votar no candidato oficial. O governador o tirou do bolso. Todos os aliados têm de aceitar calados com o rabinho entre as pernas. Todo mundo, tanto do PT até a corrente de Carlinhos Brasileiro, que era outra corrente, outra tendência, teve de descer a corrente da maré e ir atrás de Rui Costa. Ele teve que descer goela abaixo.

Aceitou caladinho todo mundo! Assim, vamos ter a candidatura que vai representar uma alternativa, a mudança, e apresentará uma proposta à Bahia. Zé Neto e o governo falam que em 7 anos construirão 5 hospitais. É mentira, nobre deputado Sandro Régis! O Hospital de Juazeiro, minha terra, nobre deputada Luiza Maia, já estava no terceiro pavimento, faltavam só 20% para concluir a obra. O Hospital de Irecê já estava climatizado. Só faltava concluir a parte elétrica.

O Hospital de Santo Antônio de Jesus, se se arrastou 8, 10, 12 anos, não importa. Ali era um projeto de Ursicino Queiroz, se fazia com emendas de autoria dele. Quando o governo do Estado o assumiu, foi na gestão de Paulo Souto, que botou a contrapartida. Aí, efetivamente, a obra passou a acontecer. O governo Wagner só fez inaugurar.

Eles fizeram, sim, dois hospitais na Bahia: o do Subúrbio, que só funciona porque é uma PPP, senão estaria funcionando de forma precária. E o Hospital da Criança, em Feira, que tem 100 leitos e funciona com metade da capacidade, talvez por ele não ser uma prioridade, haja vista a situação do Hospital Clériston Andrade.

Nós, sim, fizemos 5 hospitais em 4 anos. A Maternidade do Pau Miúdo, a maior de Salvador, com mais de 200 leitos. Fizemos, está aqui Joseildo para

confirmar, o Hospital Dantas Bião, de Alagoinhas. Botou-se no chão e se reconstruiu novamente. Fizemos o Hospital de Ribeira do Pombal, um hospital novo. Está aqui Kelly Magalhães para confirmar o Hospital do Oeste, em Barreiras - não é, deputada? -, que atende toda aquela região. É por isso que nela Paulo Souto...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Atendia, porque está um caos.

O Sr. Bruno Reis:- (...) é imbatível. E fizemos ainda o Hospital Cardiopulmonar, em Salvador, que passamos para o Hospital das Clínicas gerenciar.

Nós, sim, em 4 anos fizemos 5 hospitais. Vocês, não. Fizeram dois, e olhem que com muito mais recursos. O Estado teve o aumento da arrecadação e tem a tão famosa parceria com o governo federal. Isso tudo é com ele. Tudo que tem de obra é da União. Nada com recursos próprios, até porque o Orçamento de 2014 está reduzindo o investimento em infraestrutura, porque vocês ficam apoiados no governo federal. Tudo é o governo federal, tudo é o governo federal! E as obras não acontecem, não saem do papel!

Nobre deputado Sandro Régis, muito obrigado pelo aparte que me concede e me perdoe de coração por, às vezes, me empolgar e extrapolar um pouco o tempo.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero agradecer o seu aparte e gostaria de escutar desta Casa a verdade. O deputado Rosemberg se desespera. E aí começa a fazer um discurso confuso. O senhor se desespera. Deputado Rosemberg, calma. Sei que é difícil. Quer um aparte? Eu concedo. É difícil V.Ex^a, como Líder do PT, querer justificar este governo seu. Compreendo a sua alternância de equilíbrio no Plenário, porque não deve ser fácil. Realmente não deve ser fácil, deputado João Carlos Bacelar, querer insistir na inverdade para se tornar verdade. E assim eles continuam nessa política. Dizem que construíram 5 hospitais, mas foram só dois. Já inauguraram a Ponte do Pontal, lá em Ilhéus. A Barragem do Rio Cachoeira. Foram lá, deram ordem de serviço, mas a obra está parada. E eu aqui, deputado Targino Machado, conversei com o nobre deputado-presidente da Comissão da Saúde da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que é lá de sua terra, Feira de Santana, para ele colocar a Comissão da Saúde para fazer uma inspeção nos hospitais gerais do interior do Estado. Examinar a situação caótica desses hospitais. Há hospital que tem 4 meses sem receber recursos. Há outros que já oficializaram para o Ministério Público, dizendo que vão fechar no réveillon, porque não recebem.

E o governo insiste em desperdiçar o dinheiro público com a volumosa propaganda. Até o deputado Rosemberg se assusta e pergunta: “Será que esses caras estão doidos? Será que esse governo não está enxergando que isso é uma agressão aos baianos?” É uma agressão à população que morre ou nas filas dos hospitais ou pelos bandidos. O governo acha que aquelas 100 mentiras se tornam uma verdade. Mas a verdade do baiano, deputado Targino, é uma verdade muito dura. É aquela em que a Bahia hoje ocupa as principais páginas dos jornais, como um Estado violento, como um Estado que perdeu a liderança para Pernambuco, que perdeu a liderança no Turismo para o Rio Grande do Norte.

Essa é a Bahia do PT. A Bahia que em oito anos, deputado Alan Sanches, vai se resumir à revolução silenciosa e ao legado imaterial. Pobre Bahia! Pobres baianos!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o Líder Sandro Régis que acaba de descer desta tribuna faz um belíssimo pronunciamento e chama os parlamentares desta Assembleia Legislativa para a realidade. Realidade essa que não é vivida pela propaganda do PT.

E eu que ouvi aqui atentamente o pronunciamento do Líder do PT, deputado Zé Neto, que queria fazer um comparativo da gestão do PT com as gestões anteriores. O fato é que a proposta orçamentária chegou à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e tive a atenção de dar uma olhada para ver como se preparava o governo para o ano de 2014. Para ver como, de fato, o governo estava a se direcionar para poder resolver os principais problemas enfrentados pelo povo da Bahia, no ano de 2013.

Ouvi, aqui, o aparte que o deputado Bruno Reis fez, apontando que nos sete anos do governo do PT morreram mais pessoas no Estado da Bahia do que nos 26 anos anteriores. E aí fiquei a refletir e pergunto: como é que o deputado Zé Neto quer fazer comparações com os governos anteriores?

Tive quase 2/3 da minha votação no norte do Estado da Bahia e sei as dificuldades enfrentadas pelo povo daquela área do Estado. O norte se encontra inseguro, assim como as demais regiões do Estado da Bahia, com população e os próprios bancos assustados com a falta de segurança. Desafio, hoje, uma cidade da Bahia que não tenha tido assalto a banco, porque temos, praticamente, dois assaltos a bancos por dia, e já houve dias em que aconteceram cinco assaltos. Fico aqui, deputado Bruno Reis, a pensar o que é que vai ser do Estado da Bahia com um governo que não tem a capacidade de resolver os problemas, de enfrentá-los, que não tem a capacidade de organizar as finanças do nosso Estado. A prova é que já foram mais de 14 bilhões de reais de empréstimos e não sabemos, de fato, para onde foi esse dinheiro. Não temos uma grande obra, não temos um grande investimento. Todas as obras, praticamente, que temos no Estado da Bahia vêm do governo federal, e o governo usa de forma equivocada o nosso recurso para fazer a publicidade que deveria ser feita pelo governo federal, e ainda temos a informação de que mais empréstimos virão pela frente, deputado Carlos Geilson.

Recursos que deveriam chegar gradativamente até 2018, o governo vem solicitar para que sejam antecipados. Fico a me questionar se essa antecipação...

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a terá o aparte, deputado Geilson.

(...) não será, de fato, um crime, porque será se não estamos a vender o nosso futuro para pagarmos o nosso presente?

Ouçó o aparte de V.Ex^a, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Adolfo Viana, V.Ex^a toca num tema que acho que temos que aclarar a Base governista.

O governo quer tomar a antecipação de receita dos royalties até 2018. Olha que

esse atual governo só tem de mandato até o final de 2014, mas ele já quer entrar na próxima gestão de 2015, 2016, 2017 e 2018. Realmente, será um absurdo se esta Casa aprovar este projeto nos moldes em que o governo tenta e deseja. Será simplesmente a Assembleia Legislativa se tornar uma secretaria de Estado, um órgão meramente homologatório das intenções do governo. E o governo não está nem aí.

Como sabe que nesta Casa tem uma maioria ampla e confortável, o governo faz o que quer e bem entende e acha que vai ser assim. Não vai ser assim. A Oposição vai lutar até as últimas consequências, se for o caso, e irá às barras da Justiça. O governo pode tomar sim, que comprometa a gestão do atual governo. Que projeto do governo é esse?

Agora imagine, deputado Adolfo Viana, se fosse o contrário, se estivéssemos no governo e eles na Oposição, a essa hora, Zé Neto já teria se jogado dessa tribuna umas 10 vezes, já tinha dado uns 300 mil saltos mortais aqui no plenário. Agora, não, está caladinho. Ele vem e solta um monte de inverdades que ninguém acredita mais, ninguém confia mais. A Bahia acordou, Salvador acordou, Feira acordou, as grandes cidades acordaram para esse projeto apenas de poder baseado na falácia, na mentira, no engodo.

Portanto parablenzo V.Ex^a pelo pronunciamento. E estamos aqui contando com reforço do deputado Augusto Castro que chegou turbinado de Itabuna onde ele passou o Natal. Daqui a pouquinho, ele ocupa essa tribuna e aí segure que eu quero ver quando Augustinho fica irado, o governo vai, daqui a pouquinho, saber a força do mandato de Augusto Castro na tribuna.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, e também reafirmo as palavras de V.Ex^a. Foram R\$14 bilhões em empréstimos já tomados por esse governo. De fato, não temos o sentimento e não sabemos para onde foi esse dinheiro, porque é uma desorganização muito grande. O dinheiro escorre pelas mãos de um governo que não tem a capacidade de fazer uma boa gestão, não tem a capacidade de projetar o nosso Estado para que ele possa, de fato, se desenvolver a passos mais largos, como foi feito no Estado vizinho de Pernambuco, com o governador Eduardo Campos, que teve a capacidade de transformar a vida das pessoas.

Vamos levar para uma realidade ainda mais próxima, a realidade da capital baiana. O prefeito ACM Neto encontrou uma cidade arrasada, com suas finanças desorganizadas, uma cidade que estava com o calc negativo, uma cidade ficha suja e, em menos de um ano, o prefeito teve a capacidade de dar uma nova cara à cidade do Salvador. Nós aqui vamos fazer a nossa parte e a Bancada do governo vai, de fato, aprovar mais uma vez esse adiantamento por parte dos royalties sem saber sequer para onde vão os recursos, para onde vão esses investimentos. Quem perde com isso, sem sombra de dúvidas, são os baianos.

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Bruno Reis, V.Ex^a está inscrito.

Os baianos que depositaram em nós, deputados eleitos pelo povo, a responsabilidade de fiscalizar o Executivo e de cobrar que o Executivo fizesse o bom

uso do dinheiro público. O governo, deputado Tom, pede uma antecipação que vai comprometer o Orçamento até 2018. E onde está a Lei de Responsabilidade Fiscal neste momento? O governo vai comprometer os recursos de uma nova gestão. Se é um governo que não tem a capacidade de dar aos baianos o Estado que os baianos gostariam, agora vamos ter, a partir de 2015, quando assumirmos de fato o governo do Estado da Bahia, a capacidade de fazermos um esforço dobrado. Porque, de fato, eles estão usando o Orçamento que seria da próxima gestão.

Mas vou ouvir o aparte do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Adolfo Viana, queria parabenizá-lo pelo pronunciamento. É impressionante a cara de pau deste governo de mandar para esta Casa uma PEC que pretende mudar o percentual de utilização dos recursos dos royalties permitindo que possa ter destinação outra, inclusive para o Funprev, que é o Fundo da Previdência dos Servidores. E mais cara de pau ainda ao mandar para esta Casa, complementando a mudança da PEC, um projeto de lei autorizativo para vender a receita dos royalties dos próximos 5 anos. O que é isso? Há uma previsão de arrecadação de quase R\$1 bilhão durante os próximos 5 anos. O Estado fez cotações em bancos, em agências financeiras, iria receber antecipado o valor de 720 milhões. Portanto, tendo aí com essa antecipação um prejuízo ao erário de mais de 200 milhões de reais. É por causa desse cinismo e com esse propósito que estamos aqui.

Vamos vencer o Réveillon, vamos vencer o recesso para que o Estado possa antecipar essa receita, comprometendo a gestão posterior, a gestão futura, porque o próximo governador da Bahia ficará os primeiros 4 anos sem recursos dos royalties. Vejam o preço que a Bahia vai pagar pela incompetência administrativa do PT. Também nunca administraram nada! O secretário da Fazenda Carlos Martins nem síndico de prédio foi. Ele foi coordenador financeiro da campanha de Wagner, e por isso, o governador o colocou como secretário da Fazenda. Veja a diferença de Wagner para Neto. Neto foi buscar um secretário, de renome nacional, que foi secretário da Fazenda em São Paulo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ele está sendo investigado.

O Sr. Bruno Reis:- Todas as acusações, nobre deputado Rosemberg Pinto, todos os processos contra o secretário Mauro Ricardo que tem 40 anos ocupando cargos públicos, nobre deputado Rosemberg Pinto, boa parte dos processos contra ele já foram arquivados e outros, ao final, serão. Diferente do PT, em que os mensaleiros estão na cadeia. Vão passar o Natal e o Réveillon! V.Ex^a já foi lá visitar José Dirceu? Não. Ele está aguardando a visita de V.Ex^a na cadeia. Então, nobre deputado, essa é a diferença do PT. Ele está aguardando a visita de muitos companheiros aqui da Bahia. Walter Pinheiro, se for dessa vez, vai ver se tem câmera antes.

Nobre deputado Adolfo Viana, o fato é que o PT quebrou o Estado e quer com essa operação tentar salvar o Funprev. Existe um rombo de 1 bilhão e 600 milhões de apropriação indébita, crime penal, portanto. O governo do Estado desconta dos servidores os valores referentes ao INSS e não deposita no fundo. E se houver funcionário sentado aí nas Galerias, há 1 bilhão e 600 milhões que foram descontados dos servidores e não foram repassados para o fundo. O Estado agora quer antecipar a

receita para cobrir o rombo do fundo. Se você somar 1 bilhão e 600 milhões de reais que deve ao fundo, mais 1 bilhão e 900 milhões de reais que esse governo tem empenhado e liquidado na rua e não paga a ninguém, deu calote nos prestadores de serviço, nas empreiteiras. Todo mundo passou o Natal murcho e vai passar o Réveillon pior ainda porque o governo não paga a ninguém. Já estão, devidamente em dia, de 2013, pagos devidamente em dia. Desafio aqui um empreiteiro, uma empresa terceirizada que tenha débitos de 2013 junto à prefeitura de Salvador. Pelo contrário, vai fechar com caixa azul. E olhem que encontrou um orçamento com mais de 500 milhões de contingenciamento. Existe débito da gestão anterior, o responsável é o prefeito anterior, mesmo o prefeito ACM Neto assumindo o compromisso de pagar parcelado. Estamos pagando débito até dos outros.

Nobre deputado Adolfo Viana, parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a. Infelizmente, é com tristeza, com lamentação, mas essa é a realidade do governo do Estado, as finanças chegaram ao fundo do poço.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a. Deputado Bruno Reis, V.Ex^a foi muito feliz. A diferença do modelo de gestão do prefeito ACM Neto é essa: traz um secretário da qualidade de Mauro Ricardo. Foi secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e da capital paulista também, e que por onde passa tem a capacidade de organizar a Casa. Foi isso que ele fez, juntamente com ACM Neto, organizou as finanças da prefeitura. Uma Prefeitura que estava arrasada!

A Cidade de Salvador estava destruída, é um fato!

O prefeito ACM Neto entrou com uma equipe de qualidade, comprometida com o progresso. E já vemos a autoestima do soteropolitano modificada, a cidade sendo reconstruída, com as finanças em dia, e finalizará o ano, como bem disse V.Ex^a, no azul, com dinheiro em caixa. E no ano que vem teremos ainda mais obras e motivos para comemorar. Infelizmente, esta não é a realidade do governo do Estado da Bahia, que tem como prioridade as suas propagandas. De fato, se houvesse o que comemorar, teriam muitos motivos para fazer propaganda. Mas o que observamos, a todo o tempo, são propagandas que não condizem, deputado Tom, com a verdade.

Chegou ao meu conhecimento a proposta orçamentária do Estado que será apreciada por esta Casa. O nosso Estado, de fato, precisa muito de obras de infraestrutura e o Executivo enviou proposta orçamentária para este Poder reduzindo em quase 2/3 o Orçamento da Secretaria de Infraestrutura. O que nos leva a crer, deputado Paulo Azi, que infraestrutura não acontecerá para os baianos no ano de 2014.

Sem sombra de dúvida, a coisa que esse governo mais gosta de fazer é propaganda, que terá acréscimo no Orçamento do ano que vem. Se observamos a proposta orçamentária, todas as secretarias importantes terão corte no orçamento para 2014. Mas, no que diz respeito à propaganda, deputado Tom Araújo, eles podem ficar tranquilos.

Pensam que convencerão os baianos com a mentira repetidamente dita. Não convencerão os baianos através de propaganda, escondendo a realidade em que se encontram, de grande sofrimento, e a propaganda não mudará nossa realidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, estou sendo bastante generoso, cumprindo o acordo, após três pronunciamentos da Bancada da Oposição, nos quais levantaram temas de mais alta relevância, e sem resposta. O deputado Carlos Geilson, o deputado Adolfo Viana e o deputado Sandro Régis mostraram o descontrole nos gastos públicos, a falta de acompanhamento do fluxo de caixa do governo, que tem a sanha de arrecadar, que só pensa em arrecadar e não controla suas despesas, e um governo que menospreza esta Casa Legislativa.

Já passamos da data da Assembleia entrar em recesso, dia 15 de dezembro, e não há relator para o Orçamento, deputado Carlos Brasileiro. As emendas ainda não foram publicadas, examinadas. O Orçamento do Estado, a peça mais importante... Não temos como exercer a função mais nobre desta Casa, que é examinar o orçamento do governo do Estado, não temos. Vamos, mais uma vez, aprovar no afogadilho, sem discussão e com um Plenário, notadamente, vazio.

Por isso, Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender o pedido do deputado João Carlos Bacelar, gostaríamos que V.Ex^a zerasse o painel e marcasse o tempo de 15 minutos para que os deputados da Base do Governo possam se deslocar ao Plenário, atestar as suas presenças e confirmar o quórum de continuidade desta sessão.

Portanto, Srs. Deputados da Base do Governo, compareçam ao Plenário, porque há uma questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar, solicitando uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Srs. Deputados, existe uma questão de ordem, solicitada pelo deputado João Carlos Bacelar e ratificada pelo deputado Carlos Brasileiro. Por favor, solicito que o painel seja zerado e os 15 minutos regulamentares sejam marcados. Srs. Deputados, existe uma questão de ordem solicitada pelo deputado João Carlos Bacelar, onde o mesmo pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Os Srs. Deputados que estiverem no Plenário, por favor, deem as presenças.

(Verificação de quórum)

O quórum foi restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o próximo orador, o

deputado Tom Araújo.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente, funcionários desta Casa, vejo algumas pessoas nas Galerias Paulo Jackson também, estamos, aqui, no dia 26 de dezembro, um dia após o feriado do Natal, discutindo algumas questões que, inclusive, tratam de irresponsabilidade por parte do governo do Estado. Ouvi atentamente vários pronunciamentos que me antecederam, deputados de Oposição que subiram a esta tribuna para discutir os projetos que estão em pauta nesta Casa. Percebo claramente que os deputados do governo, que respeito muito, tenho amizade com todos eles, mas evitam subir para discutir o que o governo tem mandado para que esta Casa aprove, mais uma vez, como tem feito aqui por diversas vezes.

Quero falar a respeito da saúde financeira do Estado, que é muito ruim, é tão ruim que o governo pede, não antecipação dos royalties do petróleo, o que o governo quer é que esta Casa autorize que ao longo dos 4 anos os royalties, que seriam creditados para o governo durante o período de 4 anos, sejam dados como pagamento para um banco que porventura venha a emprestar o dinheiro agora para o Estado. O valor que o Estado tem intenção de contratar a instituição financeira é da ordem de 800 milhões de reais a 1 bilhão e 600 milhões de reais.

A saúde financeira do Estado está tão ruim que até mesmo o secretário da Fazenda foi substituído. Saiu o secretário Carlos Martins, substituído pelo secretário Manoel Vitória, de Administração. Pergunto: é à toa, é gratuita a substituição? Não é, não. É porque não está conseguindo colocar as finanças do Estado como deveria.

Coloco para cada um, principalmente para as pessoas que me estão ouvindo, assistindo pela TV Assembleia, que muitas matérias, muitos projetos que são votados nesta Casa nem mesmo são acompanhados depois, nem mesmo publicado pelo governo na transparência que o governo precisa dar ao nosso Estado e aos baianos.

Esses sucessivos empréstimos que o governo toma a cada dia, a cada momento já se soma – e quero fazer um alerta aos deputados – já soma a ordem de 14 bilhões de reais nos 4 anos. A cada dia, a cada momento, o Líder do governo, deputado Zé Neto, que está ali sorrindo, meio que assustado, mas é isso mesmo, deputado Zé Neto, o governo que V.Ex^a lidera tem o costume de pedir empréstimo e consegue autorização para tomá-lo em bancos. V.Ex^a sabe que, com insistência, se passa muito tempo aqui, mas, no final, tudo dá certo, o governo consegue aprovar por maioria desta Casa.

O governo realmente é um rolo compressor, os deputados não discutem o que deve ser discutido, somente os deputados de Oposição, e isso é muito triste, muito triste mesmo. Não esperávamos que as discussões girassem em torno dos deputados de Oposição. Os deputados de governo também deveriam subir à tribuna para discutir, para dizer qual é realmente a intenção do governo do Estado, mas, não.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO:- Quero conceder neste momento um aparte ao deputado Adolfo Viana e, posteriormente, ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Carlos Geilson está eufórico, passo primeiro para ele, depois faço o meu aparte.

O Sr. Carlos Geilson:- O bom da Oposição, meu caro deputado Tom Araújo, é que há muita vontade de trabalhar, muita vontade de falar, muita vontade de debater e discutir. V.Ex^a, que ocupa, agora, a tribuna que acabamos de usar há pouco, faz esse questionamento, e os deputados da Base governista ficam num silêncio sepulcral. Eles não debatem, não discutem. Como votar projetos importantes que dizem respeito à vida do cidadão e da cidadã, à vida deste Estado, às nossas vidas sem debater? É necessário que eles contribuam, esclarecendo as nossas dúvidas, os nossos questionamentos.

Estamos, há horas, convocando os governistas para o debate, para que eles subam à tribuna ou nos aparteiem e possam emitir as suas opiniões. Eu quero ouvir o professor Zé Raimundo que tem muito a contribuir com o debate, pois foi prefeito, professor universitário e reitor de universidade. É necessário que ouçamos a voz que vem do Oeste da Bahia das deputadas Kelly Magalhães e Ivana Bastos. É necessário que ouçamos o meu querido amigo, o deputado Marcelino Galo, que tem muito a contribuir, pois foi presidente do Partido dos Trabalhadores, um militante de escol desse partido. É necessário que ouçamos Rosemberg Pinto, Líder do Partido dos Trabalhadores, que pode, perfeitamente, contribuir, aclarar e dirimir as nossas dúvidas.

V.Ex^a, portanto, faz uma convocação importante, e estamos no aguardo que os governistas também se pronunciem.

O Sr. TOM ARAÚJO:- V.Ex^a, que representa tão bem o povo da Bahia e fala para boa parte dos baianos de Feira de Santana, representa, aqui, o nosso povo e a nossa gente, e, inclusive, contribui, no dia a dia, utilizando uma rádio em Feira de Santana e levando a comunicação a todo o nosso povo, a toda a nossa gente. Tenho certeza de que V.Ex^a se utilizará desse meio de comunicação para informar os baianos, principalmente as pessoas da região de Feira de Santana, dessa falta de competência por parte do governo do Estado. Por que eu falo falta de competência? Primeiro, porque o governo do Estado não consegue honrar os compromissos e os contratos, não consegue pagar os seus fornecedores. O Estado está insolvente. Aí eu pergunto: é certo tomar recursos financeiros de banco o tempo inteiro para sanear suas contas? A receita é essa? Será que não tem como, pelo menos, copiar aqueles que conseguem fazer bem o dever de casa? Mas, não, o governo só aumenta a máquina administrativa. O governo somente criou – nós percebemos isso até aqui – secretarias, aumentando os quadros do nosso Estado, inchando a máquina. E é por isso que falta recursos para investimentos e, principalmente, para pagar os compromissos assumidos. O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO:- Concedo um aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Tom Araújo, V.Ex^a, como sempre, faz um grande pronunciamento nesta tarde. V.Ex^a conhece de orçamento, porque foi prefeito da cidade de Coité e teve a aprovação dos seus eleitores. O fato é que V.Ex^a está nesta Assembleia, mas agora defendendo os interesses do Estado da Bahia.

Deputado Tom Araújo, observamos que este mesmo governo, que agora tenta antecipar o recebimento dos royalties, não sinaliza para onde vai esse dinheiro, onde será aplicado, e ficamos na expectativa dos representantes da Bancada governista dar um sinal de onde será aplicado o recurso.

Nas minhas mãos, deputado Tom Araújo, tenho a proposta orçamentária para o ano de 2014. O deputado Sandro Régis, que foi um dos primeiros oradores a discutir, colocou a crise na saúde. Ele disse que, quando a pessoa vai a um hospital de emergência hoje deve levar um kit de sobrevivência. O governo acha que está tudo bem. Por achar que está tudo bem, manda uma proposta orçamentária na qual diminui o orçamento da Secretaria da Saúde para 2014. Imagine V.Ex^a, se as pessoas atualmente já estão tendo dificuldades para conseguir um atendimento nos hospitais regionais, como será quando essa verba for diminuída?

Na Secretaria de Infraestrutura, da mesma forma. Eles estão cortando quase 2/3 do orçamento para a área no projeto que vem a esta Casa. Se as obras estruturantes não chegaram, ano que vem a situação ficará pior. Como tudo que vem para cá é aprovado pela ampla Bancada governista sem questionamentos, ficamos com a sensação de que, além dos R\$ 14 bilhões que já foram tomados em empréstimos pelo governo do Estado, eles agora vão antecipar os royalties. Estamos, Tom Araújo, fazendo a nossa parte, ou seja, cobramos e pedimos explicações. Mas a Bancada da Situação, mais uma vez, se recusa a dá-las e nem diz ao povo da Bahia o que será feito com tantos recursos. Vamos aguardar! Mais tarde o rolo compressor novamente será passado, e quem perde com isso são os baianos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Agradeço os apartes dos deputados Adolfo Viana e Carlos Geilson e os incorporo ao meu pronunciamento.

Na mensagem que o governo estadual mandou a esta Assembleia, ele admite isto, ou seja, que precisa desses empréstimos, de tais recursos para honrar os compromissos e prover inclusive o pagamento de aposentadorias e pensões. Ouvi atentamente o deputado Bruno Reis tratar do assunto, que vem acarretando um déficit previdenciário muito grande em nosso Estado. É por isso que o governo necessita no mês de dezembro contrair empréstimos para, pelo menos, tentar sanear sua contas.

No último anúncio do prefeito de Salvador, ACM Neto, um prefeito operoso, trabalhador, determinado, dinâmico, ele até informa que finalizará o ano com as contas no azul, isto é, sem dívidas. Por que foi conseguido isso? Porque a prefeitura fez o dever de casa de maneira correta, eficiente. Não inchou a máquina administrativa, enxugou, seguiu mesmo. E para quê? Para fazer os investimentos que a nossa capital precisa e tanto necessita, resgatando a vontade das pessoas que sempre fizeram turismo aqui. Salvador é uma cidade que está sendo requalificada a cada dia, e com a sua orla praticamente recuperada.

Quero dizer que este governo do prefeito ACM Neto deve ser copiado e servir de exemplo ao governo do Partido dos Trabalhadores não só no Estado da Bahia, mas também às prefeituras petistas. Por onde passo, se o governo da cidade é do PT, percebemos uma insatisfação muito grande dos moradores de cada município.

Por que estou dizendo isso? Porque escuto. E escuto com muita atenção. Agora, a eficiência da propaganda é muito grande. O governo estadual provou isso na última eleição. Provou que a propaganda bem feita e com orçamento empregado de maneira eficiente tem resposta. Só que em certo momento isso cai por terra, porque a população começa a sofrer e perceber que tudo aquilo é enganação. Ouvi aqui uma provocação do deputado Zé Neto, perguntando a respeito do município de Conceição do Coité. A insatisfação lá é generalizada. Não é somente das pessoas que votaram contra o prefeito do PT, é uma insatisfação muito grande. Inclusive, deputado João Carlos Bacelar, o prefeito começa... E não somente o de lá, também estive em Teofilândia, nesse final de semana. Existe um comentário geral de que o investimento na propaganda não é a realidade que população está enfrentando. Ou seja, na propaganda, é uma maravilha, está tudo acontecendo, tudo funcionando, tudo em ordem, as ruas limpas, a saúde boa para as pessoas, transporte de qualidade, mas não é nada disso que acontece. A população municipal enfrenta mais de perto essas situações e percebe claramente que essa propaganda é enganosa.

Talvez o governo do Estado e esses prefeitos do interior imaginem que, como deu certo com o governador, vai dar certo também com eles. Ou seja, o governador fez muita propaganda em 2008/2009/2010 e deu certo na sua reeleição. Mas isso já não vai mais acontecer, sabemos disso. Sabemos que a população a cada dia aprende mais a fiscalizar, a perceber quais são os investimentos que estão sendo feitos, onde é que está sendo enganado. Então fica aqui o meu alerta a todos os baianos. Não quero polemizar com o deputado Zé Neto, que é o Líder do governo, o respeito muito, pessoalmente. Admiro até a insistência, a perseverança, a garra dele para conseguir trazer a Bancada do governo num dia 26 de dezembro para discutir projetos de interesse estritamente do governador. Não são do interesse da Bahia e dos baianos.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado, não é discutir, é para votar. Ele não trouxe para discutir, ele trouxe para votar.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Quero agradecer a V.Ex^a por ter feito esse miniaparte para colocar bem as coisas. Realmente, não é para discutir, é simplesmente para votar, como o termo diz, goela abaixo. Parece até que é goela abaixo.

Quero conceder um aparte ao deputado João Carlos Bacelar, que me solicitou anteriormente. Inclusive, deputado João Carlos Bacelar, quero dizer que tenho visitado muito alguns municípios do Estado de Bahia. Também estive nesse final de semana em Capim Grosso e pude visitar o distrito de Paraíso, que fica a 30 quilômetros da sede daquele município. A estrada está em uma situação lastimável. São 30 quilômetros, e as pessoas levam 40 minutos para se deslocar de Capim Grosso até o distrito de Paraíso. É aquela estrada que sai de Capim Grosso e vai para Jacobina. Essa estrada é uma BR que foi entregue ao governo estadual, a sua jurisdição, para que o Estado pudesse tomar conta da sua manutenção. Mas foi devolvida para que o governo federal tome conta dessa rodovia. Quero fazer um apelo ao ministro dos Transportes, César Borges. Até quero aqui neste momento solicitar que os deputados da base do governo também façam um apelo ao ministro César Borges para que faça com que aquela rodovia seja recuperada, porque as

pessoas acabam tendo prejuízo, haja vista a falta de segurança nessas rodovias.

Deixo aqui o meu apelo, a minha solicitação e o meu agradecimento àqueles que me assistiram pela TV Assembleia, aos deputados e deputadas que estão aqui na tarde deste dia 26 de dezembro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar, por até 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, há pouco o nobre Líder do governo, numa questão de ordem, estava eufórico, alegre e pensei que fosse em comemoração ao aniversário de Leleto, o grande assessor da Bancada, uma pessoa que tem um excelente relacionamento nesta Casa com todas as bancadas, além de competente funcionário público. Mas, logo, logo, deputado Carlos Geilson, o ilustre líder de Feira de Santana, deputado Zé Neto, voltou ao trilho normal, dizendo que a Bancada da Oposição preparasse o lombo. É o novo coronel vindo da Princesa do Sertão.

O Sr. Carlos Geilson:- Não me surpreende esse surto de coronelismo do deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- E o deputado, que é um brilhante bacharel em Direito, um grande advogado, voltou ao tempo do coronelismo, ameaçando a Oposição: “Prepare o lombo”.

E ele vem com um discurso de democracia, com o discurso de que não há discriminação no governo, que não há perseguição política, que as obras são distribuídas segundo os projetos, segundo as necessidades dos municípios. Mas, imediatamente, o deputado Zé Neto se contradisse, porque falou: “o recurso da presidente Dilma”. O recurso, deputado Zé Neto, não é da presidente Dilma, não é do Partido dos Trabalhadores, é do povo, é público, não é esmola, não é favor, nem benesse do governo federal.

Mas, embalado por esse surto de autoritarismo, o nobre Líder do governo fala dos carros da polícia de tanques cheios, que chega a sair gasolina pelo ladrão dos tanques abarrotados. O deputado Zé Neto deve estar falando da Polícia Militar da Noruega, deve estar falando da Polícia Civil da Suécia, não da Bahia.

Em relação a essa situação tão positiva que o deputado Zé Neto falou aqui na área da segurança, tivemos 37 assassinatos no feriado de Natal em Salvador e Região Metropolitana. Somente no dia 22, deputado Zé Neto, foram 15 fuzilamentos em Salvador, mais mortos do que nos atentados a bomba no Egito, mais do que nos atentados contra os cristãos no Afeganistão. Quinze fuzilamentos somente no dia 22.

Foram 72 veículos furtados na Cidade do Salvador.

Se colocarmos os acidentes de trânsito, sequestros, roubos, assaltos e outros delitos cometidos, teremos o retrato da política de segurança do governo Wagner.

Trinta e sete assassinatos foram cometidos de sexta-feira, dia 20, a quarta-feira, dia 25. E o deputado Zé Neto quer nos convencer de que estamos numa verdadeira

maravilha na política de segurança! E o deputado Zé Neto quer dizer que a Polícia está aparelhada! De cada 100 homicídios praticados na Bahia, deputado Zé Neto, a Polícia do governador só desvenda cinco. Cinco! De cada 100 homicídios só cinco são desvendados! Noventa e cinco permanecem sem solução. E querem controlar a violência! Uma Polícia que não consegue... A Polícia que menos elucida crimes no Brasil é a do governo Wagner! De 100 homicídios... é o quê? É um convite ao crime, à impunidade! E desses cinco, sabemos como é que eles são elucidados. É aquela piada que contam: soltaram os coelhos para que a Polícia Civil da Bahia mostrasse em quantos minutos traria de volta esses coelhos, que voltaram em 3 minutos, como porcos tomando “porrada” e gritando “eu sou coelho, eu sou coelho, eu sou coelho!”. É assim que elucidam os crimes, na tortura, porque não têm método. O deputado quer dizer que a Polícia está bem aparelhada! Se é a Polícia que menos desvenda crimes no Brasil!

A Polícia de Wagner é a que mais mata! É a Polícia brasileira que tem o mais alto índice de mortes. Porque aqui a técnica é atira primeiro e pergunta depois. Principalmente, volto a dizer, se for um jovem pobre e trabalhador da periferia, porque os brancos não estão nessa situação. Ninguém vê essa Polícia fazer isso na Barra. Ninguém vê a Polícia fazer isso no Caminho das Árvores. E quer dizer que lá não tem crime? Lá não tem malandros? Tem e até mais do que nos bairros populares, mas, infelizmente, estamos na Bahia, e na Bahia de Wagner.

Trouxe aqui e vou, no final do pronunciamento, encaminhar ao querido deputado Zé Neto, o mapa da violência, para que ele nunca mais diga que a situação da Bahia na área da Segurança é uma situação tranquila. No ano de 2001, ocorreram na Bahia 1.579 homicídios. Em 2011, 5.451 homicídios, um aumento de 245%. Duzentos e quarenta e cinco por cento! “Ah, mas isso é um problema nacional”. Não é verdade. O Rio de Janeiro, em 2001, teve 7.352 homicídios. Em 2011, 4.567. Menos do que a Bahia. Em 2001, a Bahia teve mil; o Rio teve sete. Agora, em 2011, a Bahia teve quase seis mil e o Rio quatro mil. No Rio, houve um decréscimo dos homicídios.

Situação pior é se compararmos com São Paulo. Em 2001, São Paulo teve 15.745 homicídios. Em 2011, 5.629. São Paulo empatou com a Bahia. São Paulo tinha quinze vezes mais homicídios que a Bahia.

Em 2001, São Paulo teve quase 16 mil homicídios; a Bahia teve 1.000 homicídios.

Agora, com a política do governo Wagner, a Bahia passa para 5.451 homicídios e São Paulo passa para 5.600 homicídios!

Vejam, se o governador autorizasse que a Bancada do governo falasse, a Bancada do governo iria dizer: “Mas isto é um crescimento que já vem. Isso são 11 anos.”

Eu vou mostrar, agora, como Wagner recebeu o governo na área de segurança e como está atualmente. No último ano de Paulo Souto, nós tivemos, na Bahia, uma população jovem com 1.291 homicídios. Em 2010, foram 2.408 homicídios. Em 4 anos, Wagner deixou as taxas de homicídio duplicarem neste estado.

Mas alguém pode dizer: “Não, isso não é um exemplo restrito ao governo Wagner. Isso é uma coisa geral!”

Não é verdade! Estão aqui os dados. Vamos pegar outro estado.

Em Minas Gerais, foram, em 2006, 1.635 homicídios; em 2011, foram 1.354 homicídios!

Ou seja, caiu, em Minas Gerais, o número de homicídios!

Vamos ao Rio de Janeiro com 2.652; em 2011, 1.753 homicídios.

Vamos a São Paulo. O número de homicídios era da ordem de 2.621; agora é da ordem de 1.529.

E qual é a diferença?

Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro têm administração e têm governadores que acompanham, diariamente, a questão da segurança pública.

Eu ouvi um secretário de Segurança nesta Casa dizer que havia 60 dias que não despachava com o governador, repito, 60 dias!

Na atual situação em que a gente vive, um governador que valorize a parte administrativa de seu governo, um governador que acompanhe as políticas do seu governo, tem de conversar ou despachar com o secretário de Segurança 3 a 4 vezes no dia! Porque, aqui, estamos em uma verdadeira guerra. E nada leva 60 dias sem conversar!

Volto a dizer que quando Wagner recebeu o governo do estado da Bahia, este era 24º estado do Brasil em taxas de homicídios. Hoje, já somos o 6º estado da Federação em maior número de homicídios. A Bahia só perde para Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Pará e Pernambuco. E, nesses estados, à exceção de Alagoas, os índices estão caindo! Na Bahia, os índices, deputado Carlos Geison, estão vitaminados!

Aí, o deputado Zé Neto diz que, em Feira, os carros da polícia andam com os tanques cheios e abastecidos. Só se for em Feira de Santana! Vejam, em quaisquer outras cidades da Bahia, quem dá a gasolina para os carros da polícia são os prefeitos e quem dá a comida à polícia são os prefeitos, porque é um abandono, repito, é um abandono, deputado Zé Neto!

O Sr. Carlos Geison:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com o aparte o deputado Carlos Geison.

O Sr. Carlos Geilson:- Caro deputado João Carlos Bacelar, V.Exª desmonta, com números e com dados, o discurso do Líder do governo e esses dados são inquestionáveis, dados que retratam a realidade deste Estado.

Eu muito preocupado e V.Exª já abordou, com a ameaça do Líder do governo, com um azorrague na mão, aliás, ele é como um maestro, usa um azorrague, um chicote, e diz que o lombo vai arder, como um coronel de Jorge Amado, Coronel Ramiro Bastos, “o coronel Zé Neto” já ameaçou a Bancada da Oposição, que o lombo vai arder.

Vamos perdoar o deputado Zé Neto, ele está de cabeça quente, a Base está implodindo, tem tido dificuldades de coordenar a sua numerosa Bancada e aí é um destempero ali, um destempero acolá mas é um rapaz educado, de boa família,

advogado e haveremos de perdoar esses seus deslizes, esses seus arroubos é fruto do momento, da tensão, do debate, mas de cabeça fria ele sabe que cometeu esse deslize e nós já o perdoamos, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CRLOS BACELAR:- Muito obrigado, deputado Carlos Geilson, incorporo o aparte de V.Ex^a e sei, porque inclusive estive lá na última segunda-feira, que a situação na periferia de Feira de Santana não destoa do resto da Bahia, sei que não há uma política de segurança para Feira como não há para nenhum município da Bahia.

A grande inovação do governo do Estado na área da segurança são as chamadas UPAs ou UPPs, aqui acho que é UPP, as Bases Comunitárias. Vá no Nordeste de Amaralina, qualquer um Sr. deputado, não peço isso às Sr^{as} Deputadas, vão lá para ver o que foi que a Base comunitária trouxe de melhoria. Nada. Não entram nas áreas e para entrar precisa que o homem do movimento autorize, precisa autorização ou quando entram tem algum acerto. Quero saber que benefício a Base Comunitária da Santa Cruz trouxe, e o próprio governador, deputado Bruno Reis, há dois meses, ele disse: essas Bases Comunitárias não representam política de segurança nenhuma. Até o governador despertou para o insucesso dessa política e que é a única política que eles apresentam na área de segurança.

A Bahia está um caos na área da segurança, é uma insegurança total, é o Estado hoje mais inseguro da federação, diferente da época do Dr. Paulo Souto, por exemplo, que os índices estavam sobre controle e caíam, não há uma política de segurança no Estado e como tudo que o PT faz, quiseram aparelhar as polícias e aí incentivaram a divisão entre polícia civil e polícia militar para poder ter um controle e hoje não conseguem nenhuma colaboração entre as duas polícias.

O comandante da polícia foi assaltado, e se o comandante da polícia foi assaltado em plena luz do dia, quem mais tem segurança neste Estado? Um comandante geral assaltado fazendo cooper em plena luz do dia. Há prova maior da insegurança que nós vivemos no Estado, da falta de controle, da falta de política?

Agora, elaborar projetos para aumentar a receita, para arrecadar mais, para que esses recursos se percam no ralo do desmando, que é a máquina pública estadual, para isso o PT tem todo o know how, o PT sabe fazer muito bem. O que eles não sabem é governar, e quem disse isso, para encerrar, nobre deputado Rosemberg, foi um grande amigo seu. O presidente Lula, segundo a imprensa nacional, disse que “O governo da Bahia é um caos”.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado, por inversão, Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. Funcionários, senhores presentes às Galerias, eu estava a analisar e fazer um comparativo, deputado João Carlos Bacelar, ao tempo em que assistia ao seu pronunciamento, eu fazia um comparativo entre o Orçamento de 2013 e a proposta orçamentária para 2014.

E pude constatar uma sensível diminuição de investimentos propostos pelo governo do Estado para o ano de 2014. Para se ter uma ideia, somente a Secretaria da Saúde, cujo orçamento deste ano para investimento foi de R\$ 210 milhões, vai passar em 2014 para R\$ 186 milhões. Ou seja, se a saúde do Estado da Bahia já está ruim, pior ficará.

A Secretaria da Educação, que neste Estado já não investe nada, a única coisa que tem para propagandear é o Topa, aquele programa que dizem que alfabetiza, mas que, a exemplo do Mobral, pega o analfabeto e o transforma em analfabeto funcional, deputado Coronel Santana. Aquele analfabeto que durante um ano aprende a desenhar o nome, mas que, infelizmente, andando de ônibus pelas estradas, não consegue ler as placas, os cartazes, os outdoors. Então, ele continua analfabeto. Mas é esse o único programa na educação que o governo Wagner tem para mostrar.

Mesmo assim, o orçamento para investimento na Secretaria da Educação para este ano é de R\$ 337 milhões. Estou arredondando os números. Para o próximo ano, ele reduz o investimento da Educação para menos da metade, passa de R\$ 337 milhões, deputado Bruno Reis, para R\$ 156 milhões. Se a educação já vai mal na Bahia, pior vai ficar por vontade do governador Jaques Wagner.

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero chamar a atenção dos senhores, daqueles que nos assistem através da TV Assembleia, para o papel desta Casa. Qual é o papel desta Casa, do Poder Legislativo? Através dele o povo participa da democracia, que é indireta no nosso País. Ela aqui é exercida através do Parlamento, onde a população elege seus representantes para legislar e fiscalizar um Poder público, o Executivo. Esse é o poder de representação.

Agora, quais são as funções dos Srs. Deputados nesta Assembleia? A de fiscalizar o Executivo e a legislante, a função de fazer as leis. Infelizmente, deputado Paulo Azi, esta Casa de há muito transformou-se numa Casa simplesmente homologatória das vontades, dos desejos e dos projetos emanados do governo. Ela não vota nenhum projeto de autoria dos deputados, embora existam nas suas Comissões Temáticas muitos deles de parlamentares de todos os partidos.

Deputados de governo e oposição têm trazido para cá boas ideias através de bons projetos de interesse relevante para esta Casa. Que não os vota porque aqui funciona apenas para de quando em vez, no máximo uma por semana, se reunir e votar matérias de interesse do governo. Quando o governador não manda projetos para cá, este Poder não se reúne. Ou então abre a sessão e acaba logo, pois se pede verificação de quórum. Assim, as sessões legislativas vão para as calendas, para a cucuia! Como para as calendas e a cucuia também vão o poder de representação...

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Está inscrito, deputado.

(...) do povo e os ideais dele, que precisam ser representados aqui pela atuação dos Srs. Deputados. Porém lamentavelmente o governo do Partido dos Trabalhadores, que tanto criticou isso no passado, consegue ser ainda mais cruel com a democracia e o Parlamento do que governos anteriores.

Eu, que tanto me somei às vozes do PT e PCdoB nesta Casa para criticar a

forma de governar do ex-governador, ex-ministro e ex-senador Antônio Carlos Magalhães, vejo hoje que aqui só mudou a forma. A crueldade está muito pior, a malvadeza com o povo está muito pior do que no passado. E vejam que não se vota neste Legislativo nada do interesse da Bahia ou dos baianos. Só se votam projetos de interesse do governo. Como já disse, também não se votam projetos de autoria dos deputados. Esta Alba, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, é uma vergonha!

Infelizmente fico triste por dizer isso, porque sou um dos 63 membros desta Casa. É uma vergonha o Poder Legislativo da Bahia! Lamentavelmente não adianta os senhores acenarem com cartazes. Nenhum movimento externo consegue alcançar a alma deste Parlamento. Ele não tem alma nem coração. Igualmente não tem sentimento, só conveniência e oportunidade. Se é conveniente, se é oportuno votar os projetos de interesse do governador, este Parlamento reúnem-se e votam-se os projetos. A Bahia e os baianos que se explodam! O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Targino Machado, é triste mas é verdadeiro o quadro que V.Ex^a faz. É triste para nós que fazemos parte do poder e para nós que reconhecemos o papel do Legislativo. Mas V.Ex^a não pode imaginar que, a uma altura dessa, a peça orçamentária não tenha, sequer, o relator. Não há relator! Não vale nada, repito, não vale nada! Orçamento, no governo Wagner, é uma peça de ficção, porque nunca vi isso. Aqui, o deputado Arthur Maia foi presidente da Comissão do Orçamento. Ele fazia debates e audiências públicas.

Agora, ainda nem se nomeou o relator. As emendas, deputado Targino, não foram publicadas. V.Ex^a não fez uma emenda para Feira de Santana?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Foram 15.052 emendas que fiz. Foi um trabalho danado! É como edificar na lua ou em marte. As emendas parlamentares, aqui, são como vender terreno na lua ou vender terreno em marte. Infelizmente. Deputado Rosemberg, que ora preside esta sessão, este é o papel, este é mister do deputado estadual, pois precisa se assenhorar das necessidades e das dificuldades de suas bases e propor melhorias através de emendas ao governo ou mandar um recado para o governo do que está precisando, por exemplo, em São Gonçalo ou em Feira de Santana e em outros municípios da Bahia com os seus bairros, os seus povoados e os seus distritos.

Foi isso o que fiz. Foi isso que meu gabinete fez. Foi um trabalho danado para fazer 15.052 emendas! E o governo, sequer, quer analisar. O que ocorre é que esta Casa, hoje, vai varar a madrugada. Aí, fica parecendo ou quer fazer parecer à opinião pública que se trabalha muito.

Mas esta Casa precisava trabalhar todos os dias! Não precisava fazer serão nem hora extra. Se trabalhasse todos os dias como todas as segundas, as terças e as quartas-feiras à tarde e todas as quintas-feiras pela manhã – como fazem todos os trabalhadores que têm de bater ponto e cumprir horário – não precisaríamos fazer serão e não precisaríamos ficar aqui até à madrugada um dia no mês.

Vejam, o funcionário público trabalha e finge que recebe, porque o salário é uma ninharia.

O deputado recebe bem e o governo não deixa ele trabalhar. Então, não é por culpa dos Srs. Deputados. Os deputados gostariam de que fossem aprovados os projetos de sua autoria. Mas o governo usa o chicote para impedir o deputado de criar “despesa”, entre aspas, “para a administração pública”.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Vou lhe conceder o aparte daqui a pouco, deputado Paulo Azi, com muito prazer, como fiz com o deputado João Carlos Bacelar.

Mas é uma vergonha que a gente esteja aqui hoje para aprovar mais um financiamento, ou seja, a bagatela de mais um R\$ 1 bilhão! Passa-se, assim, mais um cheque em branco para o governo deste estado que, sequer, vem para aqui discutir qual será o destino deste dinheiro!

Mas não precisa, porque isso é para tapar buraco do Orçamento, uma vez que o governo do estado, o governador Jaques Wagner, enquanto governador, deve somente a duas pessoas: a gato e a cachorro na Bahia. Ele deve a todo mundo! Não paga a ninguém! E, agora coloca Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para aprovar mais 1 bilhão de financiamento, chegando, assim, a sete anos de governo, já tendo contraído empréstimos de 14 bilhões de reais. Agora manda para cá mais um projeto infame, projeto que visa antecipar as receitas dos royalties até 2018.

Gastou e gastou mal todo o dinheiro dos seus anos no governo. Agora quer continuar gastando e gastando mal o dinheiro da nova gestão até 2018. Isso é uma vergonha. A política do PT na Bahia é a seguinte: quem passar por último fecha a porta, apaga a luz e corre. Porque a casa está pegando fogo. Essa é a Bahia do PT. Infelizmente esse governo infame aniquilou a Bahia na Saúde, na Educação e principalmente na Segurança Pública. Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Quero cumprimentar V.Ex^a pelo pronunciamento que faz, nesta tarde. V.Ex^a traz um tema muito importante que deveria ser debatido, por esta Casa, mas infelizmente não o é. Já são mais de 14 bilhões de reais que esta Casa autorizou o governo do Estado a contrair em operações de crédito, em financiamentos, em empréstimos diretos.

O pior de tudo isso é que esses recursos não são utilizados em benefício da população. Esses recursos, em sua imensa maioria, deputado Targino Machado, são utilizados para tapar um rombo que parece não ter fim. O rombo das contas públicas do governo não tem fim. O governo aumenta impostos, cria taxas, aumenta taxas, contrai empréstimo de toda ordem e, veja V.Ex^a, encaminha um projeto para esta Casa para querer se apropriar da receita de governos futuros, deputado Targino Machado.

É inimaginável a sanha desse governo em gastar e gastar mal. Porque, sabe bem V.Ex^a, a Segurança Pública ocupa as manchetes dos jornais internacionais e coloca a Bahia como campeã da criminalidade. As pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais por falta de atendimento. A Bahia tem os piores índices de avaliação da

educação pública do Brasil e este governo querendo arrecadar, arrecadar e arrecadar para sustentar uma máquina pesada, ineficiente e inchada. O governo não traz nenhum benefício à população do nosso Estado. Por isso quero cumprimentar V.Ex^a pela oportunidade do discurso que faz, nesta tarde. Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Quero incorporar o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento, como já o fiz com o aparte do deputado João Carlos Bacelar. E quero, deputado Paulo Azi, presidente do meu Partido, dizer que não posso deixar de trazer a minha indignação. Esta Assembleia Legislativa nada faz e nada produz para o povo da Bahia, como já disse. Mas o orçamento da Assembleia Legislativa para este ano de 2013 foi ou é 375 milhões de reais. Enquanto o governador diminui o Orçamento de 2014 das pastas da Saúde e Educação, por exemplo. O orçamento da Educação diminuiu a menos da metade e a Assembleia Legislativa que nada faz, que projeto nenhum aprova, está passando de 375 milhões para 444 milhões. Ora, era preciso se fazer uma ausculta popular para saber o que é que o povo acha disso. Se se falasse com o povo lá fora, fazendo uma ausculta popular, uma enquete, um plebiscito, e perguntasse se ele é a favor ou contra o funcionamento da Assembleia, talvez, deputado Paulo Azi, fôssemos surpreendidos, porque a maioria absoluta da população iria dizer que não sabia que diabo era Assembleia não, ou seja, se fechar a Assembleia ela não vai fazer falta.

Infelizmente, não pode haver democracia sem Parlamento. Mas esta Casa, de forma especial, se fechada for não vai fazer falta nenhuma ao povo da Bahia, porque, infelizmente, não quer funcionar, não quer trabalhar.

Será que o povo sabe o que é que acontece aqui? Não sabe. Esta deveria ser a Casa do Povo, mas olhem o tamanho do auditório. Pequeninho. As galerias também são pequeninhas, é para o povo não vir, para não ter conforto, para não vir, para não assistir.

Vamos abrir essa TV Assembleia. Precisamos prestar contas ao povo da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pois não, querido, já anunciei o orador. **O Sr. Bruno Reis:-** Gostaria de solicitar a V.Ex^a verificação...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pode falar, querido.

O Sr. Bruno Reis:- Ou V.Ex^a vai baixar uma regra, porque o orador não está falando ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pode falar, querido.

O Sr. Bruno Reis:- Eu gostaria de solicitar a V.Ex^a a verificação do quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado, eu já havia anunciado o orador.

O Sr. Bruno Reis:- Ele não está utilizando a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- O senhor tinha que ter pedido antes.
O Sr. Bruno Reis:- É uma regra nova? Onde é que está isso no Regimento?

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o Coronel Gilberto Santana.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre presidente, o senhor está criando uma regra nova.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- O orador já havia sido anunciado.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a está muito bem nessa cadeira, mas...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana, por gentileza.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- A presidência está dizendo que é o senhor quem vai falar.

O Sr. Bruno Reis:- Talvez, como iniciante, principiante, recorra ao nobre consultor Carlos para que ele possa informar V.Ex^a, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana.

Eu não estou acatando a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sr. Presidente, pela ordem.

Já que V.Ex^a não quer atender a questão de ordem, eu peço verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- V.Ex^a tem 20 minutos. Pode falar o que V.Ex^a quiser.

Por favor, marquem o tempo aí.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- V.Ex^a quer ser ditador aqui, presidente.

O Sr. Bruno Reis:- O que é isso, presidente? A questão de ordem pode ser pedida a qualquer momento.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, consulte a assessoria técnica para informar a V.Ex^a. V.Ex^a é um deputado capaz, brilhante.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Bruno, o orador já havia sido anunciado.

O Sr. Bruno Reis:- Consulte a Mesa. Eu posso pedir a qualquer momento. É uma prerrogativa do deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- No meio da fala do orador?

O Sr. Bruno Reis:- Leia o Regimento, nobre deputado. Não deixe a gente ter que ler o Regimento e desmoralizar V.Ex^a.

Eu posso pedir questão de ordem a qualquer momento.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- E o presidente pode conceder ou não a qualquer momento.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. Gaban:- Isso não existe!

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Bruno Reis. Só um instantinho.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre presidente Rosemberg Pinto, não se mova pela inspiração do pronunciamento do deputado Zé Neto que disse que a Oposição iria apanhar no lombo. Deixem de ser autoritários, até porque o discurso utilizado por V.Ex^{as} é outro, é de um governo republicano e democrático. V.Ex^{as} sabem que V.Ex^a tem pretensões futuras e não pode, a serviço do governo, querer desrespeitar o Regimento. Pelo amor de Deus, nobre deputado Rosemberg Pinto! Quem sou eu para querer ensinar a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Estou utilizando, nobre deputado, tenho 5 minutos para proferir minha questão de ordem. Por favor, prometo a V.Ex^a que serei breve no pronunciamento, mas tenho o direito de proferir minha questão de ordem no prazo de 5 minutos. Gostaria somente disso, que esse direito fosse respeitado. Primeiro, sobre a questão de ordem, que pode ser proferida a qualquer hora. Só é consultar o Regimento ou, em caso de dúvida, consultar o nobre consultor, diretor, Dr. Carlos Machado. Inclusive, Dr. Carlos Machado, aconselho V.Ex^a a não se ausentar do lado do presidente, porque pela capacidade que tem de ensinar, pode muito bem orientar quem porventura esteja presidindo a sessão.

E também, nobre presidente, que respeite meu tempo de 5 minutos que, em deferência a V.Ex^a, pela relação pessoal que temos, não vou utilizar os 5 minutos para não deixar essa situação se postergar. Então, queria que V.Ex^a realizasse uma verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão. E que este fato fique registrado para que não volte a se repetir. Até porque já tem mais de uma hora que foi pedida a verificação de quórum.

Estamos até respeitando o limite superior ao acordo que foi firmado anteriormente, que só poderia pedir verificação de quórum a cada meia hora. Estamos dando essa trégua à base do governo para que os deputados e deputadas, em especial, que estão aqui motivadas, tirando fotos, prestando conta aos seus eleitores de que estão trabalhando em pleno Natal, em deferência a essas deputadas queria concluir a nossa questão de ordem pedindo que seja realizada em forma nominal para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Que seja feita a contagem do tempo regulamentar, zere o painel e conte 15 minutos para a verificação do quorum solicitado pelo

deputado Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto): - Vou abrir um precedente, vou zerar o painel...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Eu vou dar, deputado.

(...) e abrir 15 minutos para conceder verificação de quorum.

O Sr. Gaban:- Não, não, eu uso questão de ordem na hora que quiser.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- São duas questões de ordem, uma a favor do tempo e outra contra.

Deputado Gaban, por gentileza, vou ceder a questão de ordem. Temos o prazo de 15 minutos, pedi para zerar o painel, quero convocar todos os deputados a se fazerem presentes para marcar suas presenças.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, não pode. Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Queria pedir aos deputados Bruno Reis e Carlinhos Brasileiro que marquem suas presenças.

E questão de ordem, deputado Gaban, para isso precisa marcar a presença.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, não tem que zerar painel. Se V.Ex^a está querendo radicalizar, aí é outra coisa. Deputado Rosemberg Pinto, se fosse outro parlamentar, até admitiria. Por mais de uma vez fiz vários elogios a V.Ex^a que tenta fazer acordo conforme o Regimento da Casa. V.Ex^a que foi, inclusive, um pretenso candidato à presidência desta Casa. Se ocorrer o absurdo de Rui Costa ser o governador, o que não vai acontecer, V.Ex^a mesmo não sendo da corrente de Rui Costa, a corrente de V.Ex^a é mais técnica, mais séria, teria todas as credenciais para ser presidente da Casa. Mas no momento em que V.Ex^a quer radicalizar dessa forma, passar por cima do Regimento, dizer que o deputado não pode fazer uma questão de ordem, o descredencia junto à oposição. Imagine que V.Ex^a está numa presidência provisória e toma uma medida radical desse tipo. O único patrimônio que nós, deputados, temos é o Regimento. A única voz que temos são as questões de ordem quando pertinentes, deputado.

Então, peço a V.Ex^a que acate como já acatou: zere o tempo de forma regimental, porque V.Ex^a cassou o direito. Podemos até, em repeito, Sr. Presidente, ao comportamento que V.Ex^a tem tido durante todo esse ano legislativo, pelo menos que estou aqui, então, não pediremos as outras questões de ordem, todos aqui estão inscritos. Então, em consideração ao crédito que V.Ex^a tem, peça, por favor, para zerar, comece a contar de agora e a coisa volta ao normal.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Então, vamos fazer uma combinação. O deputado Gaban pediu para zerar novamente o painel. Vou fazer isso. Por gentileza, zerem o painel e marquem os 15 minutos agora. Vou pedir que cada um, os deputados, zere o painel. Por gentileza, marquem todas as presenças. Por favor, marquem as presenças dos deputados aqui para que possamos dar continuidade à presente sessão.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pois não, deputado Targino

Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, já registrei a presença e quero, sem querer ser aqui professor nem didático, ler em voz alta o Artigo 225, Capítulo 1º do Título 12 das Disposições Especiais do Regimento Interno: “Considera-se questão de ordem toda a dúvida levantada quanto ao Regimento Interno, sua interpretação direta ou relacionada com disposição constitucional ou legal. Artigo 226: “As questões de ordem incidirão necessariamente sobre fatos ocorridos no curso da sessão, devendo ser formuladas com menção expressa do dispositivo, sob pena de não conhecimento.”

Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, V.Exª veio em socorro do deputado Rosemberg Pinto, numa prova que não é à toa que V.Exª é o presidente e ele é o candidato eterno à cadeira de V.Exª. Ele deu provas aqui hoje que ainda não está a altura da estatura que se precisa ter para ocupar-se, tomar-se assento, dessa cadeira. Muito obrigado, meu Deus, por ter o deputado Marcelo Nilo em boa hora socorrido o deputado Rosemberg Pinto e tirando-o desse imbróglio que ele se meteu. Quer ser presidente desta Casa sem ler o Regimento Interno? Isso não pode, Sr. Presidente! Antes de ser presidente precisa ser um deputado regimentalista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bruno Reis, gostaria que V.Exª marcasse a presença, por favor. Já tem 21, com a presença do deputado Bruno Reis já tem quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente desta Casa, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, é um momento de tristeza um colega da Casa, nessa situação, querer ditar e fugir das normas que regem esta Casa. Ainda bem que o nosso presidente chega e assume essa cadeira para dar um encaminhamento sério porque o nosso colega Rosemberg Pinto, que se diz Democrata, quer fazer desta Casa uma ditadura, quer impor aqui os seus desejos, as suas vontades.

E como disse aqui o colega Targino Machado, realmente ele tem que se preparar mais ainda e ganhar a nossa confiança, porque dessa forma ele não tem confiança. Cortar a palavra do deputado, impedir que o deputado fale, que expresse a sua vontade, realmente, deputado, V.Exª tem que se preparar mais ainda, tem que ler o Regimento. Para estar nessa cadeira aí tem que saber governar esta Casa. Como é que podemos votar em V.Exª que queria ser presidente daqui e fazer essas coisas absurdas?

Então, gostaria de dizer ao presidente Marcelo Nilo que sou seu eterno eleitor, sei que ele sabe governar, conduzir esta Casa nas horas difíceis. Temos que parabenizar o deputado Marcelo Nilo, porque é um grande presidente, e preside esta Casa pela 4ª vez com muita confiança e credibilidade por parte dos deputados.

O deputado Rosemberg Pinto precisa saber que para governar e administrar tem que haver democracia. No pouco tempo em que sentou na cadeira já se achava o dono do mundo. Imaginem se sentar como presidente ou governador da Bahia um dia. Temos que ter medo de um homem desse, porque o poder sobe à cabeça, e

quando sobe à cabeça a coisa se complica, deixa-se de agir com a razão e age-se com a emoção.

Queremos dizer ao nosso amigo Rosemberg Pinto que quando tivermos dúvidas temos aqui um grande mestre, Carlinhos, que é grande conhecedor desta Casa. Tenha humildade, deputado, e tire as dúvidas com o amigo Carlinhos, para que ele possa ajudar a conduzir os trabalhos, sem criar esse mal-estar e o tumulto que foi causado por V.Ex^a.

Srs. Deputados, deixa-nos mais triste ainda ver que o governo do Estado mal se preocupa com o funcionalismo público. Ele sabe que a partir de 1º de janeiro haverá aumento do salário mínimo, e que deveria mandar para esta Casa o projeto de reajuste do salário dos servidores a partir de janeiro. O salário mínimo passará para R\$ 724,00, e teremos, aqui, funcionários recebendo menos que o salário mínimo.

O governo Jaques Wagner não se preocupa com o funcionalismo, não se preocupa com ninguém, só se preocupa em captar recursos para governar um Estado cheio de dinheiro, e assim mesmo não sabe administrar os recursos financeiros.

Esta Casa autorizou ao governo Jaques Wagner quase R\$ 17 bilhões em empréstimos. O governo é incansável em pedir mais dinheiro e recursos, e os deputados ficam dando o aval.

É muito fácil governar um Estado com essa autonomia. Governa a Assembleia, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Todos se calam, porque se o governador mandou, tem que ser obediente, não se pode discutir. Uma falta de respeito ao Poder Legislativo! Trabalhamos o ano inteiro nesta Casa. As nossas férias foram reduzidas com base em um critério: achavam que os deputados não trabalham. Mas é o contrário, aqui se trabalha.

Mas o governo do Estado, ainda assim, manda no final do ano mais de 17 projetos para se aprovar a toque de caixa, como se aqui só houvesse deputados para cumprir suas ordens e aprovar o que ele quer, desconsiderando todos os deputados desta Casa, até mesmo seus aliados, que deixam de passar o Natal e o réveillon com suas famílias para vir aprovar o que o governo deseja.

Estamos aqui para discutir, ir até o momento máximo possível, para mostrar que não admitimos esses abusos, esses excessos, a intervenção dentro da nossa Casa. Não é possível que o governo tenha o ano inteiro para mandar esses projetos e só os envie agora, no último momento do mês de dezembro, para que não analisássemos os projetos com mais cuidado. Esse projetos não passaram nem pelas comissões, pois o governo está pedindo urgência.

Os deputados da Situação se calam obedientemente, não se discute nada com esse governo, tem que aprovar cegamente o que ele quer e deseja.

Volto a dizer que o salário mínimo, a partir de janeiro, será de R\$ 724,00. Por que o governo não mandou esse projeto para atender ao funcionalismo? Por que não mandou um projeto com o reajuste dos servidores públicos do Estado? Porque o funcionalismo público do Estado está em 2º, 3º ou 4º planos para ele.

Quando se fala de salário é difícil negociar com esse governo – por isso acontecem greves de polícia, de professores – porque ele só quer fazer o que deseja.

Sabendo da inflação que está no País, ele não repassa sequer a inflação para o funcionalismo.

Como é que ele quer governar dessa forma? É um governo que não tem compromisso com a Bahia.

Como foi dito na sessão anterior, há muitas obras inacabadas, paralisadas, porque o Estado não tem dinheiro e não paga prestação de serviços, não paga às empresas, a ninguém, está devendo a todo mundo.

É um governo que está sem crédito na cidade, no Estado e, quem sabe, até no País. Sem crédito, porque o governo não assume compromissos. A barragem de Itabuna, lá do Rio Colônia, está paralisada porque o governo não cumpriu o contrato, as obrigações. E a própria empresa foi à Justiça entregar, não quis mais continuar com o restante da obra. Não aceitou trabalhar para um governo que não tem compromisso, que não tem palavra, que faz os acordos e não cumpre.

Estamos a pensar, aqui, a situação dos deputados da Situação. Vão às cidades do interior, acompanhando o governador para assinar autorizações de serviço. Lá está, em Ilhéus, uma obra com autorização assinada, já havia sido prometida havia 6 anos e está lá, paralisada. Tenho pena dos deputados que acompanham o governador. Porque o governo os coloca em má situação. Chama-os para acompanhá-lo e os coloca em má situação, porque assina a autorização do início da obra e o contrato de serviço, o deputado enaltece o governo do Estado e a obra fica paralisada, sem que sequer haja uma explicação para aquele povo. Quando se fala em educação, é a mesma coisa, com barragem da mesma forma. As obras, da mesma forma. Como é que se pode ter um governo dessa forma, sem palavra, sem compromisso com o povo? Só promete para angariar votos? Vendendo sonho e ilusão? Como eu disse aqui anteriormente, uma ponte pequena em Ilhéus ele não pode construir, mas está aqui vendendo sonho aos baianos de ponte Salvador-Itaparica. Isso não é brincadeira, é coisa séria. Por que não procura fazer as pequenas coisas e ganha a credibilidade do povo baiano? O pessoal votou confiando nele, nas promessas. E, hoje, está vendo que são apenas promessas, compromissos ele não tem com o povo baiano.

Não vemos os gastos com os recursos que chegam aos cofres do Estado, para onde vão. Vemos desvios de recursos e dispensas de licitações, obras contratadas são desfeitas e contrata-se outra empresa com valores mais altos. Fortunas e mais fortunas para comprar carrinhos de cachorro-quente e picolé. Cursos para mão-de-obra rural em ONGs dentro da cidade, aqui dentro do subúrbio, locais em que não há uma cadeira na sala de aula, aqui dentro da área urbana.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Pois não, deputado.

O Sr. Carlos Geilson:- Caro deputado Coronel Santana, tão bom vê-lo ocupando essa tribuna e discorrendo, emitindo a sua opinião sobre os fatos que cercam esta tarde, neste debate que procura a Oposição nesta Casa travar com o governo do Estado. Sem argumentos, o governo prefere o silêncio. V.Ex^a já enquadrou o deputado Rosemberg Pinto. Já o colocou fora da cadeira de presidente.

Mas queria dizer, nobre deputado, que há dinheiro para essas ONGs. Não

vamos generalizar, dizendo que todas as ONGs são inidôneas. Não vamos generalizar. Mas há muito dinheiro destinado a elas, enquanto percebemos que faltam recursos para a segurança pública.

V.Ex^a é um homem que entende como poucos de segurança pública e sabe perfeitamente que, neste Estado, há problemas no efetivo policial, está aquém da necessidade. V.Ex^a sabe e conhece amiúde o sofrimento dos policiais civis e militares. De modo que precisamos do aumento dos investimentos na segurança pública. Porque o principal problema deste governo... Já nem falo em educação ou saúde, quero me ater às questões da segurança pública. Esse tem sido o grande problema neste governo. E o governo, com essa forma de governar, o governo imaterial, o governo da revolução silenciosa, esperamos que possa trazer explicações. Estamos convocando-os ao debate, estamos aqui a esta hora, começamos esta sessão às 9h45min, e até este momento estamos no aguardo de que os governistas se pronunciem, tragam, para nós, da Oposição, esclarecimentos que venham a nortear a nossa votação nesta tarde e, daqui a pouco, nessa noite e, quiçá, na madrugada.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Obrigado, Carlos Geilson, pela sua participação.

Volto a falar e a endossar suas palavras, porque os pontos cruciais do nosso Estado estão abandonados e o governo a vender propaganda. Vejam a fortuna que se gasta com propaganda enganosa. Se tivesse defesa do consumidor para enquadrar o governador, já estaria enquadrado há muito tempo, porque o que ele faz de propaganda enganosa não está no gabi. São fortunas em divulgação, obras que não pertencem a ele, são do governo federal, outras vezes faz musiquinhas, como já dito anteriormente, para agradar ao baiano com histórias que não existem; se faz uma obra, é obra sem durabilidade. A estrada Ponto de Astério até chegar a Ibicuí já está lá acabada, embora com um ano de construída. Nem sequer cobram da empresa que fez que refaça a obra. Uma polícia técnica levou seis anos para ser construída em Ilhéus, marcou umas cinco vezes para inaugurar o prédio.

É um absurdo, uma falta de elegância, uma falta de respeito, de consideração. É muito fácil enganar o povo com publicidade. É muito fácil mostrar ao povo aquilo que não está acontecendo, mas o povo está atento.

No interior, Sul da Bahia, vejo os reclamos do povo com o governo Wagner. Em Itabuna não há nenhuma obra; se vai a Camacã, nenhuma obra; Buerarema não tem obra. Não existe nenhuma obra em torno daquela cidade. Construíram um laticínio em Coaraci que não funciona porque não tem condições, um local que não tem quantidade de leite para fazer o laticínio funcionar. Construíram uma fábrica de chocolate em Ibicaraí que funciona precariamente. O que tem mais na região? Nada, nada! As estradas acabadas, o Estado abandonado.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Pois não.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Coronel Santana, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, V.Ex^a que é um defensor incansável dos municípios da região Sul do nosso Estado, da sua querida Itabuna.

V.Ex^a, no seu pronunciamento, constata a total falta de ações desse governo também na sua região. Mas saiba V.Ex^a que esse não é apenas um privilégio de V.Ex^a, porque o governo efetivamente não tem ação em parte alguma do nosso Estado.

O pior, meu caro deputado Coronel Santana, estamos aqui, V.Ex^a está aí na tribuna discutindo mais um pedido de autorização de empréstimo. São 14 bilhões de reais que esta Casa já autorizou ao Poder Executivo contratar, e infelizmente a grande maioria desses recursos, deputado Santana, não vão para as ações principais, as ações primordiais desse governo. Esse recurso evapora, esse recurso é consumido para sustentar essa máquina pesada, atrasada, inchada, que o governo da Bahia construiu neste Estado.

O governo que recebeu um Estado organizado, com suas contas absolutamente em dia, vai nos entregar um governo com uma gestão financeira completamente comprometida. O que V.Ex^a constata na sua região é o que ocorre em toda a Bahia. O recurso que falta à sua região, sobra para manter, como disse, essa máquina perdulária, pesada, inchada desse governo.

Por mais que se aprove empréstimos, por mais que esse governo aumente os impostos e as taxas, ainda assim é insuficiente para manter a enorme máquina ineficiente do atual governo do Estado da Bahia.

Portanto, quero cumprimentar e parabenizar V.Ex^a pelo discurso que faz nesta tarde, quando V.Ex^a discute mais uma solicitação de empréstimo que foi encaminhada a esta Casa.

Agradeço e parabenizo V.Ex^a.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Agradeço a sua participação, deputado Paulo Azi.

Quero apenas lembrar a esta Casa que, quando eu ainda estava na ativa da Polícia Militar, à época da eleição de 2006, quando o governo Paulo Souto fazia um grande governo, em agosto, próximo às eleições que seriam realizadas em outubro, Paulo Souto suspendeu o pagamento de abono pecuniário. O que é isso? É a possibilidade de o funcionário vender 10 dias de férias ao Estado para aumentar a sua receita. Paulo Souto suspendeu, porque o Estado não tinha lastro financeiro suficiente para comprar os 10 dias de férias dos funcionários. Jaques Wagner, logo em seguida, aproveitando a eleição, prometeu que compraria os 10 dias e que pagaria um bom salário para o funcionalismo. Ele mostrou o contra-cheque dos funcionários do Estado, dizendo que eles ganhavam pouco e que ele melhoraria os salários. Hoje, está um caos. Continua a mesma coisa: os funcionários recebem mal e o policial não tem a opção de vender os 10 dias de férias, pois o Estado não paga. O governo não tem compromisso com ninguém. Ele não foi obrigado a fazer promessas, mas, se prometeu, deveria cumprir. Ninguém o obrigou a dar a palavra. É mais interessante, quando o governo diz aquilo e cumpre.

Aí eu posso dizer que o Dr. Paulo Souto é um homem de bem, é um homem sério que governou a Bahia com os pés no chão, sem querer deixar a Bahia na situação crítica na qual nos encontramos hoje, governando com seriedade e respeito. Ele é um grande homem, conhece a Bahia de ponta a ponta e sabe o que se passa em

cada canto da Bahia. Em qualquer região da Bahia, ele sabe o que é preciso fazer.

Este governo está brincando de governar o nosso Estado, não procura atender a demanda do povo que convive com a seca. Quantas pessoas perderam os seus recursos, os seus animais e os seus meios de sobreviver, porque o governo nunca fez nenhuma obra para combater a seca? É difícil ter um governador que não conhece o nosso Estado, que não governa para o povo, mas, sim, para um grupo, para meia dúzia de pessoas que se favorece com ONGs, com empregos e com vantagens outras. Mas o povo não tem favorecimento. O que queremos? As obras, as melhorias e a qualidade de vida.

Se analisarmos a situação da segurança, é uma tristeza; se analisarmos a situação da saúde, da mesma forma. Na área da educação, a alfabetização não existe. E o governo fala que alfabetizou milhões de pessoas. Tudo isso são informações enganosas. Enganosas! Não podemos admitir isso!

Mas como o governo tem maioria na Casa... Ele ainda não está satisfeito, porque quer mais deputados com ele. Aqui tem 46 deputados, mas ele está achando pouco e quer mais. Com certeza é para calar a boca desta Casa totalmente, mas não vai calar. Teremos uma Oposição pequena, mas que estará lutando em defesa dos baianos e do nosso Estado. Quero parabenizar os deputados que estão presentes hoje, e que, mesmo sacrificando o Natal e as festas de ano novo ao lado da sua família, estão aqui resistindo à pressão e aos desmandos do governo. O que o governo quer fazer com esta Casa não é admissível.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Rosemberg Pinto, deputados e deputadas, imprensa, público presente a esta Casa nesta tarde, Líder do PMDB, deputado Adolfo Viana, é com muita alegria que venho à tribuna desta Casa e, ao mesmo tempo, com muita tristeza. Hoje, a Assembleia Legislativa trava um embate. Um embate, deputado Carlos Geilson, em defesa da moralidade, dos baianos e do nosso grande Estado da Bahia.

O governo estadual envia a esta Casa, já no final do ano...

(Os ocupantes das Galerias se manifestam com palavras de ordem.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Quero pedir aos senhores presentes às Galerias que façam silêncio. Há um interesse das duas partes em votar este projeto. Mas temos regras internas que devem ser observadas. Peço-lhes ponderação. Há um orador na tribuna, e não podemos permitir essa pressão aos deputados. Já existe uma combinação entre a Oposição e o governo para votar esta matéria.

Com a palavra o deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Quero falar sobre este projeto, deputado Paulo Azi. O governo manda para cá uma proposição imoral que irá gerar uma dívida para a Bahia até o ano de 2018. Claro que o Estado tem o direito adquirido sobre os

royalties de R\$ 1 bilhão e 100 milhões. Isso existe, e o Senado autorizou. Mas só na calada da noite, no final deste 2013, esta proposta é enviada pelo Executivo, que teve todo o ano para discutir e trazer aos Líderes da Oposição e da Situação o debate sobre estes recursos que o governo quer antecipar, de R\$ 1 bilhão e 100 mil.

Isso quer dizer que a Bahia, deputado Luciano Simões, perderá mais de R\$ 200 milhões com esta ARO, Antecipação de Receita Orçamentária, que o governo quer praticar com os agentes financeiros do nosso Estado. Não para investimentos, não para a melhoria da segurança pública da nossa Bahia, que vai de mal a pior. Os investimentos nessa área não alcançaram o que os baianos desejam nem o que há de sagrado na Constituição, o direito à segurança pública, papel e responsabilidade do governo estadual. O clima de insegurança toma conta deste Estado.

E não é só na área da Segurança Pública, mas também na da Saúde. Hoje pela manhã, o deputado Sandro Régis - peguei as informações no Sul da Bahia - veio a esta tribuna criticar o caos em que se encontra a saúde pública no nosso Estado, em especial na região Sul, nas cidades de Ilhéus e Itabuna. Ela sofre desde o governo do PT, que tem a presidente Dilma Rousseff como aliada mas poucos investimentos conseguiu viabilizar para a nossa Bahia. O Líder Sandro Régis esteve aqui e colocou de forma clara a falta de investimentos e de compromisso deste governo com o Estado nessas duas áreas.

Eu convivo no dia a dia com os problemas da Bahia e dos municípios que represento nesta Casa, em especial os do Sul. As comunidades regionais passam por dificuldades e precisam da assistência do governo baiano. A saúde em Itabuna estava sob a responsabilidade da Sesab, que administrou a Gestão Plena de 2009 a 2013. Este mês o próprio município teve o direito de explorar a Gestão Plena da Saúde. Deputado Zé Raimundo, V.Ex^a, que foi prefeito, conhece bem essa realidade.

Então, todos nós, deputados desta Casa, não podemos dar um cheque em branco para o governador endividar o Estado até 2018. A Bahia é rica em belezas naturais, mas é um Estado pobre, que precisa de investimentos na área de recursos hídricos. Olhem a situação do sertanejo devido à seca que tomou conta do Estado! Só agora que choveu. A natureza, realmente, foi quem trouxe esperança para os sertanejos, o povo da região de Ipirá, do Oeste da Bahia, da Região do Sisal, que passa por dificuldades por falta de investimentos e prevenção por parte do governo da Bahia, que não investiu o que deveria para combater e amenizar os efeitos da seca no Semiárido baiano.

Então, esses recursos que o governo vem pedir a esta Casa, através de empréstimo, não são para investimento, são para custeio. Foi apresentada uma emenda pela nossa Bancada da Oposição para alocar esses recursos – claro, o deputado Carlos Gaban discutiu isso lá atrás – para salvar a previdência pública dos servidores do Estado da Bahia, mas o governo quer tomar esses recursos, com a autorização desta Casa, para cobrir o rombo de suas finanças.

Está aí a educação na Bahia, que não vai bem. Comparando com Pernambuco, Estado que tem a receita menor do que a Bahia, vê-se que os índices são totalmente favoráveis. Aqui, na Bahia, não. Mesmo com um orçamento de quase R\$ 30 bilhões,

o governo quer antecipar a receita orçamentária já terminando a gestão. Isso a Bancada da Oposição vai discutir, deputado Paulo Azi. Iremos debater a noite toda e mostrar à população baiana que estamos aqui para fiscalizar aquilo que é mais sagrado, o dinheiro público.

Os deputados da Oposição têm compromisso com esta Casa e com os baianos. Vamos estar, aqui, vigilantes para discutir, debater e obstruir a noite toda, se for preciso, porque se trata de R\$ 1,1 bilhão. A Bahia não aguenta com isso, não. Só no governo Jaques Wagner, deputada Maria Luiza, foram tomados R\$ 15 bilhões em empréstimos. É um governo que não consegue trabalhar com recursos próprios, só de empréstimos; empréstimos em cima de empréstimos. Não podemos aceitar essa imoralidade.

A nossa Bancada está aqui, deputado Carlos Geilson, para dizer não a essa imoralidade. A Bahia e o seu povo são maiores do que esta Casa.

Todos nós precisamos, sim, discutir o planejamento do Estado. O Estado quer tomar R\$ 1,1 bilhão com uma pendência no Cauc. Tem pendência de prestação de contas, de convênios, de empréstimos que não conseguiu regularizar junto ao governo federal e ao Tesouro Nacional. Precisamos discutir de forma técnica o que a Bahia quer. A Bahia quer um futuro melhor para os baianos, para a juventude e para os trabalhadores.

A falta de investimentos em nossa região, deputado Mário Negromonte... O governador assinou, em janeiro deste ano, a ordem de serviço para a construção da Barragem do Rio Colônia, na Cidade de Itapé, que irá atender – o presidente Marcelo Nilo estava lá quando da assinatura dessa ordem de serviço – mais de 350 mil pessoas.

Itabuna e o Sul da Bahia precisam, deputado Rosemberg, ampliar a oferta de empregos. A região vive da monocultura do cacau e passa por uma crise econômica porque naquelas localidades do Sul da Bahia não há indústrias. V.Ex^a é deputado e representa também aquelas comunidades todas.

Então, é preciso que o governo retome a obra da Barragem do Rio Colônia, na Cidade de Itapé, que irá atender Itabuna, Itapé, Itaju e toda a região. Que o governo também retome a discussão com relação ao Centro de Convenções de Itabuna, cuja obra está paralisada. Que o governo retome as discussões, deputada Ângela, da duplicação da estrada Ilhéus-Itabuna, uma obra prometida para o PAC, que, realmente, não conseguiu trabalhar esses recursos necessários para poder incluir aquela importante obra da região Sul da Bahia. Estava no PAC I, está no PAC II, agora é que veio sair a licença do Inema. É o Estudo do Impacto Ambiental da duplicação da estrada Ilhéus/Itabuna. Esperamos que o governo pelo menos inicie aquela obra de fundamental importância para as regiões Sul e Sudoeste da Bahia.

O governo prometeu, e não realizou, a UPA, a Unidade de Pronto Atendimento, em Itabuna. O secretário Solla esteve lá. Boa parte dos recursos da UPA, deputado Bira, é do governo federal, com a contrapartida do governo do Estado. Nada! O governo não conseguiu recuperar e entregar uma sala de aula em Itabuna e no Sul da Bahia. Para que esses recursos? Foram R\$ 15 bilhões que o

governo tomou. Quinze bilhões!

Tiro aqui pelo dia a dia do povo sul baiano, e não é diferente no restante do Estado. Você vai para o Oeste, falta investimento, e a deputada Kelly sabe disso, porque é da base de sustentação do governo. Não pode se expor, mas sabe da falta de investimentos do Estado, deputado Paulo Azi, para a região Oeste da Bahia.

Você vai para a região de Ipirá, não se tem uma única obra do governo naquela região. É preciso discutir aqui, de forma clara, o que precisa ser discutido: um planejamento para o Estado. Mas não tenho dúvida de que o governo da Bahia, com a unidade das forças de Oposição, encontrará novos caminhos, tratando a saúde como ela deve ser tratada, tratando a segurança pública como ela deve ser tratada, tratando a educação do nosso Estado como ela deve ser tratada.

É preciso discutir aqui, deputado Bruno Reis, um papel claro desta Casa, pois aqui representamos o povo da Bahia. Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a, que representa o Vale do São Francisco, sabe que naquela região também faltam investimentos e falta a presença do governo do Estado.

É muito triste ver esta Casa aqui hoje dar um cheque em branco. O governo precisa colocar aqui hoje 38 deputados. Está fazendo um esforço enorme, ligando para cada parlamentar estar aqui hoje para votar um empréstimo que irá comprometer a Bahia, ao longo desses quatro anos, até 2018, porque a Bahia vai perder mais de R\$ 200 milhões.

A Bancada da Oposição, deputado Sandro Régis, está aqui, vigilante, discutindo, debatendo o que a Bahia quer para o futuro dos baianos. Acho que aqui não só os deputados da Oposição, mas os deputados, deputada Ângela, que compõem a base de governo, sabem o prejuízo que a Bahia vai ter daqui a quatro anos com essa antecipação de receita. Claro que foi proibida no passado, o Senado agora deu cheque em branco aos municípios e aos Estados para anteciparem os royalties, deputado Luciano Simões. Mas é preciso definir aqui para onde vão esses recursos importantes, que irão realmente fazer falta no Tesouro Estadual. Quando você perde R\$ 200 milhões sem necessidade, antecipar porque o Estado quer cobrir um rombo... É preciso se ter responsabilidade com as finanças públicas do Estado da Bahia. O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Questão de ordem ao nobre líder, grande representante da região do Sertão da Bahia, a nossa princesa da Bahia, Feira de Santana, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Augusto Castro, o pronunciamento de V.Ex^a, aguardado por todos nós, da Oposição, com muita ansiedade, justifica-se, tal a clareza, a clarividência de V.Ex^a ao usar essa tribuna. É importante ouvi-lo mais vezes. Temos muitos talentos aqui na Assembleia, deputados que não têm o hábito de subir à tribuna, e quando o fazem, estamos cobrando que isso seja uma constância, pelo conteúdo que apresentam, como hoje o deputado Augusto Castro o faz. De modo, Augusto, que quero associar-me às suas palavras, corroborar com tudo que foi dito, e dizer que V.Ex^a, pelo talento que tem para tribuna deveria usá-la mais vezes. Também quero aproveitar este momento para parabenizá-lo e ao deputado Adolfo

Viana pela ascensão do Líder nacional do PSDB, deputado Antônio José Imbassahy, com quem tive o prazer de conversar na terça-feira, pela manhã, e parabenizá-lo quando recebi sua ligação.

Imbassahy é um quadro da política do Estado qualificado. Foi prefeito de Salvador onde fez uma bela administração. Como deputado federal tem sido atuante, participativo nos debates, nas discussões. De modo que quero associar-me a sua alegria, que é a alegria de Adolfo Viana, pela ascensão do deputado Antonio Imbassahy à Liderança Nacional do PSDB.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a tem sido um grande deputado estadual que representa não só Feira de Santana mas todo o Estado da Bahia.

Quero dizer, deputado Adolfo Viana, da alegria de o PSDB ter hoje um baiano à frente da liderança nacional do partido que governou o País com responsabilidade, com clareza. Tenho certeza de que, no próximo ano, quando o deputado assume a Liderança Nacional do PSDB, o deputado Antônio Imbassahy irá fazer um trabalho excelente em defesa do povo brasileiro e do povo baiano.

Está de parabéns o PSDB na Bahia. Está de parabéns o povo baiano e o povo soteropolitano pela escolha do deputado Imbassahy como deputado federal e o PSDB da escolha de Imbassahy como Líder. E o PSDB aqui na Casa, que tem V.Ex^a como Líder, também tem feito um excelente trabalho, presidente Marcelo Nilo,. Então, para todos nós da Oposição é um motivo de orgulho segurar três anos aqui, no dia a dia, dia e noite discutindo os problemas do Estado em todas as áreas. Citei aqui três importantes: Segurança, que a Oposição, deputado Gaban, o tempo todo vigilante, cobrando mais investimentos, cobrando clareza; a Saúde, no estado em que está, em que a Sesab tem um déficit de R\$ 200 milhões. Quem está colocando isso não é o deputado Augusto Castro, é Rita Tourinho, é o Ministério Público. Estão aí R\$ 200 milhões, e é preciso fechar as contas, mas o Estado está tendo dificuldade. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, realmente está tendo dificuldade de fechar as contas com relação aos investimentos na Saúde.

Citei também a área da Educação onde faltam muitos investimentos, deputado Carlos Geilson. Tem-se atraso nas Direcs. Os prestadores de serviço do PST e Reda estão aí com o risco de virar o ano com três, quatro meses de atraso. Ilhéus e Itabuna, que são duas Direcs diferentes, onde se tem um volume grande de prestadores de serviço que não receberam para passar o Natal em paz com suas famílias. E não vão receber, porque não há expectativa de pagamento por parte da Secretaria da Fazenda para fazer o repasse para a Educação e esta para as Direcs.

É com muita tristeza que venho à tribuna desta Casa para dizer que a Oposição vai estar aqui dia e noite fiscalizando em defesa do dinheiro público. É um bilhão e 100 milhões de reais. É muito dinheiro em um ano eleitoral. O governo discutiu isso, deputado Gaban, um ano atrás, mas o governo não trabalhou um planejamento orçamentário. V.Ex^a inclusive aqui citou e trouxe números do governo procurando cobrir rombos em outras pastas. A Comissão de Finanças desta Casa teve o ano todo para debater e discutir o Orçamento, o que não aconteceu, porque o governo impõe as

coisas e vem para esta Casa na urgência querer atropelar!. Não! A Oposição vai dizer “não”, porque se trata de dinheiro público. E quanto a dinheiro público, é preciso ter uma clareza para onde será investido tal recurso. Se fossem investimentos para infraestrutura, aí o que sugeriria a Bancada de Oposição? Esses investimentos seriam para o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia. É a alternativa para segurar a caixa de previdência do estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Concluindo, Sr. Presidente, é preciso que esta Casa tenha responsabilidade e todos os deputados vão estar aqui discutindo, principalmente os deputados de Oposição, para colocar aqui a clareza...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- (...) do papel que deve ser cumprido por esta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, são 17h30min e estamos cumprindo com o nosso dever e com a nossa obrigação na qualidade de Oposição desta casa. Vemos os desmandos deste governo que encerra mais um ano de forma lamentável. Há rombo nas finanças. Os dois secretários da Fazenda do Estado, em suas duas vindas a esta Casa, confirmam: a contabilidade do governo é fabricada, pois não retrata a realidade do estado.

Quanto ao primeiro quadrimestre no item da contabilidade oficial, a meu ver, de maneira até criminoso, o governador aprova publicando, no Diário Oficial, a aprovação de algo que o secretário Petitinga veio aqui – e já falei hoje e volto a repetir, pois está gravado em áudio e vídeo – e afirmou que as contas não retratavam a realidade, já que elas apresentavam, inclusive, um saldo financeiro no valor de R\$ 7 bilhões quando, em realidade, o governo tem um déficit de R\$ 1,8 bilhão. Nós estamos falando de uma diferença contábil que, se fosse de centavos, não seria permitido! Mas estamos falando de uma diferença contábil de R\$ 8,8 bilhões!

Vem o novo secretário, Sr. Manoel Vitória, falar no auditório e apresenta o resultado do segundo quadrimestre deste ano. Ele mostra, depois de questionado por nós, que a contabilidade que ele estava apresentando naquele momento também não tinha a confiabilidade necessária e não retratava a realidade do estado, mas que ele iria arrumar essa contabilidade, porque o sistema Fiplan ainda não estava funcionando.

Na realidade, o Fiplan só começou a funcionar em outubro parcialmente. Tanto isso é verdade que os auditores do Tribunal de Contas da Bahia – acho que isso é inédito no Brasil, desconheço uma irresponsabilidade tão grande como essa – só começaram a ser treinados, para entender o Fiplan, em meados de outubro, ou seja,

10 de outubro, para ser mais preciso. Imaginem, o Tribunal de Contas do Estado não teve acesso às contas do governo durante 10 meses e meio!

O secretário veio aqui para apresentar o resultado do segundo quadrimestre e disse que os números estão errados, como ele tem denunciado! Aliás, ele não podia fugir da realidade, o secretário Manoel Vítório, pois ele, até, foi muito sincero, como foi Petitinga, “Encontrei um problema. Estou tentando resolvê-lo. Vou resolver!”

Mas a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite este tipo de falha. Tanto isso é verdade que, na última reunião do Tribunal de Contas do Estado, quando houve um pedido de vista feito pelo conselheiro Pedro Lino, este mesmo Pedro Lino recomendou a reprovação das contas. Houve o maior bate-boca no plenário, porque o relator já entendia que o governo pode regularizar quando assim achar umas contas que são publicadas no Diário Oficial como verdadeiras e são falsas!

Esta é uma discussão que não dá para se entender. O conselheiro do Tribunal de Contas diz que o que o governador publicou no Diário Oficial assinando, aprovando, o secretário dele disse que está errado. E O TCE diz tudo bem, o governo um dia regulariza. Foi o maior bate-boca lá no Tribunal. Não bastou o Ministério Público entrar com uma ação, porque o governo não paga o que deve e tem usado recursos vinculados para tapar a Fonte 00. E não adiantou eu hoje dizer aqui que o que ele arrecadou com o Refis - foi recorde nacional - gastou no custeio, que está altíssimo. O governo prestigia a classe política e esquece a população.

Temos agora a aprovação sem discussão nesta Casa de mais um projeto que vai possibilitar recursos da ordem de 1 bilhão para o governo usar como quer, da maneira que quiser e como já tem usado, ou seja, para tapar a Fonte 00 e tentar regularizar as suas contas. Mas vamos ter mais tempo, falaremos dos royalties do petróleo, pois no mínimo é imoral querer o governo tapar a sua incapacidade de gestão das coisas públicas com recursos já dos 4 anos do próximo governador.

É imoral! Já há um advogado nosso, caro presidente, tratando dum assunto que infelizmente vai cair na mão de V.Ex^a, que não tem nada com isso. Estamos entrando com uma liminar para que seja evitada a tramitação desse projeto pela imoralidade que representa para os cofres públicos do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Paulo Azi, pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, esta Casa mais uma vez discute um projeto que autoriza operação de crédito desse governo, que ao longo de 7 anos já contraiu mais de 14 bilhões de reais em operações de crédito diversas. Mas a população não sente os benefícios que poderiam advir dessa busca por novos recursos.

Na realidade, Sr. Presidente, o que nos entristece é saber que esses recursos não serão utilizados em segurança pública, saúde, educação, ações de infraestrutura, obras de combate aos efeitos da seca. O que também nos entristece é a constatação de que mais uma vez esses recursos serão utilizados para cobrir o rombo nas contas públicas

desse governo. E a Oposição há anos vem alertando o governo, chamando a atenção para o desequilíbrio crescente que ele vinha empreendendo, fruto de uma gestão perdulária, inconsequente e irresponsável dos recursos que deveriam estar à disposição da nossa população.

Portanto, estamos aqui discutindo e encaminhando esta matéria, mas ao mesmo tempo colocando para o povo os riscos de um maior e crescente endividamento nas contas do Estado, sem benefícios aos baianos.

Agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos instantes, deputado Adolfo Viana, pensei que estivesse na cidade de Brogodó daquela novela da Globo quando ouvi o Líder do governo dizer que a Oposição iria tomar chicotadas no lombo. Ele é o coronel! Mas mais parecido do que isso é a situação, o caos que o Estado vive em relação à violência, porque em Brogodó a violência imperava, os bandidos tomavam conta e o coronel é quem mandava.

Eu ouvi o deputado Líder, Zé Neto, no auge de sua arrogância dizer que a Oposição iria tomar chicotadas no lombo. Quem está tomando chicotadas no lombo é o povo da Bahia com este governo irresponsável, que esquece de priorizar as ações efetivas que venham a melhorar as condições do povo da Bahia. Um governo, deputado Bruno Reis, como V.Ex^a bem citou, líder em homicídios. A Bahia, hoje, é conhecida internacionalmente como o estado mais violento do mundo. Bahia esta, deputado Augusto Castro, que perdeu a liderança para Pernambuco. E o deputado Zé Neto insiste em dizer que o povo da Bahia ainda irá aprovar o candidato do bolso do governador como futuro governador da Bahia.

Nós vamos comparar. É só comparar a gestão do prefeito ACM Neto em 1 ano com 8 anos do governo Jaques Wagner. Um governador, deputado Adolfo Menezes, que diz que seus dois grandes feitos são a “revolução silenciosa” e as obras imateriais. Eu termino meu discurso dizendo: coitada da Bahia e coitados dos baianos!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra meu querido amigo, deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Parabéns ao deputado Sandro Régis.

Você que nos assiste pelo canal da TV Assembleia tem observado que os deputados da Oposição se estão revezando aqui, na tribuna, emitindo suas opiniões, convocando a Bancada governista para o debate, porque é isso que enriquece o Parlamento. É isso que a sociedade quer ouvir: o outro lado. Nós estamos apresentando as nossas verdades, os nossos argumentos. Como a Base governista não tem os contra-argumentos, não tem base para o debate, prefere o silêncio.

É lamentável, porque a sociedade fica frustrada sem ouvir os governistas. Sabemos que eles não têm muita coisa a dizer. Os dados apresentados aqui são incontestáveis, insofismáveis, eu diria que são dados inquebrantáveis, e é por isso que a Bancada governista prefere o silêncio.

De modo que ainda há tempo de os governistas se redimirem, há tempo de repensarem o voto, mesmo sendo governistas. Acho que não podemos ser deputados simplesmente para dizermos amém. É necessário que tomemos posições. É necessário que votemos com as nossas consciências, independentemente de estarmos na Oposição ou na Situação.

Ainda há tempo de ouvirmos pronunciamentos, neste processo de encaminhamento, de Líderes governistas para que a sociedade baiana tenha ciência.

“Chega! Onde este dinheiro será aplicado? O estado da Bahia vive de empréstimos e está falido! E se está falido, por que faliu? Por que deixaram falir? Onde foi parar o dinheiro que tem entrado no Tesouro do Estado da Bahia?” Isso é preocupante.

E, aqui, fica o desafio para que os governistas possam se pronunciar, pois ainda há tempo, a fim de refazerem as suas posições e votarem contra mais este empréstimo nocivo à sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados, deputadas, estamos aqui, mais uma vez, para corrigir um projeto aprovado no ano passado no valor de R\$ 1,1 milhão. Todos os anos, neste período, chega mais um projeto para ser votado. O governo não tem a capacidade de votar as matérias no decorrer do ano. Chega-se ao final do ano, na calada da noite, até para a população não tomar conhecimento nos detalhes das iniciativas governamentais, o governo pretende passar o verdadeiro rolo compressor.

Hoje, está aqui mais um projeto de R\$ 1,1 milhão de financiamento para ser aprovado. Projeto este, nobre deputado Sandro Régis, foi aprovado no ano passado de forma irregular. Agora, chega ao conhecimento da Bancada de Oposição o fato de que o projeto do Funebom, também, foi aprovado com a redação final equivocada. Por quê? Porque é feito, sempre, na calada da noite sem debater, sem discutir.

Aprovaram a taxa de incêndio de forma irregular. Aí, mandam um projeto para consertar a cobrança irregular da taxa de incêndio. E o projeto é aprovado, devidamente, irregular. E fica o Líder do governo querendo contar com a nossa boa vontade. Boa vontade existe, nobre Líder! Porém, são sucessivos os erros nesta Casa. E nós precisamos impedir que isso ocorra.

Nobre Líder Paulo Azi, o projeto do Funebom continua com a cobrança das residências unidomiciliares, continua cobrando os condomínios, as associações de bairros, as associações sociais, as fundações, porque foi aprovado, nobre deputado Carlos Brasileiro, de forma indevida nesta Casa. Assim não dá!

Chega-se, agora, ao final do ano, com esta tensão. Este filme, aqui, é o mesmo ao que assistimos ao final de 2011. Assistimos, também, ao mesmo fato ao final de 2012. E a história volta a se repetir, agora, ao final de 2013. Matérias importantes como o PL do anticalote tem dificuldade de ser aprovado, porque a pauta está assoberbada, uma vez que há diversos outros projetos na Ordem do Dia.

O nobre Líder Zé Neto contou com a boa vontade da gente no primeiro ano e com a boa vontade no segundo ano.

Vai ser sempre a Oposição quem vai salvar o governo nesta Casa? É a Oposição que todo ano, nobre presidente, vai permitir que o governo tenha condição de aprovar os projetos?

Aí, é melhor fechar o Parlamento, porque não se justifica a existência, aqui, da Base do governo e da Base da oposição! Por que isso? Porque falta capacidade ao governo para mobilizar sua Bancada, para tramitar os projetos nas comissões, para chamar a Oposição para o debate dos projetos antes de virem a Plenário.

Querem aprovar tudo aqui em Plenário? Plenário é lugar de votar, não é lugar de aperfeiçoar projetos, de analisar, de entrar nos detalhes, deputada Maria del Carmen. E acabou virando uma prática nesta Casa o Plenário ser local para discussões. Às vezes, as pessoas que estão na TV Assembleia nos vendo, assim como vocês que estão na plateia, não sabem que já estamos discutindo desde as 9h30min da manhã. Nós estamos aqui desde 9h30min discutindo um único projeto.

Já são quase 12 horas discutindo um único projeto. Por quê? Porque o projeto não tramitou devidamente nas comissões e veio direto para o Plenário. São R\$ 14 bilhões em 7 anos de governo Wagner, oriundos de financiamentos, de empréstimos, de operações de crédito. E pergunto a V.Ex^{as}: qual foi a grande obra feita com esses recursos, nobre deputado Carlos Geilson? Onde estão esses recursos? Foi para pagar o custeio da máquina pública, que foi inflada pelo governo do PT da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Exm^o Sr. Presidente desta Casa, Srs. Deputados, o que tenho visto aqui, constantemente, é essa pressa do governo em aprovar seus projetos. Os projetos chegam a este Plenário sem sequer passar pelas comissões, sem serem analisados pelos deputados para ver, realmente, o que pode ser reajustado.

O governo do Estado atropela esta Casa, obriga os deputados da Situação a darem o voto. Depois se arrepende porque vê, lá na frente, o erro. E como vai fazer o conserto depois? Isso é triste. Numa Casa das Leis, só dois projetos foram aprovados neste final de ano. Um deles, o dos Bombeiros, com erro. Retirou-se, colocou-se outro, com erro novamente. É por isso que insistimos em que tem de se levar os projetos para as comissões. Temos de analisar os projetos, e não ter a pressa que, às vezes, se tem. E isso ocorre por injustiça do governo do Estado.

Está aí o problema na mão do governo, não quer sancionar a lei do bombeiro, vai aplicar essa lei sem ser aplicável, para ter de enviar, novamente, outro projeto a esta Casa. E isso realmente atrasa e atrapalha nosso trabalho. Os deputados estão cegos nesta Casa. O pessoal da Situação não pode falar, não tem ouvido, não tem voz. Tem de ser obediência cega. E essa obediência cega prejudica o Estado.

Temos falado aqui constantemente que não podemos ficar cegos. Esta Casa tem muito a ver com nosso Estado da Bahia. Não podemos, em hipótese alguma, nos omitir de discutir, de debater, de ouvir a opinião, de buscar adequar as leis àquilo que a sociedade espera. E não fazer a coisa da forma como o governo quer, enfiando goela abaixo.

Isso tem um preço. A pressa é inimiga da perfeição. Por isso estamos neste embate. São 17 projetos colocados para votação. Vamos virar a noite discutindo esses projetos, mas é uma discussão que não chega realmente a nenhum denominador. Mas procedemos assim para mostrar que o governo não deve agir com esta Casa dessa forma.

Esta Casa é independente, os Poderes são independentes. Não é pegar, agregar deputados com emprego e vantagens para fazer as coisas acontecerem da forma como ele quer. Precisamos, sim, ter uma Casa independente, uma Casa que tenha voz, uma Casa que se respeite. Esperamos que o nosso presidente, lá, quando governador, possa enxergar esta Casa como a tem conduzido aqui.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Simões pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, vou falar especialmente aqui para o deputado Paulo Rangel, que está distraído ali com o Facebook, e para o deputado Carlos Brasileiro, que está na negociação com a Liderança. Deputado Paulo Rangel. Deputado Carlos Brasileiro, o açude de Jacurici, e falei agora com o diretor do DNOCS, acabou de receber 5,10 metros de água, no seu bojo. Com isso, o peixe se restabeleceu e a água fétida já desapareceu. Com a construção da adutora de Ponto Novo a Itiúba, se essa adutora atender a Itiúba e Picos, o açude de Camandaroba e Jacurici atenderia a Rômulo Campos, que se chama Camaleão, e Camandaroba, que é uma população mínima. Acontecendo isso, o peixe se restabeleceria e atenderia aquela população ribeirinha de Piaus, Camandaroba, Camaleão, da beira do açude. E o município de Cansanção também, porque beira o açude de Jacurici. E a adutora de Ponto Novo atenderia à sede do município de Itiúba e ao povoado de Picos. Com isso, ficaria uma situação muito mais tranquila para o governo do Estado, para despesa que a Embasa estava tendo com a purificação da água do açude de Itiúba. O povo ficaria satisfeito, inclusive, a Associação dos Pescadores da região de Cansanção e do município de Itiúba.

Eu pediria a V.Ex^{as}, que tiveram votos nos municípios de Itiúba, Cansanção e Ponto Novo que têm mais prestígio que eu com o secretário da Infraestrutura, que é o presidente da Embasa, que intercedessem para que não houvesse mais um erro e a

população daquela região fosse prejudicada. Sei que o atendimento a V.Ex^{as} será mais rápido, faço, aqui uma reivindicação aos parlamentares que são bem votados naqueles municípios.

Espero que o governo não venha a errar, como errou no passado, e corrija. Já que há uma adutora praticamente pronta e o povo daquela região tem telefonado a todo minuto, a todo tempo. Inclusive a gerência do DNOCS dos municípios de Itiúba e Cansanção me pediram que encaminhasse, através da Assembleia Legislativa, que é o palanque que temos à disposição aqui, o plenário da Casa. E como o deputado Paulo Rangel, do PT, é o mais votado naquele município, e V.Ex^a é o segundo, nada mais justo, mais viável e mais pertinente que V.Ex^{as} encaminhem esse pleito justo daqueles trabalhadores e dos pescadores que estão ali à margem do açude de Jacurici.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, realmente é mais um dia extenso de muito trabalho por parte desta Casa. O governo que sempre aparece nos últimos momentos para aprovar o seu “pacotão” de final de ano, este ano traz também mais uma série de projetos para serem aprovados. São projetos que solicitam a permissão dos parlamentares desta Assembleia Legislativa de mais e cada vez mais bilhões de reais para cobrir o rombo causado por uma administração desastrosa. Administração essa que perdeu, de fato, o controle da sua gestão, porque já foram tomados alguns bilhões de reais na atual administração.

Essa mesma administração coloca a Bahia num cenário crítico. A Bahia que foi eleita e deveria estar entre os melhores estados do País, ficou em décimo nono lugar no ranking do Ibope. Infelizmente, Srs. Deputados, essa é a triste realidade do nosso Estado. Se observarmos a questão da Saúde, como aqui já foi dito. Vários hospitais regionais, deputado Vando, estão sem ter condição de atender a quem mais precisa, funcionando apenas na parte emergencial. Imagine V.Ex^a uma pessoa se deslocar até o hospital precisando de atendimento médico e não encontrar, o que deveria ser uma obrigação, um dever do Estado, esse atendimento, nesse hospital, não há médicos para que ele possa ser atendido. E podemos observar que na proposta orçamentária enviada para esta Assembleia houve uma redução de recursos na pasta da Saúde.

O nosso Estado precisa de muitas obras de infraestrutura. E se observarmos a previsão orçamentária enviada para este Parlamento, veremos que houve também um corte de quase 2/3. E aí por todo o tempo verificamos que o atual governo vem encontrando formas de creditar para si empréstimos e adiantamentos que já ultrapassaram mais de 14 bilhões de reais. E não temos condição de observar onde foi feito esse investimento porque, de fato, não houve uma grande obra de relevância no atual governo.

Temos que passar a noite inteira a ouvir o Líder do Governo dizer que se compararmos esse governo com o governo passado vamos encontrar uma grande

diferença. A diferença maior que podemos encontrar entre esse governo e os demais governos é na questão da segurança pública. Em 7 anos de governo do PT, morreram mais pessoas no Estado da Bahia do que nos 26 anos anteriores.

São essas comparações que nos levam a crer que o povo da Bahia não vai aguentar mais, a partir de 2014, mais 4 anos de um governo que não se cansa de pedir empréstimos, que não se cansa de pedir adiantamentos, que não se cansa de negar à Oposição o direito de saber para onde vai tanto dinheiro. Triste é a realidade dos baianos que hoje têm um governo que de forma irresponsável usa o nosso recurso.

Vamos ficar na expectativa de que, a partir de 2015, o governo do Estado da Bahia possa ter uma administração parecida com a que têm hoje os soteropolitanos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Augusto Castro pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa por 2 minutos e meio, aos quais tenho direito na forma regimental, para reiterar os pronunciamentos feitos pela Oposição e por mim nesta Casa, deputado J.Carlos.

O governo é ausente em várias regiões do Estado da Bahia. Citei aqui, deputado J. Carlos, V.Ex^a que obteve em Itabuna quase 6 mil votos. Das promessas ali realizadas pelo governo da Bahia, através do seu governador Jaques Wagner, como a duplicação, UPA, ali realizada também via parceria com o governo federal o aeroporto internacional de Ilhéus, a barragem do rio Colônia.

E o governo agora vem a esta Casa, já encerrando as atividades legislativas, aguardando aqui para ser votado, deputado Vando, grande deputado da região de Euclides da Cunha e Monte Santo, deputado que deveria permanecer na oposição para poder aqui discutir, debater os problemas do nosso Estado, que sei que V.Ex^a debate com muita propriedade.

Mas o governo vem a esta Casa pedir um cheque em branco, um empréstimo. Na verdade, o governo pede uma antecipação de Receita Orçamentária no valor de R\$1 bilhão e cem milhões até o ano de 2018 sem dizer aonde vai gastar esses recursos. Temos discussões de todas as partes. Os deputados colocaram emendas a esse projeto do governo estadual que veio a esta Casa. A preocupação de todos os deputados desta Casa é com a Bahia. E a Oposição cobra de forma muito clara essa posição do governo do Estado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, mais uma vez subo a esta tribuna, agora para fazer encaminhamento do projeto. Mas, em momento anterior, fiz um pronunciamento falando a respeito do

quanto o governo tem gasto com propaganda. Essa tem sido uma prática agora não somente do governo do Estado, mas das prefeituras onde o Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições para prefeito. Só que é muito diferente gastar com propaganda no governo do Estado, no Estado como um todo, de gastar nas prefeituras. Por quê? Porque no Estado a propaganda consegue maquiar com mais facilidade, nos municípios não. Porque as pessoas vivem ali o dia a dia e sabem as dificuldades que estão enfrentando seja na área da saúde, da segurança pública, seja nas estradas vicinais.

Então, o que quero dizer é que o governo tem esse tipo de comportamento. E é uma linha do Partido dos Trabalhadores, parece que há uma cartilha pronta distribuída entre os prefeitos, entre aqueles que detêm o mandato. Existe um ensinamento do Partido dos Trabalhadores para que haja esse tipo de ação. Mas tenho certeza que a eficiência da propaganda do Estado foi comprovada na eleição passada, mas nos municípios não vai ser da mesma forma. A revolta é muito grande por parte das pessoas que vivem nesses municípios que são administrados pelo Partido dos Trabalhadores.

Então, fica aqui o meu registro. Um registro da indignação por parte das pessoas que vivem nos municípios que, hoje, são governados por prefeitos filiados ao Partido dos Trabalhadores. Mas vamos passar praticamente a noite inteira aqui, primeiro porque o governo deixou de cumprir acordos anteriores em benefício da própria população. Não é acordo para beneficiar deputado, nunca foi essa a intenção. Os deputados fizeram acordos anteriores para liberar recursos para municípios da nossa base.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento. Em votação o projeto de lei nº 20. 620/2013, de procedência do Poder Executivo, que altera o art. 1º da lei nº 12.627, de 28 de dezembro de 2012.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 20.620/2013

Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 12.627, de 28 de dezembro de 2012.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - O § 1º do art. 1º da Lei nº 12.627, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art.1º**.....
.....

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se à viabilização de investimentos previstos no Orçamento do Estado nas áreas de Segurança Pública e Prisional; Ciência, Tecnologia e Inovação; Saúde; Mobilidade Urbana e Infraestrutura e serão aplicados exclusivamente em despesas de capital.

.....
.....”
.....

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de dezembro de 2013.

Deputado Euclides Fernandes
Relator

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente V.Ex^a colocou em votação o referido projeto e gostaria que procedesse a uma verificação de quórum de votação da referida matéria.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender ao pedido de verificação de quórum do deputado Paulo Azi, que V.Ex^a conte o tempo regimental de 25 minutos e que os nossos deputados compareçam ao Plenário para atestar vossas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, há um pedido de quórum de votação. Zerem o painel, marquem os 25 minutos. Os Srs. Deputados que queiram votar, marquem as suas presenças. Quórum de votação do primeiro projeto. É o projeto de lei nº 20.620/2013 de procedência do Poder Executivo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a marcasse, atendendo a um pedido de quórum, os 25 minutos e chamar aqui os deputados e deputadas que estejam no cafezinho, nos gabinetes para que possam se fazer presentes e votarmos esse projeto de interesse da sociedade baiana e que possamos dotar o governo do Estado da infraestrutura necessária.

Quero chamar os deputados e deputadas que se façam presentes para que possamos dar continuidade a esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

Estão faltando marcar as presenças os deputados Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Gilberto Santana, Euclides Fernandes, deputada Fátima Nunes; deputados Gaban, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, deputada Kelly Magalhães; deputados Luciano Simões, Luiz Augusto, deputadas Luiza Maia, Neusa Cadore; deputado Paulo Azi, marque a presença, por favor; deputados Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Yulo Oiticica.

Srs. Deputados, quórum de votação. Faltam marcar as presenças os deputados Tom Araújo, Targino Machado, Sidelvan Nóbrega, Sandro Régis, Ronaldo Carletto, Rogério Andrade; deputadas Neusa Cadore, Luiza Maia; deputados Luiz Augusto, Luciano Simões, João Carlos Bacelar, Álvaro Gomes, João Bonfim, Gaban, deputada Fátima Nunes; deputados Carlos Ubaldino, Capitão Tadeu, Augusto Castro.

Já tem quórum de votação. Em votação. Como recomenda a sua Bancada, deputado Paulo Azi?

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, vamos liberar a Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Paulo Azi libera a sua Bancada. Como recomenda a sua Bancada, deputado Carlos Brasileiro?

O Sr. Carlos Brasileiro:- Recomenda sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quer votar com a base do governo, vota sim; quem quer seguir a orientação do deputado Paulo Azi, está liberado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, votação. Falta votarem os deputados Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Angelo Coronel, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Ubaldino, Gaban, Ivana Bastos, João Carlos Bacelar, Jurandy Oliveira, Luiza Maia, Zé Neto e Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel. O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, infelizmente eu, mexendo aqui na máquina, terminei cometendo erro. Quero retificar meu voto. Voto sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro de V.Exª. O deputado Paulo Rangel diz que vota sim. Como o voto é aberto, registro o seu como sim.

Ele está corrigindo antes de se apresentar o resultado. No Congresso Nacional é assim. É normal. O voto do deputado Paulo Rangel é sim.

Vou encerrar a votação. Faltam votar os deputados Aderbal Fulco Caldas, Bruno Reis, Carlos Brasileiro, Gaban, João Carlos Bacelar, Jurandy Oliveira e Targino Machado. Vou encerrar a votação. Encerrada.

Deputado Paulo Rangel, V.Exª votou sim. Está registrado sim.

Resultado: 48 sim e 1 não. Aprovado.

Portanto, está aprovado o projeto. Ele vai para S.Exª o Governador Jaques

Wagner sancionar.

Próximo. Projeto de lei nº 20.595/2013, que institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo a deputada Ângela Sousa para ler o parecer, relatando o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo a deputada Ângela Sousa para relatar o projeto.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 20.595/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema estadual de Turismo e dá outras providências'.*

Apresenta, à apreciação da Assembléia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, instituindo a Política e o Sistema Estadual de Turismo.

A proposição reveste-se de grande importância para a Bahia, 'já que objetiva implementar, formalmente, a Política Estadual de Turismo, instrumento essencial e imprescindível para orientar o desenvolvimento do turismo no Estado de forma sustentável, planejada e organizada' conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que a medida “demonstra-se ainda mais importante tendo em vista o que dispõe a Política Nacional de Turismo, que inaugurou as condições necessárias para o desenvolvimento de ações capazes de equilibrar a proteção ao meio ambiente, o seu uso economicamente sustentável, com respeito aos costumes regionais, viabilizando grandes avanços na inclusão social e na distribuição da riqueza.'

O projeto estabelece as definições, os princípios, objetivos e instrumentos da Política Estadual de Turismo e determina as competências da Secretaria de Turismo na coordenação e monitoramento das ações, bem como da Empresa de Turismo da Bahia – BAHIAATURSA, à qual caberá “coordenar e executar a política de fomento ao turismo no âmbito estadual, em consonância com as diretrizes governamentais, pautada em política de marketing voltada para o desenvolvimento do turismo”. Prevê, ainda, no seu art. 8º, os seguintes eixos estratégicos de atuação: I – gestão e fomento ao turismo estadual; II – desenvolvimento de destinos turísticos; III - promoção e apoio à comercialização; IV – regulamentação e fiscalização da atividade turística.

Importante também registrar a participação dos Conselhos Municipais de Turismo, já existentes ou que venham a ser criados, aos quais “caberá a elaboração e acompanhamento das políticas públicas para o turismo no âmbito do município de forma integrada com a Secretaria Municipal de Turismo”, segundo dispõe o art. 37

da proposição, que institui ainda, no seu art. 38, a Câmara Estadual de Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo, “instância de caráter consultivo, formada por Secretários de Estado e agentes públicos responsáveis pela gestão pública do turismo nos municípios turísticos da Bahia, com a finalidade de promover a articulação dos municípios baianos para execução de políticas do turismo, incorporando as demandas municipais e das zonas turísticas.”

O projeto prevê ainda a criação do Sistema Estadual de Turismo, composto dos seguintes órgãos, entidades e instâncias da governança: Conselho Estadual de Turismo - CONTUR; Secretaria de Turismo - SETUR; Empresa de Turismo da Bahia S.A. - BAHIAATURSA; Fórum Estadual de Turismo; Câmaras das Zonas Turísticas; Conselhos Municipais de Turismo; Câmara Estadual de Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo.

Outra medida importante é a criação do Conselho Estadual de Turismo, vinculado à SETUR, de caráter consultivo e propositivo, com a finalidade de propor ações e oferecer subsídios para a formulação da Política Estadual de Turismo, bem como apoiar sua execução, de acordo com o estabelecido em lei. O Conselho compõe-se de 28 membros titulares e igual número de suplentes, sendo 10 representantes de órgãos estaduais, 1 representante dos bancos e agências de desenvolvimento, 1 representante da União dos Municípios da Bahia - UPB, 1 representante da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e 11 representantes do setor empresarial e profissional, envolvendo empresas de eventos, guias de turismo, agências de viagens, indústria de hotéis, etc.

Trata-se, enfim, de matéria de grande importância para a Bahia, que passa a implantar uma efetiva Política Estadual de Turismo, em consonância com a Lei Federal nº 11.717/2008, com o objetivo de “implementar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento, fiscalização e estímulo ao setor turístico, bem como disciplinar a prestação de serviços turísticos”, conforme disposto no art. 1º do projeto.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 26 de dezembro de 2013.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer da nobre deputada Ângela Sousa no âmbito das comissões.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson. O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro presidente Marcelo Nilo, solicito no âmbito das comissões a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Comissão de Constituição e Justiça,

quórum de votação. Marquem 15 minutos. (Verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça)

Presentes: 5.

Próxima comissão, Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(Verificação de quórum no âmbito da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

Presentes: 5.

Próxima comissão, Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(Verificação de quórum no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Presentes: 7. Há quórum.

Próxima comissão, Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho. (Verificação de quórum no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho)

Há quórum.

Próxima Comissão. Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. (Verificação de quórum no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há quórum.

Em votação, no âmbito das Comissões, o Projeto de Lei nº 20.595/2013. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Para discutir o projeto no Plenário, o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caríssimo Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, colegas da imprensa, amigos das Galerias Paulo Jackson, estamos na torcida e vamos chegar lá para aprovar esse projeto tão importante.

Hoje, lendo a Coluna Tempo Presente do Jornal A Tarde, escrita pelo jornalista Donaldson Gomes, vi uma nota interessante. Diz o Jornalista na Coluna Tempo Presente, provavelmente tirando as férias de Levi Vasconcelos:

(Lê) “O líder do governo na Assembléia Legislativa, Zé Neto (PT) diz que a base de apoio ao governador Jaques Wagner está indo para a sessão extraordinária de hoje, às 9 horas, disposta a negociar com a oposição para tentar concluir pauta de votações deste ano. Não tem segredo, vamos dialogar muito. A oposição está no papel dela. Vamos fazer o nosso, ter paciência e tentar chegar a um acordo – diz.

Ele não quis adiantar, mas garante ter um “bom espaço para diálogo.

Ou seja, para fazer a pauta andar, pode pintar algum projeto de interesse da oposição, que o governo vinha segurando.

Se governo e oposição não chegarem a um acordo hoje, o ano legislativo vai se

prolongar por janeiro de 2014.”

Quero dizer o seguinte: o deputado Zé Neto em nenhum momento se mostrou apto, disposto ao diálogo. Ele quer usar a força, ele quer esturpar a Oposição. É no grito, no ferrão, na imposição. Não vai conseguir de jeito nenhum! Quanto ao diálogo, que diálogo? Que diálogo? Toda hora ele chega e impõe! A coisa não vai se resolver dessa forma, ou ele se recicla, se reeduca para o debate, para o diálogo, ou, então, nada feito. Não é projeto A, B ou C que vai fazer com que venhamos a mudar a nossa postura e a nossa conduta.

O que nós queremos é que a coisa venha a fluir, é que os projetos sejam aprovados... Há pouco eu votei no projeto do governo, a Oposição votou! Votamos sim pelo empréstimo. Isso é má vontade? Não! Estamos ajudando o governo do Estado, que está com a cuia na mão, que está numa situação de penúria, de lástima! Esta Casa, praticamente por unanimidade, aprovou o projeto de empréstimo. Não joguem pedras na Oposição, sob o pretexto de estar dificultando a vida do governo, pois votamos a favor. Agora, como bem disse o deputado Rosemberg Pinto, esta Casa tem um regramento. Como é que o governo, de última hora, quer aprovar o Orçamento do Estado sem um debate?

Vou perguntar a algum deputado da Oposição ou do próprio governo se já sabe quem será o relator do projeto do Orçamento?

Deputado J. Carlos, sabe quem é o relator do orçamento? É V.Ex^a? Então, parabéns!

O Sr. J. Carlos:- Não sou eu.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Não é V.Ex^a. O deputado J. Carlos não sabe quem é o relator do Orçamento.

Deputado Capitão Tadeu, V.Ex^a que é um deputado bem informado, enfronhado nesta Casa, já sabe quem é o relator do projeto do Orçamento?

O Sr. Capitão Tadeu:- Não sei.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O deputado Capitão Tadeu não sabe.

O Orçamento do Estado! Estamos no dia 26 de dezembro de 2013 e a Casa não sabe quem é o relator do Orçamento para vigorar em 2014. É, realmente, dar pouca importância a esta Casa. Parece que tem uma luz no fim do túnel.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Nada está perdido.

O deputado Adolfo Viana parece que tem uma notícia em primeira mão. Como Líder do nosso Bloco, ele já vai anunciar quem é o relator do Orçamento? Fico ávido para saber quem é esse relator. Parece que a Base governista ainda não sabe.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Carlos Geilson, também não sei quem será o relator do Orçamento.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Não frustre a minha expectativa!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a perguntou à Base do governo e ela, mais uma vez, silenciou.

Quero saber se eles já tiveram, pelo menos, a condição de avaliar esse

Orçamento. De fato, dei uma olhada, V.Exª também, e há coisas ali que nos deixam muito preocupados: como as reduções nos orçamentos da Secretaria de Infraestrutura e da Secretaria da Saúde. E a saúde, de fato, não vai nada bem, haja vista que vários hospitais regionais encontram-se com problemas por falta de repasse do governo do Estado da Bahia.

Então, eles não sabem quem será o relator do Orçamento de 2014. Mas será que concordam com aquilo que foi encaminhado para esta Casa?

Eu fiquei muito preocupado e acho que muita coisa precisa mudar para que a gente não continue a ter um Estado com tantas necessidades.

Espero que a Base do governo, que se omite de ocupar esta tribuna para fazer a devida defesa do governo, faça uma avaliação minuciosa do Orçamento que foi encaminhado a esta Casa, porque existem cortes que irão piorar uma situação que já é bastante crítica para o Estado da Bahia.

Agradeço a V.Exª pelo aparte.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro deputado Adolfo Viana, menino que está fazendo o maior sucesso na região de Juazeiro, Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes... Ele está disputando com...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ele vai disputar com o deputado Paulo Rangel.

O Sr. CARLOS GEILSON:- O deputado Paulo Rangel vai ceder um espaço para o nosso querido Adolfo Viana, que disputa com nosso querido Augustinho o coração de João Gualberto em Mata de São João.

Bom! V.Exª não me disse se sabe quem é o relator. Mas parece que o deputado Luciano Simões, veterano, raposa felpuda da política baiana, sabe quem será o relator do Orçamento.

Será que é aquele homem que está recauchutado? Será ele?

O Sr. Luciano Simões:- Um aparte, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Um dos recauchutados. Ou Paulo Câmara ou o novo recauchutado. Paulo Câmara foi recauchutado há 2 anos. Então, esse Orçamento, com certeza, também será recauchutado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Para pior, não é?

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Carlos Geilson, estamos no dia 26 de dezembro e não se conhece publicamente as emendas ao Orçamento e não se conhece o relator. Estamos em vias da Oposição ver, praticamente, ser estuprado o Regimento desta Casa e ser aprovado o Orçamento.

V.Exª, outro dia, dessa tribuna, denominou os membros da Bancada do governo de deputados-lagartixa. Mas, num caso como esse, trata-se do Orçamento do Estado, trata-se de emendas que não foram publicadas, trata-se do maior projeto do Estado, que não tem relator, não seria lagartixa. V.Exª acha que está mais para camaleão ou teiú, nesse caso? Porque se trata do maior projeto em tramitação no Legislativo baiano.

Creio que a bancada dos teiús ou camaleões, como V.Exª já quis considerar o nosso Líder do governo pelas mudanças de posições que ele teve nesses últimos 10

anos, que é realmente de uma clareza de doer nos olhos a mudança de pele, a mudança de cor, a mudança de opinião e tudo que é tipo de mudança que se pode considerar em um político mutante. Então, queria que V.Ex^a considerasse lagartixa, camaleão ou teiú, se for o caso, a Bancada governista.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro deputado Luciano Simões, o que vemos é uma Bancada que está acuada. A Bancada do governo está literalmente acuada. O Líder do governo já deu voz de comando e a Bancada está aqui caladinha, quietinha, esperando a hora de dar o voto. Sei que muitos deputados governistas, Gaban, querem falar. Eles têm conteúdo e podem enriquecer o debate.

Ouçó aqui a Bancada da Oposição se pronunciar, e a Bancada governista silente, calada. Deputado Zé Neto, permita que pelo menos um membro da sua Bancada se pronuncie. Usar a força, passar por cima do Regimento, não é novidade; ameaças, também não. Pelo amor de Deus. É um governo sem compostura, que não debate, que foge do diálogo.

Vamos, na nossa linha, na nossa vertente, convocar a deputada Luiza Maia para subir a esta tribuna. Uma mulher combativa, aguerrida, de posicionamento, e que está agoniada, porque ela foi forjada nas lutas, nos embates. Quando foi que se viu e se ouviu uma situação dessas: apenas a Oposição se pronunciando e a deputada Luiza Maia calada? Isso está lhe agonizando, ela está incomodada. Ela também quer subir a esta tribuna para falar, e tem todo o direito, deputado Zé Neto. Permita que a sua liderada se pronuncie. Permita que ela venha aqui à tribuna dar a sua opinião, porque ela tem conteúdo, foi vereadora lá em Camaçari, foi presidente da Câmara, primeira-dama daquela cidade. Então, ela tem conteúdo e pode perfeitamente enriquecer, quem sabe, a nós, da Oposição, que estamos a esta hora, desde as 9h45min. Quem sabe se não será um pronunciamento da deputada Luiza Maia...

O Sr. Luciano Simões:(...) para fazer jus ao troféu Destaque Parlamentar que recebeu. Como é que um parlamentar recebe um troféu da imprensa e fica mudo durante dez sessões? Então, alguém tem que representar contra esse parlamentar no Comitê de Imprensa. Não pode.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Precisa justificar o prêmio que recebeu.

Quero ver o deputado Carlos Ricardo Gaban, que está dando um show, hoje, na Liderança da Oposição, debater com a deputada. V.Ex^a, deputado Gaban, que é um político aguerrido, teria em Luiza Maia o seu contraponto hoje. Ela está aqui agoniada. Que conselho V.Ex^a dá a essa liderança política de Camaçari, que, hoje, foi acuada pelo Líder e proibida de falar? Ouço-o com muito prazer.

O Sr. Gaban:- Acho que, no mínimo, constrangida. É difícil, minha querida amiga deputada, que também foi premiada pela imprensa, justificar um final de ano... Depois que foi premiada, calou-se a voz dela. Parece que ela se inibiu com a premiação que a imprensa lhe deu. Calou-se a sua voz. O nosso ex-deputado e colega Caetano deve estar louco da vida: “Como é que a minha mulher, depois de receber a premiação, calou-se, 'quetou-se' ?!”, como diz o outro. Mas é difícil. Sabe por quê, meu caro deputado Carlos Geilson? Porque os deputados do governo, acho que estimulados pelo deputado Sandro Régis, começaram a ver o Orçamento que está

nesta Casa para ser aprovado e o investimento previsto. Reduziu em tudo! O governo está preocupado apenas em regularizar as contas dele. Não há, praticamente, investimento do governo.

Na área da Infraestrutura, há uma queda de mais de 200% em investimentos. Na da Cultura, em plena Copa do Mundo, mais de 30%. E assim por diante. Então, é um negócio de assustar. Só houve um aumento na área da Educação porque existe a Lei de Responsabilidade Fiscal que o governador tem de cumprir, senão suas contas são reprovadas. No resto, é arrecadar, como é exemplo este projeto aqui escorchante, um presente de fim de ano para a população da Bahia: mais uma taxa que se está cobrando de todos os segmentos para botá-la na Secretaria da Saúde, que deve mais de 200 milhões, segundo o processo que deu entrada no Ministério Público. Deve mais de 200 milhões, e não paga! Quem vai pagar é a população com essa nova taxa.

O governo, que quer fazer tudo de maneira açodada, como acontece com todos os projetos que vêm para cá, no ano passado aprovou aquela taxa de combate a incêndios, aquele projeto inconstitucional dos bombeiros. Iam agora querer regulamentar, cobrar taxa criada por um projeto que era inconstitucional. Nós ameaçamos entrar com uma Adin, porque como é que você vai cobrar uma taxa embutida num projeto inconstitucional? O governo sentou com os empresários, negociou com eles, fez o que fez, e não chamou a Oposição.

Sabe o que está acontecendo, deputado Carlos Geilson? Erraram, o relatório foi mal redigido. O projeto do governo está todo comprometido. Aquele que foi aprovado aqui, discutido com os empresários, não será cumprido. Aí, sabe o que ele faz? Vem propor que eu permita, em nome da Oposição, que se dê uma ajeitada no projeto para que possa ser cobrada a taxa da forma como ele acordou com os empresários. Não vai, não vai, porque não vamos concordar com isso! Eu falei: “Mande outro projeto.” Só que eles não têm prazo para mandar outro projeto para corrigir o erro do erro. Olhe que governo: corrigir o erro do erro! Esse é o governo, essa é a falta de gestão. Não discutem, não pegam a nossa contribuição e ficam errando um dia após outro. Então, o governo vai pagar o ônus. Eles estão pagando o ônus do que discutiram com os empresários, e não conosco. Os empresários daqui a pouco virão todos doidos aqui, e sabem o que vou dizer? “Vocês procuraram o governo, mas não procuraram a Oposição. Então, peçam que o governo resolva seu pepino.” E assim será. Portanto, é dessa forma que a minha querida deputada, que teve a honra junto comigo de receber o prêmio, tem de ficar calada. Vai abrir a boca para falar o quê? Falar o quê? Não tem o que falar. Vai defender que o governo está botando mais uma tributação em cima da população para dar dinheiro para a Secretaria da Saúde pagar os débitos? O que ela vai fazer na hora em que virem o Orçamento, virem que o investimento em todas as Secretarias cairá drasticamente no ano que vem, virem que não vai haver obras?! Quero ver quem da base governista vai chegar às suas bases sem ter o que oferecer! A grande vantagem que se tem em ser dela são os benefícios em termos de obras e investimentos do governo. Como não existem, aí, meu irmão, é hora de lembrar o nosso tempo, e a população já está reconhecendo isso. É por essa razão que os nossos candidatos estão despontando em

todas as pesquisas.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado, deputado Gaban.

Quero encerrar o meu pronunciamento e abordar um projeto que está nesta Casa: o da PEC do Orçamento Impositivo. Acho que já está na hora da sua aprovação, porque vai dar autonomia aos deputados. Chega de deputado ficar mendigando, implorando que o governo libere uma coisinha lá, um tratorzinho, uma ambulanzinha. E de parlamentares ficarem aqui o tempo todo. Aí vem o projeto... Se não votarem a favor, aquela ambulância lá... É que se pedir a César Lisboa não sai. É ameaça em cima de ameaça. E o Orçamento Impositivo vai dar autonomia aos deputados e vai diminuir essa cooptação. Porque tem deputado que vai para o governo no sonho, na esperança de ter alguma coisa para dar as suas bases, mas o Orçamento Impositivo vai dar mais autonomia. Não é que o governo não vai continuar cooptando ou tentando cooptar, mas a situação vai ficar mais complicada na medida em que o parlamentar tenha um percentual para mandar para as suas bases, para as cidades onde ele é mais votado. É por isso que defendemos o Orçamento Impositivo, que já passou na Câmara Federal, em outras assembleias. Aqui nós não estamos barganhando nada, não. Não queremos barganha, queremos que o Orçamento seja aprovado e que o parlamentar, em vez de ficar pedindo pelo amor de Deus a César Lisboa... Inclusive deputados da base governista tenham o que mandar, fazem a rubrica, botam no Orçamento, mandam para sua cidade, para a sua base sem ficar tomando aquele “chá de cadeira” e ouvindo “esporro” do secretário César Lisboa. Porque tem deputado que, quando vai falar com o secretário César Lisboa, toma Lexotan, toma esse ou aquele remédio para ficar calmo, porque o secretário joga duro. E é uma coisa que é direito do parlamentar!

Portanto, acho que esta Casa, ao votar o Orçamento impositivo, terá uma autonomia e vai melhorar com certeza, diminuindo essa subserviência de alguns parlamentares com relação ao Poder central.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, que agora informa que permutou com o deputado Tom Araújo.

Com a palavra o deputado Tom Araújo.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente Álvaro Gomes, deputados e deputadas, imprensa aqui presente, houve um engano com relação a quem ia falar antes ou depois. É porque o deputado Sandro Régis foi o primeiro a se inscrever, eu fui o segundo e o deputado Carlos Geilson o terceiro, mas o deputado Sandro Régis permutou com o deputado Carlos Geilson.

Quero aqui, mais uma vez, nesta tribuna, falar um pouco a respeito do que vem acontecendo no governo do Estado. O governo do PT reclamou a vida inteira de privatização. Não aceitava privatização. Na verdade não aceitava nenhuma. Foi a discussão, inclusive, que se utilizava contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E aí o nosso Líder, o Líder do governo, deputado Zé Neto, passar aqui na tribuna e dizer “isso era no passado, isso era no passado”. Então, V.Ex^a admite que o

PT muda de acordo com o andar da carruagem. Essas privatizações foram questionadas quando o ex-governador Paulo Souto privatizou o acesso à Linha Verde, mas quando entra no governo a história não é igual. É diferente porque o governo do PT copia o que critica e aumenta ainda mais. Por exemplo: foram treze praças de pedágios construídas neste governo do PT.

O governo federal, por exemplo, em 2013, concedeu 3,3 mil quilômetros de estradas para a iniciativa privada. E, agora, o número pode subir para 4,25 mil quilômetros em um leilão onde vai aumentar 936 quilômetros, ou seja, cobrando das pessoas, cada vez mais, uma responsabilidade que deveria ser do estado. Aliás, não tão somente do estado, pois acho que deveria haver um consenso, na verdade, o bom senso. As privatizações devem, sim, acontecer no limite aceitável, onde as pessoas não sejam tão penalizadas. Mas se esta é a receita, que a população sofra e sofra cada vez mais!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana. Está concedido o aparte a V.Ex^a, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Tom Araújo, V.Ex^a é um grande parlamentar e ocupa, mais uma vez, a tribuna nesta longa sessão.

Eu, deputado Tom, tenho certeza de que esta sessão ainda vai-se perdurar por muito tempo. Digo isso porque os assuntos debatidos, hoje, são de grande importância. É uma pena que não estejamos aqui com a oportunidade de estarmos discutindo, de fato, com esta grande Bancada governista.

Digo isso porque a Bancada governista tem três vezes o número de deputados que tem a Bancada de Oposição que está aqui a fazer o seu trabalho, a discutir os projetos encaminhados pelo Poder Executivo.

E, aí, queria, deputado Tom, fazer um parêntese. Acho que esta Casa devia ter, também, a capacidade de votar os projetos do Poder Legislativo. São muitos os projetos que temos aqui e projetos que iriam, sem sombra de dúvida, ajudar o estado da Bahia em várias situações que ele se encontra hoje.

Na questão da segurança pública, por exemplo, deputado Tom, se fossem votados os projetos dos deputados, tenho certeza de que iríamos dificultar as ações do crime organizado.

Há muitos projetos na área da saúde. O deputado Alan Sanches, que está aí ao seu lado, é médico e defensor da causa. Ele deveria, também, pegar o Orçamento do Estado, deputado Alan, V.Ex^a que é médico e milita na área, principalmente aqui na capital, e observar que está havendo um corte na Secretaria da Saúde por parte de um Orçamento que foi encaminhado a este Poder.

Acho que deveríamos, aqui, discutir e aprofundar o assunto para tentarmos, juntos, encontrar soluções para esses problemas todos que são gravíssimos. Imagine V.Ex^a que, hoje, existem vários hospitais regionais com problemas, sem falar das menores cidades que têm os seus hospitais geridos pelo governo e estão fechados.

Posso citar aqui o exemplo da cidade de Sobradinho. O secretário Jorge Solla esteve lá e prometeu que o hospital seria reaberto desde o ano passado. No entanto,

não aconteceu essa reabertura. As pessoas estão lá na expectativa de voltarem a ter, pelo menos, a oportunidade de ver os seus filhos nascerem em sua cidade. A gente observa que, praticamente, em todas as secretarias, houve um corte significativo. Por outro lado, a gente observa, também, que houve um incremento na parte da publicidade do estado.

Será que a população baiana está satisfeita com este Orçamento encaminhado para este Poder? Não sei. Eu, como parlamentar, estou defendendo uma mudança, porque entendo que os principais problemas do estado da Bahia não estão sendo contemplados pelo Executivo no que diz respeito ao Orçamento enviado a esta Casa.

Então, deputado Tom, este governo deixa claro, para nós, que não tem a capacidade de tirar o estado da Bahia do problema em que se encontra. Vejam, e não será tomando mais empréstimos e encontrando mais formas de se conseguir recursos que eles vão conseguir mudar o estado da Bahia. O que falta a eles é capacidade de gestão.

E o prefeito ACM Neto recebeu a Prefeitura de Salvador de uma forma muito pior do que está o Estado da Bahia, mas teve a capacidade de mudar porque colocou gente capacitada, competente para ocupar os cargos importantes do governo.

Então, fica a minha vontade de ouvir a voz da Bancada da Maioria em defesa de um governo que encaminha uma proposta orçamentária para o ano de 2014 que, no meu modo de ver, deixa muito a desejar.

Muito obrigado.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Agradeço ao deputado Adolfo Viana.

Mas quero complementar o que dizia anteriormente a respeito das estradas que a cada dia se estão deteriorando em nosso Estado. Sabemos que as chuvas chegaram, mas a malha rodoviária do Estado já vinha sendo degradada muito antes.

Por exemplo: a estrada que vai de Nazaré das Farinhas até o Município de Valença está totalmente esburacada. Inclusive, nela aconteceu um acidente envolvendo o presidente do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Everaldo Anunciação. Felizmente, não aconteceu o pior. Ficamos felizes por isso. Houve uma colisão entre a camionete em que estava o presidente do Partido dos Trabalhadores...

(Um deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. TOM ARAÚJO:- Não, não recorro o dia, mas foi noticiado pela imprensa. Não houve feridos graves, mas um dos ocupantes do outro veículo, a Saveiro que bateu contra o carro do presidente do Partido dos Trabalhadores, sofreu fratura numa perna. Fica o meu registro, deputado Rosemberg Pinto, para que V.Ex^a, que deve ser votado no Baixo Sul, na região de Valença, possa pesquisar e pedir celeridade por parte do governo na reconstrução dessa estrada entre Valença e Nazaré das Farinhas. Então, peço a V.Ex^a, que é um homem sensível, que solicite ao governo celeridade na reconstrução daquela estrada que causa transtornos, porque ela vai ter um aumento considerável de tráfego devido ao turismo na Bahia por conta da Copa que está chegando.

Mas quero, aqui, complementar que na propaganda sobre as estradas praticamente não existe problema. A propaganda é muito bem feita, e feita com

eficiência. Só para vocês terem uma ideia, o governo do Estado tinha um orçamento de R\$ 139 milhões e houve um aumento de R\$ 60 milhões para propaganda em 2014. Em 2007, o governo do Estado gastou com propaganda R\$ 37 milhões; em 2008, pulou de R\$ 37 milhões para R\$ 65 milhões; em 2009, passou para R\$ 129 milhões; em 2010, 109 milhões; em 2011, R\$ 122 milhões; em 2012, R\$ 161 milhões. Então, esse aumento é gradativo, a cada dia aumenta mais, para tentar enganar a população da Bahia.

Mas quero, deputado Gaban, aqui, neste momento, falar com V.Ex^a. Ouvi em alguns momentos, pelos corredores desta Casa, que o governador Jaques Wagner é um homem extremamente democrático, porque permitiu que V.Ex^a voltasse a esta Casa para fazer Oposição a seu governo.

Quero deixar muito claro que, pelo que conheço de política, quem coloca os deputados aqui são os eleitores. Então, não foi o governador Jaques Wagner que trouxe V.Ex^a para cá, foram os eleitores que o escolheram em 2010. V.Ex^a era suplente e o deputado Gildásio Penedo foi ser conselheiro no Tribunal de Contas do Estado.

Então, gostaria, inclusive, deputado Gaban, de que V.Ex^a se posicionasse com relação a esse assunto. Tenho certeza de que V.Ex^a, hoje, aqui, na Oposição, é um homem que faz com que a Oposição se sinta viva. Por quê? Porque V.Ex^a é um homem inteligente e consegue fazer oposição com coerência ao trazer os mais importantes assuntos de nosso estado para esta Casa, a fim de que venhamos discutir.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO:- Mas eu quero, aqui, neste momento, também, falar ao deputado Luciano Simões. Deputado, V.Ex^a, na semana passada, foi citado nesta tribuna. Eu não estava presente. Inclusive eu gostaria de lembrar que citar um deputado, que se encontra ausente do Plenário, é até mesmo ousadia por parte do parlamentar que o cita da tribuna, pois, assim, não permite que o deputado citado possa se defender em face de sua ausência. E eu citava, aqui, os discursos de V.Ex^a, deputado Luciano Simões, com relação aos recursos que as ONGs recebem pelo estado afora. Já ouvi isso várias vezes. Inclusive, no ano passado, V.Ex^a fez uma denúncia onde uma associação do Alto do Cabrito recebeu determinada quantia. Na verdade, a licitação já estava publicada para esta associação receber a quantia de R\$ 7,5 milhões.

Então, quero, aqui, neste momento, deputado Luciano Simões, conceder a V.Ex^a um aparte, porque, aqui desta tribuna, foi dito que V.Ex^a era um homem mentiroso, ou seja, mente quando traz para cá alguns recortes de jornais ou até mesmo um recorte do Diário Oficial do nosso estado para fazer qualquer tipo de denúncia.

Eu sei que V.Ex^a é um homem que fala a verdade. Tenho certeza que o senhor tem plena convicção das denúncias que faz aqui. Eu ouço, há muito tempo, as denúncias do deputado Luciano Simões. Inclusive o governador Jaques Wagner teve um respeito muito grande, pois retirou e cancelou a licitação daquela associação do Alto do Cabrito.

Mas, agora, neste ano, novamente, acontece a mesma modalidade em Feira de Santana quando R\$ 23 milhões foram transformados em contratos com as ONGs e as associações em Feira de Santana.

Eu quero saber, deputado Luciano Simões, o que V.Ex^a tem a dizer a respeito das denúncias que V.Ex^a faz? Veja, muitas vezes, chegam aqui e falam que V.Ex^a mente, inventa números, que é tudo invenção da cabeça do deputado Luciano Simões. (Risos)

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Tom Araújo, a assessoria jurídica da Liderança da Minoria já tem catalogada oito ações civis públicas contra os gestores públicos e os gestores dessas ONGs.

Então, hoje, praticamente, já não faço pronunciamentos sobre aquelas ONGs anteriores, porque já estão, hoje, sub judice. É o Ministério Público estadual. São os promotores públicos do estado da Bahia que estão cuidando desses desvios, porque, pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado da Bahia, cabe ao Ministério Público a fiscalização da questão financeira das ONGs e associações.

Várias denúncias foram feitas por mim e pela Liderança da Minoria, por deputados da Minoria, por vereadores do interior do estado, presidentes de câmaras, prefeitos. São vários os processos, hoje, que tramitam na justiça comum. Alguns estão no TJ. Outros estão nas comarcas onde há os desvios, inclusive desvios já comprovados, já com condenações, como é o caso do Instituto Brasil e outras ONGs ligadas ao Instituto Brasil que já existe, inclusive, condenação em segundo grau.

Então, hoje, as ONGs são uma questão de Polícia Federal, são uma questão de Polícia Civil e também dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal. Elas têm que se virar aí com a Justiça. As denúncias foram feitas, comprovadas e estão em tramitação nas Justiças da Bahia e da União.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Agradeço o seu aparte, no qual percebo que as denúncias que V.Ex^a proferiu daqui da tribuna são contundentes e merecem a atenção inclusive do Ministério Público, que deve apurar com muita veemência. Não se deve deixar denúncias desse porte sem ser apuradas. Então, está feito este registro.

Na semana passada houve neste Plenário uma discussão muito grande com relação à compra de carrinhos de picolé e à capacitação de ambulantes de carrinhos de cachorro-quente. E a população cobra, os baianos cobram dos deputados os investimentos que são feitos pelo Estado. Eu queria muito saber o que o governo tem a dizer a respeito dessa situação, porque as denúncias são feitas desta tribuna, mas ninguém diz nada. Ninguém responde nada. Não dizem se é verdade, se é mentira, e deveriam dizer.

O deputado Zé Neto, na semana passada, não sabia do que se tratava nesta tribuna, e foram recursos destinados a ONG's e associações de Feira de Santana. Então, se ele não sabe nem sabia, deveria subir agora à tribuna, pois a discussão está em pauta aqui neste momento. V.Ex^a pode até mesmo pedir um aparte, utilizando o seu direito de apartear, para falar a respeito do assunto.

Mas ao deputado Gaban quero reiterar que fico muito feliz com a presença dele como Líder do meu partido, o Democratas. E na verdade o governador Jaques

Wagner deve mesmo ficar extremamente insatisfeito, porque V.Ex^a faz hoje na Oposição um trabalho que norteia as nossas ações. Estaremos aqui firmes em defesa da Bahia e do respeito que nós temos aos baianos, porque não se trata um Estado como este vem sendo tratado por S.Ex^a, que aumenta consideravelmente a propaganda, a mentira. Mas tenho certeza de que vai chegar o momento certo para a verdade vencer a mentira. Eu não tenho dúvida de que a verdade sempre vence a mentira.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Viana pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Grande deputada que preside esta sessão e tão bem representa também Jaguarari, a senhora deve estar aí de cabelos em pé com a administração que deixa muito a desejar do prefeito daquela cidade, que igualmente não conta com o apoio do governo estadual. Eu subo a esta tribuna hoje, Sra. Presidente, mais uma vez para dizer que é lamentável a forma como o atual governo conduz a nossa Bahia.

Ouvi atentamente vários pronunciamentos e gostaria de parabenizar os deputados de oposição pela elegância com que os fazem. Ninguém aqui usou o seu tempo para agredir ou falar pejorativamente de nenhum membro do governo, até porque no âmbito pessoal não poderíamos falar de ninguém.

Mas, de fato, a forma incapaz e desorganizada como ele vem construindo e conduzindo o nosso Estado é realmente muito preocupante. E observamos que no ano que vem iremos encontrar maiores dificuldades ainda do que já encontramos nestes 7 anos de governo do PT. Digo isso porque o nosso Estado, que é carente de quase tudo hoje, foi eleito 19º pior da Federação. E não temos motivo para acreditar que o ano que vem será diferente. Não temos motivo para acreditar, deputada Luiza Maia. V.Ex^a é uma grande parlamentar, foi eleita Destaque Parlamentar, mas, infelizmente, não está podendo utilizar a esta tribuna porque recebeu ordens do Líder governista, proibindo os deputados de sua base de se manifestarem. E acho que até esses mesmos deputados ficam numa zona de conforto, porque, de fato, se subissem a esta tribuna, iam ter de encontrar uma forma de defender o indefensável.

Na saúde, temos problema, na educação, temos problema, na segurança pública, temos problema, mesmo assim a previsão para o Orçamento de 2014, deputado Sandro Régis, é de que os recursos para essas secretarias serão diminuídos. Como é que vamos sair desse grande problema, desse grande caos em que se encontra a saúde do Estado da Bahia, se a previsão orçamentária que o governo encaminha a esta Assembleia é menor do que a de 2013?

Não tenho a menor dúvida de que o nosso Estado não estaria na UTI se o governo parasse, de fato, de investir em propagandas que não são verdadeiras, e usasse esses recursos para investir em educação. Salvo engano, usaram R\$ 150 milhões, no ano passado, em propagandas. Propagandas que enganam a população.

Deputado Tom, se, de fato, esse dinheiro fosse usado na segurança pública,

será que haveria tantos bancos estourados no Estado da Bahia? Acho que não, deputado Tom. Se fosse investido mais dinheiro em segurança pública, será que o Estado seria o que mais perdeu pessoas com assassinatos nos 7 anos do governo Wagner, mais do que nos 26 anos das gestões anteriores?

Realmente, é um governo que não tem capacidade de dar à Bahia a dignidade que o Estado merece.

O Sr. Tom Araújo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vou ouvi-lo, deputado Tom Araújo, pois V.Ex^a tem sempre muito a contribuir com seus apartes e pronunciamentos. Ouço com prazer o aparte de V.Ex^a.

O Sr. Tom Araújo:- Deputado Adolfo Viana, mais uma vez V.Ex^a sobe à tribuna desta Casa Legislativa para contribuir com essa discussão que fazemos em prol da Bahia, dos baianos. Tenho certeza de que é o anseio da população ter mais saúde, ter mais educação, ter mais segurança. Mas, com relação à saúde, o nosso Estado está muito doente por conta da falta de ação.

Percebemos que os hospitais que recebem as pessoas que vêm do interior estão abarrotados. E existe uma coisa, deputado Adolfo Viana, chamada Regulação. Essa Regulação parece que foi implantada para matar todos aqueles que necessitam do apoio de um hospital de alta complexidade aqui na capital do Estado. Porque nunca há vaga, nunca se abre vaga para aqueles que mais precisam, para aqueles que mais necessitam.

Os baianos carentes, que não têm um plano de saúde privado, têm de sofrer, por quê? Porque o governo do Estado não cria as condições necessárias e mínimas para que essas pessoas sejam atendidas, principalmente aqui na capital, onde há mais recursos de saúde. É onde se consegue fazer uma tomografia, uma ressonância magnética, uma cirurgia de maior complexidade. Então a gente não percebe ação nem sensibilidade.

Quando se quer fazer alguma coisa em favor dos mais carentes é necessário que haja sensibilidade. E se não há sensibilidade a população sofre. E é isso que temos visto por parte desse governo, que ele não tem sensibilidade para resolver as questões básicas e extremamente importantes para os baianos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Tom, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Queria dizer a V.Ex^a, que foi gestor, que sabe o que é ter responsabilidade com as pessoas que lhe colocam e lhe entregam as suas vidas para que possa conduzi-la, que acho que não é questão de sensibilidade o que falta a este governo. É uma questão de capacidade técnica. Acho que este governador perdeu a capacidade, se perdeu em sua administração e perdeu, de fato, a capacidade de administrar o Estado.

As pessoas, hoje, não têm o direito de procurar um hospital regional para ter atendimento. É realmente vergonhoso, é realmente triste, mas ficamos na expectativa e na certeza de que no ano que vem, na hora certa, no momento oportuno as pessoas poderão responder a esta atual administração. O povo não quer mais um governo que pensa apenas em autopromoção, através das suas propagandas, do seu amplo recurso

destinado a esta propaganda enganosa, que tira de fato a condição de maiores investimentos nas áreas da Saúde e Segurança Pública.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouço o nobre parlamentar, deputado Coronel Gilberto Santana, grande representante do Sul da Bahia.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Deputado Adolfo, o que me surpreende é o governo mandar essa redução para a área do Turismo. Ele deveria qualificar o turismo da Bahia. Fico a me perguntar como é que o governo pensa em melhorar, se reduz, em 2014, 67% do Orçamento de 2013. E em 2014 haverá um evento de grande porte, como a Copa, e ele reduz os recursos dessa Secretaria. Como é que ele vê que um Estado com esse litoral imenso e não faz investimentos no Turismo? Não investe na Segurança nem no bem-estar das pessoas. Não investe na infraestrutura dos aeroportos e dos hospitais. Está tudo um caos na área do Turismo. E Turismo sem segurança não funciona. Deve haver estrutura primordial ou primária.

O governo finge que está governando para o povo baiano, finge que está trabalhando. Manda para cá projetos, dizendo que é de melhoria para o Turismo e não se vê nada concreto realmente. Então nós nos preocupamos muito.

Volto a dizer que temos que debater os projetos do governo aqui, temos que discutir. Estamos na Casa para fazer o que é certo. E se errarmos, erraremos todos juntos. Mas primeiramente temos que procurar acertar. Da forma acelerada como chegam esses projetos, não há como analisar. Não chega ao conhecimento nem do pessoal da Situação, muito menos dos da Oposição.

Zé Neto, que é o Líder, quer pisar, atropelar quem estiver na frente para atender as ordens do seu chefe e fazer defesas, às vezes, difíceis. Porque realmente há falhas em todos os sentidos. Erros em todos os planos. Esse governo não acerta em nada. Sé é para Itaparica está aí o escândalo das balsas, o funcionamento não existe. A ilha cada vez mais depreciada, os imóveis sem valor. Se é para a Estrada do Coco, todo mundo tem que passar pelo pedágio. Então vemos as loucuras que esse governo faz. No passado, eles discutiam o pedágio, eram contra o pedágio, faziam paralisação nas rodovias combatendo o pedágio e, hoje, é quem mais cria pedágios em nosso Estado. Camaçari está cercado de pedágios. Para se ir a Pojuca tem que se pagar pedágio, se é para Camaçari da mesma foma. Hoje, a Bahia é cercada de pedágios, sem se falar que as condições das estradas estão piores.

Então o turismo é infraestrutura, é estradas boas, é aeroporto, é hospital, é segurança e nada disso existe. Como é que se preocupa com o turismo? O que é que ele pensa em fazer, só fazer um projetozinho, enviar para aqui e dizer que está trabalhando? Como é que ele pensa em turismo se manda os recursos necessários para estimulá-lo, já que a Bahia tem um potencial turístico muito grande.

Então eu fico a me preocupar. Aí eu vi um soldado do governo de Paulo Souto que, realmente, tinha uma visão administrativa; quanto ele incentivou a estrada que ligou Itacaré a Ilhéus. Antonio Carlos Magalhães fez a estrada Ilhéus/Canavieiras. Várias estradas foram feitas pelo governo passado, e esse governo do turismo não faz nada, não investe nada. E nós esperamos aqui o caos, as decepções. As pessoas que

chegam a Bahia voltam tristes, envergonhadas, porque, realmente a Bahia está abandonada.

Então eu quero apoiar as suas palavras e dizer que a nossa Bahia, realmente, precisa de um governo sério. Esperamos em Deus que, no próximo ano, estejamos lá no poder com Paulo Souto, se for ele o escolhido, para fazermos um governo com mais seriedade, com mais gestão, com mais respeito ao povo baiano. Porque ele, sim, ele é da Bahia, ela ama essa Bahia.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Coronel Gilberto Santana. Fica claro para nós que o governo demonstra sua incompetência de várias maneiras. V.Ex^a aqui fala do turismo. Um governo que não é capaz de cuidar dos baianos, não será capaz de cuidar dos turistas. Um governo que não é capaz de cuidar da segurança dos baianos, não será capaz de cuidar da segurança dos turistas.

Vou ouvir o aparte do nobre Líder, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Adolfo Viana, quero aqui parabenizar V.Ex^a pelo seu discurso. E vou até antecipar o discurso que farei depois do brilhante pronunciamento de V.Ex^a nessa tribuna, porque não tenho dúvida de que dos deputado novos desta Casa, V.Ex^a é o que mais se destaca pela competência e capacidade de raciocínio.

Estou aqui com o orçamento do Estado para 2014, fonte 00, ou seja, é a fonte do dinheiro do Estado. O poder de infraestrutura de investimento da Bahia é negativo, e por que falo negativo? Vejamos aqui: Secretaria da Agricultura. O governo reduz o seu investimento próprio em 88%. Um Estado que atravessou uma seca da forma que atravessou, que teve o rebanho dizimado, que tem uma agricultura familiar fortíssima... Eu não estou falando aqui de dinheiro de convênio e de dinheiro de empréstimo, porque o Estado da Bahia só vive, ou de convênio federal, ou botando a mão no dinheiro do banco. Eu estou falando sobre a capacidade de investimento do Estado. É menos 88%.

No turismo, deputado Adolfo Viana, a redução é de 67%, ou seja, o orçamento que chega a esta Casa é a prova material da falência geral a que o governador Jaques Wagner levou os cofres públicos.

Muito obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vou ouvir o nobre deputado Luciano Simões que já sinalizava ali querendo um aparte e vai poder dar a sua contribuição a este pronunciamento.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Adolfo Viana, a situação do governo é de perder o rumo.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Adolfo Viana, a situação do governo é de perder o rumo. A primeira prova cabal de que o governo perdeu o norte foi a indicação do Sr. Carlos Martins para a Secretaria da Fazenda do governo da Bahia. Carlos Martins que não poderia ser sequer superintendente de uma bodega em Senhor do Bonfim ou no distrito de Quicé, naquela região. E esse homem virou secretário da Fazenda. O primeiro ato dele, deputado Carlos Brasileiro, foi colocar para brigar agente de tributo com auditor fiscal. Ele jogou um contra o outro. A arrecadação do

Estado foi lá para baixo. Ele é praticamente um semianalfabeto em termos de recursos financeiros, de transferência de recursos e em questões fazendárias. Era simplesmente um estafeta de Wagner quando era do sindicato, ele dava recado. De manhã era ele e à tarde era Rui Costa, revezavam.

Então, esse homem, esse Carlos Martins, foi secretário da Fazenda de Wagner, detonou seu governo e Wagner, como era muito seu amigo, para dar uma saída honrosa a ele inventou uma candidatura maluca e derrotada em Candeias. Para dizer que ele saiu da Fazenda para ser candidato a prefeito. Nem o apoio do deputado Sargento Isidório ele teve, que era aqui governista e também recebia benefícios do governo do Estado através do trabalho que ele tem na Fundação Dr. Jesus.

Daí o quadro da falência financeira da Bahia. Um descrédito a arrecadação do Estado, o penúltimo em arrecadação, o último em educação, o último em saúde, culpa do governador ter colocado um secretário que, na verdade, não poderia sequer ser um guarda-livros. Foi secretário da Fazenda da Bahia e está aí o quadro do Estado de não pagar funcionários, de ter a deputada Maria del Carmen fazendo uma lei anticalote. Uma deputada do governo fazendo um projeto contra o próprio governo, condenando o governo que ela aprova. Quer dizer, é um governo caloteiro que teve como idealizador desse calote o grande secretário, entre aspas, Carlos Martins, que trouxe esse clima de inconsistência financeira ao Estado da Bahia, deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Luciano Simões. V.Ex^a fala desse projeto da deputada Maria del Carmen que vai contar, sem sombra de dúvida, com o apoio da Oposição também, mas esse projeto pode também servir para o governo do Estado da Bahia, que me parece que anda dando alguns calotes nos empresários. Realmente, é um governo que vem perdendo a sua credibilidade por não saber administrar os recursos públicos. E V.Ex^a citou o ex-secretário da Fazenda que saiu da Secretaria da Fazenda, diga-se de passagem, para ser candidato numa cidade do interior do Estado da Bahia e conseguiu ficar em quarto lugar nas eleições. Demonstrando que não tem capacidade nem para gerir as finanças do nosso Estado, nem para fazer a campanha no município em que disputou.

Ficava aqui a pensar e observar o que será do Estado da Bahia em 2014 com o atual orçamento que foi encaminhado a esta Casa e que vem fazendo cortes em quase todas as secretarias. Deputada Fátima Nunes, V.Ex^a que conhece tão bem aquela região do Semiárido, do Norte do Estado da Bahia, V.Ex^a que é muito votada naquela região, sabe que precisaríamos de muitas obras estruturantes. E como vamos esperar obras desse governo se esse mesmo governo cortou quase 2/3 do orçamento da Secretaria de Infraestrutura?

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Sandro Régis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Luciano Simões, V.Ex^a já está inscrito.

Sr^a Presidente, Srs. Deputados, amigos da Galeria Paulo Jackson, estava aqui

estudando o orçamento de 2014. Esse Orçamento aqui em minhas mãos é o Orçamento da fonte zero zero, ou seja, a capacidade do dinheiro especificamente do Estado. E se V.Ex^a olhar o Orçamento, deputado Sidelvan Nóbrega, vai ficar impressionado como o governo do Estado da Bahia está praticamente falido.

Vou ler aqui: secretarias importantes como a Secretaria de Agricultura, como o Estado atravessou, deputado Tom, V.Ex^a que é um deputado atuante na região da caatinga, sertanejo, onde tem sua grande Base eleitoral.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Sandro Régis, o deputado Carlos Brasileiro está em sua mesa ali: a sina do vaqueiro do sertão. A sina do vaqueiro é tão miserável, deputado Carlos Brasileiro, que o governo deu uma baixa de quanto? De 26 milhões para 2 milhões agora, em 2014. Adeus Ebda, adeus assistência rural, adeus à malandragem da APR, que era para passar para a ONG, adeus até às malandragens. Dois milhões de reais para a Secretaria de Agricultura do Estado! Faça-me uma garapa, como diz o deputado Carlos Geilson. Isso é uma falta de respeito com a agricultura baiana, para com aqueles que dependem... A Bahia que hoje praticamente disputa o primeiro lugar na exportação e na produção de grãos, a região de Barrerias, são Desidério, Luís Eduardo Magalhães, comunicar a Kelly Magalhães que ela retransmita através de seu blog, seu e-mail, que o governo Wagner destinou a bola de 2 milhões e 900, que eram 26 milhões, para a agricultura da Bahia.

A ONG do Alto do Cabrito teve mais dinheiro do que a Secretaria de Agricultura. Isso é uma vagabundagem, com a licença da palavra, com todo respeito ao PP, a ONG do Alto do Cabrito teve mais prestígio perante o governo orçamentariamente do que o PP com tantos deputados e a Secretaria de Agricultura. Para onde vai essa Bahia?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O cachorro-quente de Moema.

O Sr. Luciano Simões:- Contando ninguém acredita, pense num absurdo a Bahia tem um fato, um caso, um passado. Está aí, para que deslante maior do que esse?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Luciano Simões, a Bahia tem no seu potencial a agricultura e o turismo. No turismo, eu não sei por que a senadora Lídice rompeu com o governo e perseguiram a Secretaria dela, de 46 milhões 820 para 15 milhões e meio. Uma redução de 67%. Isso aqui é a capacidade de investimento do Estado. Praticamente está tudo negativo, o Estado está quebrado.

Cultura: 19 milhões para 1 milhão e meio, deputado Gaban. Menos 92% de investimento com o dinheiro do Estado. Vamos ver mais. Desenvolvimento social: de 25 milhões para 10 milhões, menos 59%. Infraestrutura: 755 milhões para 272, menos 64%. Planejamento: de 150 milhões para 108, menos 28%; Meio Ambiente, de R\$ 396 milhões para R\$ 250 milhões.

Imagino a deputada Ângela Sousa, que é deputada por Ilhéus, a mais votada da Costa do Descobrimento, que tem um trabalho forte naquela região, que se esforça, coitada, para tentar amenizar o desgaste do governo, que foi para o palanque...

Deputado Adolfo Viana, imagine que o governador Jaques Wagner foi a Ilhéus, ao lado da deputada Ângela Sousa, e prometeu a Ponte do Pontal, prometeu diversas

obras para o turismo no município, e apresenta no Orçamento uma redução de 67% no turismo.

A deputada Ângela Sousa tem credibilidade, ela se plantou, e sua história em seu município é uma história de trabalho e credibilidade. Mas como é que a deputada Ângela Sousa vai pedir voto para o candidato a governador dela sem a Ponte do Pontal, sem os investimentos turísticos que Ilhéus precisa? É difícil, deputada, imagino o sofrimento de V.Ex^a nessa futura campanha para governador.

Imagine a deputada Kelly Magalhães, que é uma defensora árdua do governador Jaques Wagner. Sua região tem como carro-chefe a agricultura. Os grandes empresários do setor na Bahia estão no Oeste, a locomotiva de desenvolvimento do nosso Estado está no Oeste. Como é que a deputada Kelly Magalhães vai justificar, deputado Luciano Simões, para os empresários do Oeste, que tanto ajudam, a diminuição do Orçamento da agricultura de R\$ 26 milhões para R\$ 2 milhões? Como é, deputada Kelly Magalhães, que V.Ex^a vai buscar os investimentos que o Oeste precisa, a soja necessita, os grãos necessitam? Como é que V.Ex^a, deputada Kelly Magalhães, vai pedir voto para seu governador? Não é fácil, não. É difícil.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Sandro Régis, o pior é que a deputada Kelly Magalhães não pode pedir voto para o deputado Rui Costa em hipótese alguma, porque ele foi a Barreiras pedir votos contra a candidata dela, a prefeita Jusmari. Ajudou Antônio Henrique, que era do PMDB, a ser prefeito e derrotou a candidata do governo diretamente. Se a deputada Kelly Magalhães pedir votos para o deputado Rui Costa como candidato a governador está condenada a ser sacrificada também pelo eleitorado que confia na prefeita Jusmari e nela como pessoas que têm hombridade moral, decisão política e ladopolítico.

O governo estadual teve lado na eleição de Barreiras, que foi o lado do prefeito Antônio Henrique.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Imagine o deputado Fabrício Falcão, que é um deputado forte em Conquista, perseguido por Guilherme, mas, mesmo assim, defende a bandeira do PT, mesmo massacrado nas divisões dos cargos em Conquista. Zé Raimundo tem 600 e ele tem dois. E ele é fiel, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo o aparte ao deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- O pior é que todo REDA que ele arranjou e PST que ele indicou estão sem receber há 5 meses. E o deputado Fabrício Falcão vem aqui, como se fosse um soldadinho de chumbo, dizer sim. Sim à humilhação, sim à lagartixez, sim a tudo isso. E os PSTs do pobre do Fabrício há cinco meses sem receber, batendo na porta para ele dar uma cesta básica. É uma condenação duas vezes. O Guilherme, por debaixo do pano, ajuda o nosso companheiro Marcelino Galo; ajuda, por outro lado, com Waldenor, a Zé Raimundo; e o Fabrício é quem paga os pecados, tirando do bolso, se sujeitando a esses empréstimos mirabolantes para

poder sobreviver na política. Toma porrada do PCdoB, toma do PT, toma da Fetag, é um sofredor. Ele merece, realmente, como nosso querido radialista, ser um dos deputados mais votados daquele município pelo que sofre de humilhação perante o Estado da Bahia.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Mas o deputado Fabrício Falcão é fiel, mesmo sofrendo, mesmo perseguido. Um amigo do prefeito tem mais REDA do que ele. E o pobre aqui, fiel, dia 26 de dezembro, podia estar com suas filhinhas em Conquista, com sua família, mas está aqui, batendo ponto, para dizer aquele velho ditado, “a esperança é a última que morre”.

Vamos mais. A Secretaria de Saúde, que o nobre Líder diz que se revolucionou na Bahia, que a saúde hoje é comparada à saúde do Primeiro Mundo, aos países da Europa. Menos 12% de investimento.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Sandro Régis, como se justifica essa revolução silenciosa? Após o nosso governador do Estado anunciar a revolução silenciosa, vem a pesquisa do Datafolha e o coloca como o 19º pior governador do Brasil, da Federação.

Essa revolução silenciosa foi no sentido de silenciar quanto ao progresso da Bahia, quanto à geração de renda, quanto ao crescimento do emprego, quanto a tudo. Essa é a verdadeira revolução silenciosa.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- A secretaria de Maria Luiza, coitada, além de podarem Caetano, a Secretaria de Política para Mulheres, pela qual ela tanto luta, foi reduzida em 61%. Além do chute, o coice na bichinha. 61%! Ela faz camisa, faz broche, faz tanta zoada, e o governador Jaques Wagner não a escuta.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, para corrigir, a deputado é Luiza Maia. V.Exª chamou a deputada Luiza Maia de Maria Luiza. Luiza Maia foi a deputada destaque do ano de 2013, mas agora tem de ficar muda neste Plenário porque a orientação do Líder da base do governo é que todos os parlamentares desta ampla base governista fiquem em silêncio.

Era só para fazer essa correção, deputado Sandro Régis. V.Exª, que falou muito sobre a questão das propagandas do Estado, esse mesmo governo anuncia em propaganda no norte da Bahia obras que serão executadas no Sul da Bahia. V.Exª se referia à deputada Ângela, que é uma deputada atuante, defensora do Sul da Bahia, e eu fico a imaginar deputados sérios, como a deputada Ângela e outros deputados que também representam o Sul do Estado da Bahia, como eles devem ficar envergonhados ao verem a ferrovia, o Porto Sul. Deputado Augusto Castro, que é um grande parlamentar, deputado do PSDB, presidente da Comissão do Porto Sul, fico a imaginar como deve se sentir a população de Itabuna ao ver o trenzinho da ferrovia soltando fumaça nas propagandas e, de fato, não tem um metro de ferrovia instalado ainda neste governo.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Agora, o pior, Secretaria Estadual de Assuntos da Copa do Mundo. Aumentou ou diminuiu?

O Sr. Gaban:- Aumentou.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Reduziu em 77%.

O Sr. Luciano Simões:- Não confio em Ney Campello.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Esse orçamento está errado. O deputado Zé Neto até se ausentou do plenário porque não tem como justificar.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte V.Ex^a.

O Sr. Luciano Simões:- Foi o gasto da Costa de Sauípe. Perdeu a confiança do governo. Seis milhões desnecessariamente.

O Sr. Gaban:- Deputado, estou curioso. V.Ex^a leu várias secretarias. Essa, se não tiver um aumento significativo, olha o desprestígio. Quero ver o líder do partido que comanda a secretaria, que é a que vai investir no ano que vem. Tudo acertado de boca. É como o acerto que fizeram com a Oposição no ano passado. Mas é a secretaria, no papel, no orçamento, deve estar prestigiada. Cortou todo mundo.

Qual foi o acréscimo no investimento da grande secretaria de infraestrutura comandada pelo grupo do Alan Sanches, que tem a segunda maior bancada aqui da Casa? Ele está muito bem. Quanto foi o acréscimo, deputado Sandro Régis?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Negativo de 64%.

O Sr. Gaban:- Negativo de 64%? Leia os números que eu quero ver.

Líder Alan Sanches, olha só. Leia no microfone para ficar registrado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- São 755 milhões, 237 mil em 2013. Em 2014, 272 milhões.....

O Sr. Gaban:- Deputado Alan Sanches, líder da segunda maior bancada da Casa, viu o desprestígio e a desconsideração com vosso partido? V.Ex^a tinha acabado de dizer, deputado Alan Sanches, que estava acordado um grande acréscimo na Secretaria. Mas 64% de redução?!

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Deputado Gaban, estou no exercício da presidência e não poderei entrar em discussão.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Mas seja solidário ao deputado Gaban, pois, ele está lhe defendendo.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Obrigado. É meu grande amigo.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Sandro Régis, o deputado Gaban não confia nos acordos celebrados aqui pelo nobre líder deputado Zé Neto. Isso, me fez lembrar de uma piada que se contava aqui na Assembleia, na época do deputado Otto Alencar e deputado Horácio de Matos. O acordo feito pelo deputado Zé Neto é igual aos casamentos feitos no município de Morpará, próximo a Ibotirama. O livro do registro do casamento é feito a lápis. Terminou o casamento, apagou, não tem compromisso. Os acordos de Zé Neto na Assembleia são como os casamentos em Morpará, são registrados a lápis.

O Sr. Gaban:- Deputado Sandro Régis, se fizermos uma analogia, deputado Luciano Simões, até copiando a ideia de V.Ex^a, no acordo que o governo fez com o PT e com o PDT. Ele vai rifar qual? Um dos dois será rifado porque ofereceu o mesmo presente, se é que se pode chamar de presente. A mesma vice ele ofereceu

para o PT e para o PDT. Os dois juram de pés juntos, que a vice é dos dois partidos. Não sei como dois ocupam o mesmo lugar ao mesmo tempo. É um desafio à lei da natureza.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sabe qual é a tese? De repente, os dois vices vão ajudar o menos um que é candidato ao governo.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, o deputado Luciano Simões falou de Morpará, pode ser que o acordo para essa vice também seja assinado em Morpará, a lápis. O Sr. Augusto Castro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Augusto Castro, aparte.

O Sr. Augusto Castro:- Nobre deputado Sandro Régis, grande deputado que conhece esta Casa, um dos deputados mais bem votados da Bahia, conhece os municípios do Estado e coloca de forma muito clara as falhas desse governo.

O orçamento, com cortes, que a Casa agora tomou conhecimento, e o deputado Sandro Régis nos antecipa, cortes que acontecerão em todas as Secretarias do Estado, isso é uma desmoralização muito grande para o partido que compõe a base do governo, Sr. Presidente, receber um corte deste tamanho no orçamento.

O governo já não estava executando nada, deputado Sandro Régis, passou sete anos e termina...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Augusto Castro, deixa eu fazer uma pergunta. Como está a barragem de Itapéque que V.Ex^a representa?

O Sr. Augusto Castro:- Esses recursos, deputado Sandro Régis, recurso do governo federal, do PAC. O governador assinou a ordem de serviço, a licitação foi concluída e a obra está paralisada.

A comunidade do Sul da Bahia não confia no governo do PT. O governo do PT fez muitas promessas na região do Sul da Bahia, assim como em todo o Estado. Na propaganda está tudo bem! O deputado Adolfo Viana colocou, aqui, de forma muito clara, que a ferrovia está paralisada, não há investimento nenhum. Então, a falta de crédito no governo é muito grande.

Parabenizo V.Ex^a pelo discurso técnico, colocando a realidade do governo do PT e do Estado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Augusto Castro. Quero dizer, deputado Fabrício Falcão, que, a partir de 2015, mesmo V.Ex^a sendo deputado de oposição, terá um tratamento digno na sua cidade natal, Vitória da Conquista. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Não gostaria de participar da discussão, mas apenas dizer que este parlamento leva a palavra falar ao pé da letra. A discussão é, realmente, grandiosa aqui.

O Sr. Augusto Castro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Questão de ordem, deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de registrar que um ato importante aconteceu, esta semana, no município de Correntina, a posse do prefeito do PSDB, Ezequiel Barbosa. Ele é um prefeito que tem uma experiência administrativa muito grande. O deputado Gaban, que militou naquela região, o conhece.

O prefeito do PSDB, juntamente com mais dois vereadores, Iêda Barbosa e Jon de Ezequiel, está conduzindo, junto com um grupo político, deputado Gaban, deputado Adolfo Viana, os destinos daquele município. Ele foi eleito de forma democrática e, esta semana, o TSE julgou o mérito e Ezequiel retorna ao cargo de prefeito do município de Correntina. É a esperança daquela comunidade, porque um ano se passou e o governo do PCdoB, que estava administrando o município, criou muita expectativa e poucas realizações.

O PSDB ganha, realmente, com brilhantismo um município importante do Oeste da Bahia e o prefeito – acabei de falar com Ezequiel – está firme em prol de um projeto para a Bahia e para o Oeste. Unido com a oposição, deputado Gaban, um novo modelo de gestão acontecerá neste Estado.

Parabenizo a comunidade, a população de Correntina, Ezequiel, Iêda, Jon e todos os vereadores. Tenho a certeza de que o município está bem representado pela seriedade e transparência na figura de Ezequiel Barbosa.

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Presidente Alan Sanches, sei que V.Ex^a admira muito a cadeira de presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Admiro demais!

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a exerceu com muita competência a presidência da Câmara Municipal de Salvador.

Peço a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender ao pedido do deputado Luciano Simões, gostaríamos que V.Ex^a registrasse os 15 minutos, zerasse o painel e convocasse os deputados da Base para virem ao Plenário marcar suas presenças, pois estamos sendo convidados a dar quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- V.Ex^a será atendido.

Peço que o painel seja zerado e os 15 minutos marcados. Srs. Deputados que estão nos outros recintos da Assembleia, por favor, compareçam ao Plenário, pois há

um pedido de verificação de quórum.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Aproveito para convocar os deputados da Base do Governo que estão no restaurante, nos seus gabinetes a comparecerem ao Plenário, pois há uma verificação de quórum para a continuidade da sessão, solicitada pelo deputado Luciano Simões. Por isso, Srs. Deputados, compareçam ao Plenário para registrarem vossas presenças e para que possamos atender ao pedido de verificação de quórum do deputado Luciano Simões.

(Verificação de quórum)

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Questão de ordem do deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, quero, mais uma vez, fazer um apelo a todos os deputados para que possamos, dentre os projetos, votar, por unanimidade, o projeto do qual sou relator. Este projeto trata dos serviços terceirizados do estado da Bahia. Foi possível conversar com as diversas partes, quais sejam, os trabalhadores, as empresas terceirizadas, o governo do estado, a Casa Civil, a Secretaria do Planejamento, a Secretaria da Administração sobre o projeto para que pudéssemos trazer mais segurança jurídica para esta relação de trabalho.

Então faço este apelo mais uma vez. Está chegando a hora. Os trabalhadores, ainda, ocupam as galerias. Tenho certeza de que eles ficarão o tempo necessário para participarem desta votação que irá criar um novo momento entre as empresas terceirizadas e os trabalhadores, que têm penado muito, durante todos esses anos. Por outro lado, também, o governo do estado tem, realmente, lutado para melhorar esta relação. Está, aqui, a deputada Maria del Carmen, autora deste projeto, pois foi ela quem trouxe o mesmo para esta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):-Deputado, o quórum já foi restabelecido.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Agradeço a questão de ordem.

Tenho a certeza de que contaremos com o apoio de todos os deputados para votarmos, por unanimidade, este projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Muito obrigado, deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de até 20 minutos na discussão do projeto.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação da Bancada governista não é boa, nobre deputado Alan Sanches, exceto o PSD que tem, realmente, prestígio perante o governo do estado, pelo menos na secretaria de Dr. Otto em que os deputados do PSD têm mobilidade.

Mas, de qualquer sorte, ficamos penalizados ao ver o PRB dar apoio ao governo a todo tempo. O PSC do nosso amigo Vando, sempre presente na Bancada governista, fica sempre, como se diz na linguagem popular, “chupando o dedo”.

Este é um governo muito difícil, porque trata os parlamentares governistas como se fossem, na verdade, ventríloquos, ou seja, bonecos. Pela primeira vez, vemos um governo que prestigia mais as associações que não têm reflexos políticos na sociedade e deixa, na mão, os prefeitos principais que foram constituídos através do voto.

Em Pojuca, por exemplo, a deputada Maria Luiza Laudano tem uma liderança de mais de 40 anos. Ela é, sempre, vitoriosa nas eleições. Hoje, o que a deputada Maria Luiza Laudano realiza, em nível de serviço social, por sua maternidade, por suas clínicas, é um trabalho, simplesmente, de natureza pessoal, de dedicação. Eu que estou, praticamente, todas as semanas naquele município vejo que não existe uma intervenção do governo, em nenhum momento, para que o trabalho da deputada Maria Luiza possa ter uma abrangência maior para a classe mais pobre daquele município, o que a prejudicou na última eleição.

O desgaste não foi da deputada, porque o seu trabalho continua. Perdendo ou ganhando, o trabalho continua. Mas quando a deputada assumiu o governo do PT qual foi a consequência? A derrota nas eleições municipais para um candidato que não tinha qualquer serviço prestado, em nível político, ao Município de Pojuca. Foi projetado na política pela prefeita, à época, Maria Luiza Laudano, que deu-lhe a prefeitura na mão, pelo partido do qual eu era presidente, na época, o Partido Liberal.

Então, é um governo que não sabe fazer crescer o Estado da Bahia. Se cresce, é com as principais lideranças. Por exemplo, o deputado, amigo, nosso ex-1º Secretário, deve assistir o governo trabalhar aqui, em Salvador, dando R\$ 8 milhões a uma ONG do Alto do Cabrito para comprar carrinhos de cachorro-quente.

Ele foi o deputado mais votado no Município de Varzedo. Com ele, lá vota o prefeito do PT, Radaman, mas não conseguiu um convênio nem de R\$ 200 mil para o Município de Varzedo, onde foi o mais votado e o prefeito é do Partido dos Trabalhadores. E o prefeito assiste a uma ONG de Feira de Santana, na semana passada, do nosso futuro deputado pelo PT, Ângelo Almeida, receber R\$ 9 milhões para entregar caixinhas de picolé aos pequenos vendedores de Feira de Santana.

Como pode o nobre deputado ficar a assistir esse tipo de movimento, ele que deu em Salvador 15 mil votos a um deputado federal, Geraldo Simões, patrocinado pelo nosso ex-1º Secretário, J. Carlos. E em Salvador ele vê a ONG do Alto do Cabrito receber R\$ 8 milhões.

Quer dizer, a política tem de ser conduzida pelos políticos, senão não existiriam os deputados estaduais, prefeitos, deputados federais para poderem fazer a condução política da população; senão não existiriam eleições.

E hoje assistimos, aqui, a Bancada do governo, mais uma vez, dizer amém. Inclusive, nunca se viu nesta Casa uma Bancada se negar a ter conhecimento sobre onde o governo vai gastar R\$ 1 bilhão que foi aprovado aqui há poucos instantes. Os deputados governistas passam por cima de tudo, aprovam R\$ 1 bilhão e não está no projeto de lei onde serão usados esses reais.

Quer dizer, de que adiantou o deputado Carlos Ubaldino obter tantos votos em Olindina, em Itapicuru, com nosso prefeito Moreira, um prefeito exemplar, um

prefeito responsável? Em vez de esse dinheiro estar na mão desses malandros de associação, deveria estar sendo bem aplicado na divisa da Bahia com Sergipe. Hoje, o deputado Carlos Ubaldino, quando for a Itapicuru, não tem discurso para convencer o prefeito Moreira a votar no deputado federal Rui Costa.

Ele assiste a uma ONG de outro município receber, como recebeu, agora, a ONG de Gentio do Ouro, R\$ 16 milhões para fazer palestras sobre o Pré-Sal na região de Irecê. E o prefeito Moreira, que deu quase 4 mil votos ao deputado Carlos Ubaldino, fica a ver navios, a lutar sozinho contra a seca, a comprar cestas básicas, enviar carro-pipa, tentar fazer uma obrinha qualquer num povoado que precisa de um poço artesiano, de um pequeno sistema de água. Mas vê uma ONG, deputado, receber R\$ 16 milhões em Gentio do Ouro, uma associação do povoado de Santo Inácio, e o objeto do convênio é fazer palestras sobre o Pré-Sal. Está aí publicado no Diário Oficial, está aí o inquérito civil público aberto pelo Ministério Público que não anda.

É uma situação, deputado J. Carlos, de vexame. Como o senhor vai convencer o prefeito Radaman de que V.Ex^a tem prestígio com o governo Wagner? Como? Como, deputado José Raimundo, que representa em Vitória da Conquista mais de 30 mil votos e ajudou a eleger um prefeito que é contra V.Ex^a, pois votou no nosso companheiro Marcelino Galo? Mas ele, para ser fiel ao partido - homem direito que é, todo mundo sabe disso -, foi lá, exerceu a sua força partidária e reelegeu o companheiro Guilherme, que também é um homem de bem, passou por esta Casa como deputado digno de elogio.

E o deputado José Raimundo, que é amigo de Solla e, quando este foi secretário, também já exercia mandatos naquele município, não vai à televisão conquistense nem à rádio dizer que conseguiu 7 milhões para fazer a urbanização do distrito de Bate-Pé. Mas o pessoal, o povo de lá, quando souber que uma ONG aqui do Alto de Coutos recebeu 12 milhões para carrinhos de cachorro-quente e caixas de picolé, como é que vai responder ao deputado José Raimundo, um parlamentar brilhante, homem de bem responsável?

E o que vai dizer o deputado José Raimundo no município de Anagé, que ele bem representa e onde está presente? É uma situação muito difícil justificar um mandato dessa maneira.

O deputado Roberto Carlos ainda tem uma saída pela porta dos fundos porque vai falar no Juazeirense e se sai por ali, mas não pode dizer à comunidade de Juazeiro que está levando uma obra de 20 milhões gerando empregos e renda para ela. E aquela população precisa, principalmente a que o eleger, cuja base maior é o comércio varejista juazeirense. Ele não tem o que dizer ao seu eleitorado.

É uma situação de dificuldade, deputado Carlos Brasileiro. E o nosso Aeroporto de Bonfim, V.Ex^a que tem sido tão correto com o governo e está presente a todas as sessões? O deputado Zé Neto está lutando em Feira contra Ângelo Almeida, que está recebendo os convênios. V.Ex^a está aqui no lugar dele, e o aeroporto do qual falou tantas vezes na rádio, fico até envergonhado pelo senhor. Quando se toca no assunto, eu digo “Não, esse assunto é com o deputado Carlos Brasileiro”, porque temos de ser éticos nesse ponto, já que para o governo acabar ainda falta praticamente

um ano. Aí, não podemos também estar aqui condenando dessa forma.

É realmente uma situação difícil. V.Ex^a teve 18 mil votos de Senhor do Bonfim, onde o hospital na prática está fechando. O aeroporto, só Deus sabe! A água do município é do São Francisco. O governador me disse que estava licitando o projeto pela Codevasf e que já tinha conversado com o Dr. Elmo. Só que não saiu da conversa, não saiu do papel. Então fica aquela esperança muito grande que foi depositada no senhor. Afinal, dezoito mil votos num município daqueles não é brincadeira! Mas como V.Ex^a vai dentro de pouco tempo, porque restam aí para a campanha política 5 a 6 meses, realizar uma obra desse porte? É praticamente impossível!

Será que o governador vai a Senhor do Bonfim pela sétima vez dizer que retornará o Tiro de Guerra? É mentira? Dizer que o aeroporto será inaugurado é mentira? Dizer que a água do São Francisco vai ser inaugurada é mentira? Dizer que será concluído o presídio do nosso ex-prefeito e atual deputado José Raimundo é mentira? A ampliação do Aeroporto de Conquista é mentira? As obras do sistema de água são mentiras?

É uma situação vexatória. E o pior de tudo é o deputado estar aqui tentando se apegar a alguma coisa, se sustentar! Olhem que o Líder Zé Neto tem o seu valor. Ele, com a advocacia, conquistou uma votação para deputado estadual sem prefeito nem ajuda financeira de grupo econômico. E foi uma votação majestosa, no seu primeiro mandato, no seu segundo mandato. Vem um Ângelo Almeida “da vida”, que sentava no colo de João Durval e de Sérgio Carneiro, e desmoraliza o Líder do governo na sua terra, levando milhões e milhões de reais para distribuir com carrinho de cachorro quente e caixa de picolé. E o Líder do governo que tem uma mensagem maior, por ser Líder do governo, de um maior alcance para a sociedade feirense, não pode ir à praça pública para demonstrar os seus projetos para a sua terra Feira de Santana, porque ele realmente é um parlamentar que ama sua terra, tem provado isso no decorrer dos seus mandatos, o que tenho acompanhado aqui na Assembleia Legislativa.

E o pior para o deputado Zé Neto, que é um deputado coerente, queira ou não queira ele é coerente na posição dele partidária, goste quem goste, não goste, mas ele tem sua coerência, foi forçado a não comparecer ao lançamento do ex-candidato do PT Walter Pinheiro, que é da corrente do deputado Zé Neto. O deputado Zé Neto, para ser ético lá, não compareceu, apesar dos anos de luta ao lado do nosso companheiro Walter Pinheiro. Então, tudo isso se passa e o governo não reconhece, vem com o Orçamento agora... Imagine o PP. Hoje os jornais já nos dão conta de que o PP deve estar deixando a “nau” do governo e se apadrinhando, não sei se com o PSB ou com o PMDB. Então, a gente vê, deputado Zé Neto, o Orçamento era de R\$ 26 milhões para a Agricultura, passou para R\$ 2 milhões. O da Assembleia, que concorre com Mário Negromonte, aumentou para R\$ 370 milhões. Onde está o vice? Diga-me rápido, sem pensar. Rápido, sem pensar!

Então, é uma situação vexatória em que se vive nesse “barco”, nessa “arca de Noé”, com bicho de todos os tipos. O PSC praticamente, segundo as informações, já embarcou na Prefeitura de Salvador, já está embarcando na “canoa” da Oposição. E

os deputados aqui continuam ser fiéis por quê? Fico imaginando o deputado Sidelvan Nóbrega e o deputado José de Arimatéia do PRB, que têm a Igreja na mão, tem uma votação que é concreta, não têm direito a indicar um Reda. Um Reda, um PSTZinho que não paga... E eles vivem hoje o drama de estar aqui na Assembleia presentes. Parece que o deputado José de Arimatéia já “queimou o gás”, mas me parece que Sidelvan ainda está circulando por aqui, não sei até que horas.

É a situação do governo. É uma situação... Tudo causado pelo secretário Carlos Martins, que foi um erro do governador Wagner. Não poderia ter escolhido aquele secretário em nenhum momento. Eu não tenho nada de pessoal contra ele, muito pelo contrário. Ele era o secretário mais simpático que comparecia a esta Casa, só que ele não estava moldado, deputado Adolfo Viana, para o cargo.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a, deputado Luciano, me permite um aparte?

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Luciano Simões, V.Ex^a está criando um constrangimento grande a nossos colegas neste Plenário. O deputado Carlinhos Brasileiro, que ouviu atentamente os apontamentos de V.Ex^a, ele que é um parlamentar que tem todo nosso respeito, carismático, amigo, e tem que ficar em silêncio ouvindo-o, da mesma forma o Líder do governo, deputado Zé Neto, que ele é que orienta o silêncio da sua Bancada, não vai fazer diferente, permanece também em silêncio ouvindo os apontamentos de V.Ex^a. O nosso amigo, deputado Roberto Carlos, que é um legítimo representante da cidade de Juazeiro, eu fico imaginando: o deputado Roberto Carlos vai passar um constrangimento grande, fico com pena do deputado Roberto Carlos. Por quê?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sete anos sem nada levar para Juazeiro.

O Sr. Adolfo Viana:- O prefeito vai mal. O governo deixa a Saúde um caos e ele, que não é a favor do prefeito mas é a favor do governo, vai ter, no ano que vem, que estar no palanque.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- E que teve o candidato dele, o amiguinho de parceria política dele Joseph, “prendado” pelo governo: “Você não é candidato, fique aí quieto.”

O Sr. Adolfo Viana:- “Prendado...” E o pior, deputado Luciano Simões, é que o deputado Roberto Carlos, que eu tenho certeza de que gostaria de entrar em defesa da cidade de Juazeiro vai passar um duplo constrangimento. Vejam, primeiro, porque ele é contra a atual administração do prefeito, o que é uma calamidade. O governo não faz os repasses e deixa a saúde de Juazeiro um caos! E ele vai ter de passar pelo constrangimento, no próximo ano, de ter de subir ao palanque do prefeito e do candidato ao governo. O que o eleitor do deputado Roberto Carlos pensará na cidade de Juazeiro?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- E o Joseph estará no palanque de Lídice da Mata que é o parceiro político do deputado Roberto Carlos. E o constrangimento é grande.

O Sr. Adolfo Viana:- Estou com pena do deputado Roberto Carlos. Sei que ele gostaria de ir à tribuna para poder defender a cidade de Juazeiro.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Ao invés de V.Ex^a subir com o Rui Costa e com a turma do PT, é melhor V.Ex^a subir com o juazeirense e fazer o comício com o

time do palanque. Ganha muito mais. (Risos) Porque, realmente, o governo leva os seus aliados a um constrangimento. Este é um constrangimento democrático, deputado João Carlos Bacelar, que não olha quem, vai do PRB ao Delegado Damasceno e ao Líder do governo.

O Delegado Damasceno teve 60 mil votos em Salvador. No Subúrbio Ferroviário, foi uma votação esmagadora, ou seja, praticamente, 70% dos votos, parece-me. Não sei bem especificar a quantidade de percentual. Mas foi por aí.

E o deputado Deraldo Damasceno fica assistindo a milhões e milhões de reais irem para a creche de Alto de Coutos; R\$ 7 milhões para a associação do Alto do Cabrito e R\$ 12 milhões para Tubarão. E por, aí, vai o dinheiro!

Quanto ao deputado Deraldo Damasceno, eu fui perguntar a ele outro dia, porque ele sabe de tudo, uma vez que foi delegado por obrigação e tem de ter a informação. Ele não conhece essas entidades! Estou mentindo, deputado? Fale a verdade?

O Sr. Delegado Deraldo Damasceno - Não.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Então, pronto. Ele, Delegado Deraldo Damasceno não conhece. E a pessoa mais credenciada para conhecer este tipo de marginal é um delegado de polícia!

Então, essas ONGs, essas associações, na linguagem policial, deputado Deraldo, são tiros surdos, repito, tiros surdos, mais uma vez, tiros surdos! E V.Ex^a, que exerceu com tanta competência o poder de polícia naquela região, não conhece essas ONGs! Os diretores são tiros surdos na linguagem policial.

Este é o tratamento, deputado Zé Neto, que o governo de V.Ex^a dá a V.Ex^a e a seus aliados que estão, até a esta hora, na luta para tentar vencer a batalha da votação nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quanto a este projeto que o governo acaba de apresentar com relação ao turismo, acho que teria condições de fazer coisa melhor ao invés de fazer esses simples projetos que ele está fazendo aí. Sabemos que o nosso litoral da Bahia é um grande litoral, pois, realmente, é atrativo para o turismo. Mas falta muito para poder atender a essas pessoas que aqui chegam para usufruir da beleza natural que a Bahia oferece.

Estamos vendo, aqui, que o governo do estado não tem dado uma devida atenção e um devido zelo e até condições de infraestrutura para oferecer o atrativo que é, realmente, um potencial de recursos que traz o turista para o nosso estado.

Cito, aqui, o exemplo do Baixo Sul. Temos, lá, o aeroporto feito no governo Paulo Souto para atender àquela região de Valença, Boipeba, Morro de São Paulo que compreendem as várias faixas litorâneas de grandes belezas. Elas têm, ali, o aeroporto que é quase inviável e sem funcionamento, porque não há incentivo do governo para atrair o turismo.

Vai-se, de barco, de Boipeba até o atracadouro que está para ser despencado, porque, também, não há infraestrutura.

Quanto ao hospital de Valença, verifica-se, também, que não tem uma unidade de pronto atendimento. Há tempos, peço ao governo do estado dar uma atenção especial para Valença, pois não existe um hospital do estado.

Quanto à segurança pública, Valença é uma cidade bem violenta, aliás, uma das mais violentas em nosso estado.

O que poderá fazer o turista, aqui em nosso estado, se nada é oferecido a ele?

Se você partir para outra região, como Porto Seguro, existe um hospital feito pelo governo Paulo Souto, a polícia, com dificuldades para fazer a segurança pública efetiva e suficiente, condições mínimas necessárias aos turistas, o aeroporto já está quase saturado, funcionando precariamente, mas ainda é o melhor ponto turístico que existe em nosso Estado.

Se formos para Ilhéus, está lá o caos. Hoje, para atravessar de Ilhéus a Pontal, é um sofrimento, uma ponte apenas, com dificuldade de travessia, e muitas pessoas desistem porque o engarrafamento é pior do que o da Paralela. De segurança, da mesma forma, há escassez. O Hospital Regional do Estado é uma pocilga. Qualquer deputado pode verificar lá. É uma imundície, e o custo daquele hospital é uma fortuna incalculável que o governo gasta para oferecer insignificância de serviços com relação à saúde. Se vamos para Itacaré, é exatamente da mesma forma, se formos para o Extremo Sul, temos também lá um potencial turístico, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri, e não há um aeroporto naquela região, como é que se atrai turismo? Não há um hospital do Estado naquela região, a segurança, também, com a mesma deficiência dos outros lugares.

Então eu fico a pensar em como o governo quer valorizar este Estado, o que o governo quer mostrar ao turista que chega à nossa Bahia. Mostrar o quê? Atrair o turista para ver o quê? Aqui não há um hospital adequado para atender ao turista, se precisar, não há segurança para dar condições de transitar, sair e voltar com segurança, não se encontra um aeroporto, tudo é distante. Quem vai para Teixeira de Freitas tem de descer em Vitória do Espírito Santo, porque o aeroporto mais próximo está em Porto Seguro ou está em Vitória, tem que fazer a opção de ir para outro Estado ou descer em Porto Seguro e ir de carro para Teixeira de Freitas, uma cidade importante do nosso Estado e que agrega várias cidades em torno dela, mas nada oferece para desenvolver o turismo.

E aí vem a minha tristeza quando vejo o governo apresentar um projeto desse tipo aqui e dizer que quer melhorar o turismo na Bahia. Vem o Orçamento de 2014 com uma redução de 67% em relação a 2013. O governo está perdido, não quer governar para uma Bahia atrativa, para que o pessoal chegue aqui e volte feliz. A nossa sorte é que ela tem uma beleza natural, existe essa beleza natural que Deus ofereceu a todos nós, e o povo também aqui sabe recepcionar a quem chega, é a única coisa que prende e que estimula as pessoas a procurarem a Bahia. Se partirmos para a Ilha de Itaparica, está lá outro sofrimento, não há balsa, não há estrutura...

(Manifestação no Plenário)

A balsa compraram como, se não chegou até hoje? Gastou-se uma fortuna com a balsa e não está funcionando, porque não há atracadouro, e vão se gastar quantos milhões? Então, veja bem, a balsa que existe está lá, sem uso. Quanto se gastou com essa balsa ou ferryboat? Para mim é o mesmo transporte, está lá sem uso, e consumiu quantos milhões? Poderia ter comprado uma balsa ou ferryboat, como V.Ex^a deseja pensar. Dois novos estão sem uso, e se pagaram quantos milhões de dólares? Por que não comprou mais barato para comprar mais e atender à demanda?

E para essas balsas ancorarem tem que se gastar outra fortuna para se construir um atracadouro, é brincadeira isso! É um governo de pilhéria, de diversão, é aquele governo do Collor, que vem para governar e passear de submarino, de avião de combate, e o Wagner aqui na Bahia, para curtir aquele whisky escocês no Palácio de Ondina, na dele, brincando, batendo papo na sua piscina, e os baianos sofrendo.

Mas é isso mesmo, deputado Zé Neto, V.Ex^a tem obrigação de defender o governo, ganha muito bem, deve carregar uma bagagem muito grande para poder defender um governo que, realmente, não tem nada a nos oferecer, mas, como V.Ex^a parece que não é baiano... V.Ex^a tem a obrigação de defender o Governo. Temos que entender a sua obrigação, mas também a tristeza de outros deputados, que são baianos com certeza e amam esta Bahia, e se calam, porque o Líder não permite que falem. Mas sabe dar ordem para comparecer, para dar presença, dar quórum de votação, de sessão. Para falar, não têm voz. Só quem pode falar aqui é o Líder.

Realmente, é a democracia que se diz que a Bahia tem. Esta democracia que vocês falam tanto, e a gente não vê. No governo passado, até o próprio presidente dizia que era da Oposição. Mas podia falar, obstruía, brigava, discutia, tinha vez. Hoje é o contrário. A Oposição fala, e a Situação não tem nada a defender porque não tem argumentos para fazer isso. E deveria ter vergonha de fazer defesas, porque é difícil defender uma pessoa quando não se tem como defendê-la. Mas meu amigo, meu colega, meu parceiro aqui que realmente é apaixonado por Wagner, a gente respeita essa paixão. E ele tem de fazer o seu trabalho, com certeza.

Vocês vão ver exatamente...

O Sr. Luciano Simões:- Um aparte.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Pois não, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Coronel Santana, realmente o governador como pessoa é nota um milhão. Eu faço oposição ao governo, mas nunca fui a essa tribuna para criticar a pessoa dele, a postura como homem, nem a sua família. São pessoas da maior respeitabilidade. É um gentleman. A gente não pode se referir ao governador com palavras de baixo calão em nenhum momento, porque ele não dá lugar a esse tipo de comportamento. que na verdade é até antipolítico.

Mas na questão do governo S.Exa. deixou muito aberto. Com esse lema de ser democrático demais, os secretários não cumpriram com inspiração o projeto dele. Então, cada um foi para um lado fazer o que queria. Isso transformou o governo numa geleia geral. A gente assiste aqui ao Líder do governo não ter controle em seu próprio município, onde teve praticamente 50 mil votos. As coisas ocorrem em Feira de Santana sem sequer ele ter conhecimento. Com certeza, também o governador não

está tendo.

Este presidente da Embasa que aí está, Dr. Abelardo, já era para ter sido demitido há muito tempo. É uma desorganização de governo. Não pode essa empresa, que é um órgão para produzir água para a população e, portanto, se encarrega de um líquido sagrado da sobrevivência, pegar o dinheiro do contribuinte e pagar a camarote da Sra. Marta Goés, no Farol da Barra, 400 mil reais. Isso é um crime. Ele deveria ter tido cortadas as duas mãos. Seria como se fosse no antigo Egito ou na Turquia. É um crime bárbaro a Embasa pegar o dinheiro do contribuinte, que é para produzir água, e dar a time de futebol.

A Embasa, deputado Santana, pegar o dinheiro do pobre contribuinte, aumentando como aumentou em 14% a taxa de água, e dar para o são-joão em municípios baianos que nem sequer tem um são-joão tradicional?! Essa não é a função dela! O Ministério Público só agora acorda, e deveria pegar os atos pretéritos dessa empresa. É um caso de polícia.

Não se pode entender, deputado Adolfo Viana, quando o povo passava sede na seca, deputado Gaban, que foi presidente da CERB, que o Sr. Abelardo doava dinheiro, 400 mil reais, para camarote de dondoca no Farol da Barra, a Sra. Marta Goés. Uma biboca ali localizada recebeu 400 mil. Isso seria uma questão de prisão e de cortar as mãos do cidadão se fosse um país sério e tivesse legislação. Em plena seca, no Carnaval, esse homem toma essa providência de distribuir dinheiro para o são-joão de toda a Bahia, para time de futebol, e nada se faz neste Estado!

O governador não foi a público para repreender e demitir o presidente da Embasa. O Ministério Público abre os inquéritos civis públicos, e não vai a lugar nenhum. Agora, imaginem os senhores, o povo morrendo, deputado Aderbal, em sua terra, Olindina, com fome e sede, e o Dr. Abelardo dando 400, 500, 200 mil para camarote de dondoca no Carnaval da Bahia! Um órgão de águas da Bahia patrocinando time de futebol em plena seca! Isso é um absurdo!

A Assembleia tinha que se reunir, através da comissão competente, e tomar uma providência contra esse cidadão, e encaminhar o caso ao governo do Estado. E o Ministério Público deveria estar presente.

Isso é um absurdo, deputado Santana. O governador, com certeza, não tem essa visão que teve o Sr. Presidente da Embasa. Mas, como ele é protegido por uma facção política do PT, o governador não teve a coragem necessária para demiti-lo, como teve para demitir um conterrâneo de V.Ex^a, o Sr. Adeum Sauer, que foi secretário da Educação, que ficava até 5 horas nas farras pela cidade e chegava tarde à sua pasta. E a educação da Bahia é o que aí está.

O governador, na época, teve coragem e, depois de 1 ano e tanto, quase 2 anos, demitiu o Sr. Secretário da Educação. Mas não teve força suficiente para demitir o Dr. Abelardo, que faz parte de uma facção política do Partido dos Trabalhadores mais forte que o governador.

O governador teria feito um combate à seca mais eficiente se a Embasa não tivesse dado dinheiro a dondocas no Carnaval, a time de futebol e a festa de São João. Essa função não está no estatuto da empresa. A Embasa, quando foi criada pela lei,

estatutariamente, tinha a função, a competência e a finalidade de prestar serviços de abastecimento de água à população baiana, e não de distribuir jogo de camisa e bola de futebol.

Esse quadro levou o governo a essa derrocada total, a essa falta de pagamento, a essa desorganização financeira e à falência que aí está, que o faz reduzir em quase 70% o Orçamento das principais secretarias que prestam serviço à população baiana. Se prestava com 100, agora só vai prestar com 20. Imaginem os senhores!

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Agradeço-lhe por sua participação, deputado Luciano.

Realmente, isso nos deixa muito tristes, porque queremos ver uma Bahia diferente. Somos baianos da gema, amamos esta terra e queremos vê-la, realmente, em destaque no nosso País. Não queremos ver a Bahia se arrastando atrás de Pernambuco e até de Sergipe, porque não temos um governo que faça acontecer, um governo que queira as coisas transparentes.

Não é possível que a Embasa... Há vários e vários distritos, várias cidades onde a água não é tratada; e outros onde não há água. Mas se poderia, com investimentos de R\$ 200 mil, R\$ 300 mil fazer um poço artesiano e atender a essas comunidades. Porém, prefere investir em futebol, em Carnaval, em São João, e o povo que sofra, o povo que se lixe. Cadê os deputados, que se omitem para não apurar? Como fica esta Casa, que tem o dever de fiscalizar? E a nossa obrigação de fiscalizar? Por que não se fazer uma CPI? Por que os deputados não se unem?

Não queremos criticar o governo, não. Queremos ver a Bahia caminhando e crescendo, e não a Bahia parada e cada um sendo dono de um pedaço do Estado, dono de um pedaço de uma secretaria ou de um pedaço de um órgão. Parece que a Bahia está fracionada: a Embasa, o dono é fulano; a Conder, o dono é beltrano. E assim cada um faz o que quer na sua secretaria, no seu departamento ou na sua instituição.

O governo pouco tem de altivez ou poder de decisão para intervir nessas repartições. Isso faz com que a administração fique muito solta e as pessoas direcionem da forma que querem o dinheiro. Usam de forma inadequada o dinheiro, e o baiano que sofra. Vimos a seca aí. Deveria haver água potável se tivessem feito represas, barragens para atender a esse povo carente do sertão, que sofre. Mas, não. Vamos promover futebol, Carnaval, São João, porque há muito mais vantagens nisso: “Vou ter mordomias no Carnaval, camarotes com uísque importado; no São João, da mesma forma; no futebol, vou ter um lugar especial para mim, com homenagens.” E o povo que se acabe, que sofra.

Então, ficamos, realmente, à mercê de um governo parado, de um governo omissivo, de um governo voltado para si. A Assembleia, da mesma forma, omite-se da sua obrigação, que é fiscalizar e acompanhar essas demandas que ocorrem em nosso Estado em vários departamentos.

Na área da segurança pública, tema citado há pouco tempo por mim aqui, todos os carros, hoje, da polícia são locados, repito, todos os carros são locados. Acho que o custo de uma picape dessa aí é mais de R\$ 10 mil ao mês. Acho que, até, a lavagem

do carro está incluída ali com a troca de pneus.

Como ele falou que foram locados quatro mil e tantos carros, se você calcular cada um por 4 mil – vamos colocar em uma conta redonda – isso vezes R\$ 10 mil, perfaz um total de R\$ 40 milhões por mês de locação de veículos. Repito, R\$ 40 milhões! Quantos carros seriam poupados com este dinheiro? Seriam poupados uns dois mil carros de cada vez e, com certeza, com a frota renovada a cada 6 meses. Uma frota seria vendida e seria comprada uma outra como se faz na Localiza Locadora.

Mas o governo prefere locar esses carros do que comprar para incorporar ao patrimônio do estado esse dinheiro. Esse dinheiro vai e não volta. É um custo alto que o baiano paga. É um custo alto que a Bahia paga para ter a insegurança que temos aí. Pense que carro é para policiar a rua e para tomar conta de bandido. Os carros não têm gasolina para rodar. Os carros não circulam, pois ficam mais parados do que circulando. No interior, quem mantêm esses carros com combustível são os prefeitos.

Então, realmente, o governo está a deixar que cada um assuma o que quiser. Quem quiser que faça sua segurança! Hoje, a segurança privada está crescendo de uma forma descontrolada, porque o povo está sem segurança e prefere pagar uma segurança própria, contratando uma empresa privada para vigiar sua casa, cuidar de sua família, porque o estado tem o dever de fazer isso e não faz.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Deputado Gaban, com o aparte. O Sr. Gaban:- Querido amigo Coronel Gilberto Santana, quero parabenizá-lo, mais uma vez, pelo seu pronunciamento importante. Já elogiei várias vezes V.Ex^a. Quando assoma à tribuna, traz assuntos importantes, complementado, brilhantemente, pelo deputado Luciano Simões, pelos números de que V.Ex^a apresentou, de utilizar, deputado Paulo Azi, R\$ 400 mil à Cerb que não tem levado água. Foi uma das piores secas que o povo da Bahia já passou. E quero ver o meu querido amigo Aderbal Caldas, que tem um trabalho muito forte na região do semiárido, chegar para justificar que o pessoal passou sede e o presidente da Cerb gasta R\$ 400 mil em um lugarzinho para pagar um camarote e para receber as suas visitas no carnaval da Bahia. É uma falta de compromisso com o dinheiro público que nos assusta, meu querido Aderbal.

Quero ver como V.Ex^a conseguirá justificar a compra de um camarote no carnaval de Salvador pela Cerb para receber convidados. O deputado Luciano acabou de apresentar esses números e chega a assustar. Por isso, o dinheiro, arrecadado no Refis, foi embora. O custeio de 2013, comparado com 2012, foi tão grande que consumiu 70% dos Refis que fizeram.

De acordo com um desmando como esse, eu pergunto: cadê o decreto do governador instituindo o contingenciamento de despesa diluindo 15% por todas as secretarias? Ele tomou outras medidas proibindo uma série de coisas?

Mas ninguém respeita os atos do governador. Não há decreto que dê jeito. Não há política que vá embora, porque o governo não é respeitado pelas próprias pessoas que exercem o cargo de sua confiança, teoricamente.

Então, isso é lamentável. Repito, resta, apenas, lamentar.

Parabenizo V.Exª pelo pronunciamento, pois é a complementação dada pelo deputado Luciano Simões.

Devolvo a palavra a V.Exª para poder concluir o seu pronunciamento.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Agradeço as participações dos deputados Gaban e Luciano Simões ao meu pronunciamento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, antes, porém, gostaria de fazer uma comunicação inadiável na qualidade de Líder.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- V.Exª tem a palavra.

O Sr. Gaban:- Na verdade, meu caro presidente do DEM, deputado Paulo Azi, estou aqui usando a prerrogativa de Líder para fazer uma comunicação inadiável que, na realidade, não deixa de ser até um serviço de utilidade pública. Nós temos acompanhado, aqui, a angústia de todos os prestadores de serviço, seja na área de construção civil, seja na área de fornecimento de medicamentos, seja em qualquer área que preste serviço para o governo.

Nós acompanhamos tais desdobramentos. Estamos muito preocupados. Inclusive acho inédito na Bahia: os prestadores de serviço, melhor, o sindicato publicou uma nota paga em todos os jornais ao dizer que muitos estavam quebrando, porque o governo deixara de pagar, há um ano, pelos serviços que eles estavam prestando.

Os fornecedores de medicamentos da Secretaria da Saúde, não sei se configuraram isso, mas ameaçaram, em vários noticiários jornalísticos, que parariam o fornecimento de medicamentos, porque a Secretaria da Saúde também não pagava. Foi o que motivou o Ministério Público a entrar com uma ação para que fossem bloqueados os recursos destinados a propaganda e fossem pagos os 220 milhões que ele devia.

Mas a grande notícia saiu publicada ontem, pelo jornal A Tarde, na página A3. Na realidade, é uma matéria do secretário da Fazenda, Manoel Vitorio. Ele põe uma matéria que mostra que as finanças do Estado estão passando por um momento maravilhoso. Não sei porque o governo está querendo fazer antecipação de recursos do próximo governo, o de 2015 a 2018. Eu não sei o que o governo está querendo criar, quando mandou essa mensagem para penalizar a população da Bahia, a taxa pelo exercício do poder de polícia para ser exercido pela Secretaria da Saúde. Até porque o próprio governo, em sua mensagem, diz que a proposição tem por objetivo criar e majorar taxas, no âmbito da Secretaria da Saúde. Não entendo, porque diz que é maravilhosa a situação do Estado.

Então o que estou querendo fazer nessas considerações, meu caro presidente, é alertar o empresariado da Bahia para que amanhã façam fila na porta da Secretaria da

Fazenda. Porque segundo a matéria publicada pelo jornal A Tarde, no dia de ontem, o secretário da Fazenda disse que tem dinheiro suficiente para pagar tudo o que está devendo. Espero que a imprensa da Bahia notifique isso como sendo a grande matéria porque dará tranquilidade a todo o empresariado baiano. Aos que estão correndo risco de falência. Há também muitos empregados temerosos de iniciar o ano sem o seu trabalho, porque possivelmente serão exonerados. Mas essa medida anunciada pelo secretário da Fazenda Manoel Vitório deve ser reiterada. Meu caro presidente do DEM, todos nós devemos colocar em nossos Facebooks uma comunicação para que os empresários façam fila amanhã na porta da Secretaria da Fazenda, porque dinheiro não falta para o governo. O que está faltando é ingerência.

Nesse sentido, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- O nobre deputado pediu uma verificação de quórum. Temos apenas 8, 10 deputados.

O Sr. Gaban:- Solicito que considere, então, encerrada a presente sessão, por falta de quórum.

O Sr. Roberto Carlos: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Não é mais possível, V.Ex^a já anunciou o número de deputados. Não há número suficiente para a continuidade da presente sessão. Está encerrada a sessão. V.Ex^a já anunciou o número.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro): - É um número presencial, mas tem que haver a chamada, nobre deputado.

O Sr. Gaban:- Não.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a sabe que a sessão está encerrada. V.Ex^a anunciou apenas 10 Srs. Deputados. A sessão está encerrada.

(Tumulto no plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Só um instante, por favor.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, V.Ex^a não só contou como anunciou. Ficou até olhando estagnado para que alguém da Base do governo se manifestasse. Ninguém se manifestou. V.Ex^a anunciou o número. Está nas notas taquigráficas e está gravado.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a tem que contar os 15 minutos.

O Sr. Gaban:- Ninguém solicitou. Eu pedi verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Ninguém solicitou verificação nominal. O presidente, depois de olhar, ninguém do governo se manifestou, eu pedi: anuncie o número. Ele anunciou que o número não era suficiente. Então está encerrada a sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Pela ordem o deputado Adolfo Viana. O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, ficou muito claro para todos que estavam neste plenário que V.Ex^a fez a contagem, 10 parlamentares presentes.

Sr. Presidente, por favor, queria a atenção de V.Ex^a para formular a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Estou ouvindo.

Deputado Adolfo, eu estou atento para o que aconteceu no plenário, embora a

nossa experiência não seja a maior de todos, mas a gente consulta quando não sabe. Quando este presidente contou, só havia 10 presentes. Então tem que se iniciar outra sessão extraordinária porque essa que estava em andamento tem que ser encerrada, nobre Líder do Governo.

Então tem que ser uma outra extraordinária. O deputado Roberto Carlos pediu depois que eu fiz a contagem em plenário.

O Sr. Adolfo Viana:- Muito bem, Sr. Presidente. V.Ex^a é coerente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Encerro esta sessão e começa uma sessão extraordinária daqui a 1 minuto.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*